

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIA HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA**

BRUNO FERREIRA DOS PASSOS

“VAI ROLAR ESSA *DIAMBA*?”: Uma etnografia de usos medicinais, religiosos e recreativos da maconha em um bairro periférico de Belém/PA

BELÉM - 2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIA HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA**

BRUNO FERREIRA DOS PASSOS

“VAI ROLAR ESSA *DIAMBA*?”: Uma etnografia de usos medicinais, religiosos e recreativos da maconha em um bairro periférico de Belém/PA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Luísa Maria Silva Dantas.

**BELÉM
2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

P289v Passos, Bruno.
 "VAI ROLAR ESSA DIAMBA?" : Uma etnografia de usos
 medicinais, religiosos e recreativos da maconha em um bairro
 periférico de Belém/PA / Bruno Passos. — 2023.
 113 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof^ª. Dra. Luisa Dantas
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
 Graduação em Antropologia, Belém, 2023.

 1. Antropologia das Drogas. 2. Antropologia Urbana. 3.
 Maconha. 4. Cannabis Medicinal. 5. Religiosidade. I. Título.

CDD 301

AGRADECIMENTOS

Às mais velhas e aos mais velhos, todos que vieram antes de mim.

À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) pelo financiamento que possibilitou a realização desta pesquisa.

A todos e todas meus familiares mais próximos ao lado de quem cresci, minha mãe, irmão, tios, tias e principalmente meus avós maternos, pois se hoje estou seguindo a carreira acadêmica é porque eles sonharam primeiro e se dedicaram sem medidas para isso.

Aos meus familiares mais distantes que vivem no interior à beira do Rio Guamá e também fazem parte dessa conquista

À minha companheira Ivonete, com quem dividi a rotina durante parte desta pesquisa, por todo amor compartilhado e por me inspirar em perseguir a beleza em tudo.

À todas e todos aqueles que conheci nas ruas e demais espaços de pesquisa, aqueles com quem encontrei, conversei, troquei olhares, pois abriram caminho para este trabalho, em especial os que acabaram por se tornar interlocutores.

À minha orientadora Prof.^a Dra. Luísa Maria Silva Dantas, por todo conhecimento compartilhado e apoio essencial para conclusão da pesquisa.

À Prof.^a Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho, primeira orientadora da pesquisa.

A todos servidores públicos das instituições de ensino superior de todo o país.

Aos trabalhadores que mantêm as universidades de pé, agentes de segurança, de serviços gerais, cozinheiras, bomboneiros, motoristas, principalmente aqueles que trabalham no PPGSA/UFPA.

A todos e todas as colegas de curso de mestrado, que foram parte importante do conhecimento e experiência necessários para conclusão deste trabalho.

Aos trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Único de Saúde, principalmente os que trabalham nas periferias das cidades.

*“Liamba!
Teu fumo foi fuga do cativoiro,
Trazendo atabaques rufando para as
danças,
Na magia guerreira do reino de Exú.
Liamba!
Na tontura gostosa na quebradeira vadia
que sentem os teus defumados.”*

(Bruno de Menezes)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo identificar e compreender diferentes usos da maconha por moradores de um bairro da periferia de Belém/PA. A presença da maconha pôde ser percebida em contextos recreativos, medicinais e religiosos. Pessoas que vivem o mesmo território experimentam de forma distinta a repressão policial, a segregação espacial, a proibição moral, e o alto custo do medicamento derivado da maconha, em um cenário no qual o uso recreativo sofre forte repressão, enquanto o uso medicinal tem seu acesso discreto e seletivamente flexibilizado. Realizei esta etnografia em diferentes lugares dentro do bairro: o *condomínio* - espaço de lazer bem urbanizado e com paisagem bem diferente do restante do bairro; a *margem* - espaço que se divide entre uma feira durante o dia e sede de festas de aparelhagem durante a noite; e nos arredores das *ruas e praças* -. As primeiras entradas em campo se deram por minhas experiências pessoais, as quais se somaram ao que foi vivido junto aos interlocutores na produção dos dados etnográficos. Para proteger todos os envolvidos na pesquisa, lugares e pessoas tiveram seus nomes ocultados ou ficcionados. Os dois primeiros capítulos desta monografia apresentam o problema de pesquisa, apresentam detalhes metodológicos e teóricos ao redor dos diversos usos da maconha, além de apresentar um breve panorama do tema no campo das ciências sociais. A partir daí os resultados do trabalho etnográfico são apresentados em três capítulos. No terceiro capítulo abordaremos os usos recreativos, discutindo diferenças na repressão policial sobre usuários a partir de critérios raciais, e como o estereótipo do maconheiro vem historicamente recaindo sobre negros e pobres, fundamentando políticas de segregação espacial até os dias de hoje. Em seguida, no quarto capítulo apresentaremos os usos religiosos em um terreiro de candomblé do bairro, no qual a maconha aparece como mais um elemento ritual, ainda que invisibilizado. O quinto e último capítulo reflete sobre dificuldades desiguais que mulheres do bairro enfrentam na busca por tratamentos de saúde com maconha medicinal, devido a uma moralidade hegemônica, e o racismo vivenciado em tentativas de acesso aos serviços de saúde.

Palavras chave: Antropologia das Drogas; Antropologia Urbana; Maconha; Religiosidade; Cannabis Medicinal; Lazer;

ABSTRACT

This work aims to identify and understand different uses of marijuana by residents of a neighborhood on the outskirts of Belém/PA. The presence of marijuana could be perceived in recreational, medicinal and religious contexts. People who live in the same territory experience police repression, spatial segregation, moral prohibition, and the high cost of the drug derived from marijuana in a scenario in which recreational use suffers strong repression, while medicinal use has its own consequences. discrete and selectively flexible access. I carried out this ethnography in different places within the neighborhood: the condominium - a well-urbanized leisure space with a landscape very different from the rest of the neighborhood; the margin - space that is divided between a fair during the day and headquarters of sound system parties during the night; and in the streets and squares - on the outskirts of both places. The first entries into the field were due to my personal experiences, which were added to what was experienced with the interlocutors in the production of ethnographic data. To protect everyone involved in the research, places and people had their names hidden or fictionalized. The results of the ethnographic work will be presented in three sections. First, we will address recreational uses, discussing differences in police repression of users based on racial criteria, and how the stereotype of the pothead has historically fallen on blacks and the poor, supporting policies of spatial segregation to this day. Then, we will present the religious uses in a candomblé terreiro in the neighborhood, in which marijuana appears as another ritual element, albeit invisible. The third section will reflect on the unequal difficulties that women in the neighborhood face in seeking health care with medical marijuana, due to a hegemonic morality, and the racism experienced in attempts to access health services.

Keywords: Anthropology of Drugs; Urban Anthropology; Marihuana; War on Drugs; Medical Cannabis.

Folha de Aprovação

Área de Concentração: Antropologia

Título: “VAI ROLAR ESSA *DIAMBA*?”: Uma etnografia de usos medicinais, religiosos e recreativos da maconha em um bairro periférico de Belém/PA

Autor: Bruno Ferreira dos Passos

Aprovado em: ___/___/_____

Banca Examinadora

Orientadora: Profa. Dra. Luísa Maria Silva Dantas (PPGSA/UFPA)

Examinadora interna: Voyner Ravena Cañete (PPGSA/UFPA)

Examinadora externa: Naiara Sandi de Almeida Alcantara (PPGCP/UFPA)

Examinador externo: Romero Ximenes Ponte (PROFESSOR CONVIDADO)

Examinador externo: Carlos Fabricio Fernandes Brazão (PESQUISADOR CONVIDADO)

Examinadora externa (suplente): Profa. Dra. Marcela Nogueira de Andrade (PPGA/UFPA)

LISTA DE SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ABRACE – Associação Brasileira Cannabis Amigos e Esperança

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CESUPA – Centro Universitário do Pará

CETAD/UFBA – Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas/Universidade Federal da Bahia

DAR – Desentorpecendo a Razão

ESF – Estratégia Saúde da Família

EUA – Estados Unidos da América

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

UFPA – Universidade Federal do Pará

ONU – Organização das Nações Unidas

PBPD – Plataforma Brasileira sobre Política de Drogas

PM – Polícia Militar

PPGSA/UFPA - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/Universidade Federal do Pará

ROTAM – Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas

SUS – Sistema Único de Saúde

TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

UNODC – United Nations Office for Drugs and Crime

UNIFESP – Universidade Federal do São Paulo

UEPA – Universidade do Estado do Pará

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Capítulo 1 - Entrando na roda	19
1.1 Antropologia Ciência e poder.....	19
1.2 Reflexões metodológicas.....	23
1.3 Pessoas, rodas e lugares.....	27
Capítulo 2 – Práticas e ideias em relação à maconha	39
2.1 A criminalização da maconha	39
2.2 Representações do maconheiro	43
2.3 Antropologia das drogas.....	48
2.4 Meu Problema de Pesquisa.....	54
Capítulo 3 - Usos Recreativos da maconha	60
Capítulo 4 - Erva Santa.....	77
Capítulo 5 - Remédio.....	83
Considerações finais	98
REFERÊNCIAS	101

“Ô diamba sururamba
Quando fumo essa jamba
Minha perna fica bamba
O diamba macambira
Segura essa égua senão a carroça vira”
(João Batista, morador de Quatipuru/PA)

Introdução

Esta pesquisa se dedica analisar a relação de pessoas moradoras de um bairro da periferia de Belém/PA com a maconha interpeladas por marcadores raciais, pertencimentos religiosos, de gênero, geração, classe e territoriais, tomando como base a relação com interlocutores em contextos de usos medicinais, recreativos e/ou religiosos. Por motivos éticos o lugar da pesquisa será apenas referido como: um bairro na periferia de Belém. Essa definição sobre o espaço onde a pesquisa se deu pode ser um tanto genérica, já que entre os muitos bairros da periferia da cidade existem diferenças importantes, apesar das muitas semelhanças. Essa escolha teórico-metodológica de ocultar o lugar da pesquisa se impõe para proteção de todos os envolvidos no trabalho, uma vez que estamos tratando de uma substância proibida e seus diversos usos envolvem práticas ilegais, seja o consumo, o compartilhamento, distribuição e venda; Identificar em detalhes o lugar do trabalho de campo poderia oferecer uma análise mais profunda e consistente no que diz respeito ao lugar do pesquisador dentro da pesquisa entretanto, também seria fácil identificar os espaços e as pessoas envolvidas, o que poderia significar grande risco para todos envolvidos.

Minha entrada no campo de pesquisa se deu por meio de duas narrativas que apresento a seguir, a primeira sendo fruto de uma situação que vivi no período que trabalhei como médico de uma Estratégia Saúde da Família – ESF na zona rural do município de Quatipuru, no chamado salgado paraense. Já a segunda história diz respeito à possível relação de meu avô materno com a maconha.

Maconheiro não é vagabundo não!

Era um período festivo na pequena cidade costeira de Quatipuru, a quase 300km da capital, se aproximava o mês de dezembro, período do ano no qual é realizada a tradicional Marujada de São Benedito, festa de caráter religioso e popular que está presente em muitos municípios da região conhecida como Salgado Paraense. As comemorações do campo religioso da festa já haviam iniciado na igreja de São Benedito, a cidade fervia, a tradicional quermesse na praça do centro, o circo que havia acabado de chegar, comerciantes e visitantes lotavam as ruas. Em meio a esse clima, fui cumprir um rito religioso em uma das

encruzilhadas da cidade, depois de andar um número contado de encruzilhadas em direção oposta ao movimento na cidade, cheguei até uma esquina onde deveria cumprir o rito.

Após terminado meu compromisso ouvi de longe um velho senhor sentado à frente de uma casa simples, com aspecto de muito antiga. Estranhei o fato de ele aparentemente cantar alguma coisa sem sentido, e como estava sozinho, também notei que não falava com ninguém, considerei a possibilidade de que ele falava comigo. Perguntei o seu nome, ao que ele me respondeu que era João Batista, provavelmente as únicas palavras que ele me dirigiu diretamente.

De repente ele começou a recitar alguns versos em voz alta, e apesar de certo constrangimento por não conseguir me comunicar com ele, continuei a ouvir e tentar entender o que ele dizia, mesmo não podendo reproduzir as palavras dele aqui, escutei atentamente e posteriormente transcrevi o que me lembrava. Segue a narrativa da forma como me lembro:

O diamba sururamba! Quando fumo essa jamba, Minha perna fica bamba! O diamba macambira, Segura essa égua senão a carroça vira! No meu tempo, maconheiro não era vagabundo não! Quando era bem pequeno e morava lá pros campos do quatipuru, vivia com a minha mãe sozinho numa casa perto do campo, e quem ajudava a gente lá era um vaqueiro, tal de Raimundo, pense num homem trabalhador, ele levantava cedinho pra apear o gado, roçar o terreno. Na boca da noite, quando já estava desocupado eu só sentia o cheiro e ouvia ele cantando lá pro curral, foi ele quem me contou essa cantiga (REGISTRO DE CAMPO, 2019).

A história foi interrompida quando um de seus familiares chegou de dentro da casa, esbravejou com o homem, e ordenou que parasse de me perturbar. A partir desse momento o velho voltou a dizer palavras sem sentido, repetir algumas sílabas sem coerência. Ainda um pouco tonteado sem entender bem o que tinha acabado de acontecer, pedi desculpas, dei boa noite e me despedi. Naquele momento eu ainda nem sabia o que seria a “diamba”, inclusive escrevi “jiamba” no caderno de campo, pois não conhecia a palavra, só suspeitei pelo contexto da narrativa. Aquele seria o primeiro registro do que, apenas no futuro, seria meu diário de campo. As circunstâncias incomuns do acontecido ficaram ecoando mesmo após eu ter pedido dispensa do trabalho em Quatipuru e voltado para Belém para dar prosseguimento ao curso.

“No meu tempo maconheiro não era vagabundo não” foram as palavras que mais me marcaram e ajudaram a definir os rumos da pesquisa quando voltei à Belém, voltando também e morar no meu bairro. Como ativista, pesquisador e profissional da saúde, há muito estive envolvido na desconstrução do estigma associado a quem consome maconha, principalmente no que diz respeito às pessoas de periferia. Por isso me pareceu adequado

transformar a afirmativa feita por João Batista em pergunta, para um ambiente mais próximo a mim, afinal, faz algum tempo que pessoas que utilizam a maconha de alguma forma têm sido chamadas de vagabundas, dentro e fora das periferias do Brasil.

De volta à Belém, já nos primeiros passos da pesquisa de mestrado, a importância desse questionamento cresceu ainda mais depois que tive conhecimento de uma parte da história de meu avô, um homem negro, tal aquele que encontrei em Quatipuru. Seu Gracil Ferreira dos Passos¹ foi mais um dos milhares de moradores de áreas de baixada e beiras de canais da periferia de Belém, filhos e filhas dos rios Guamá, Tocantins, Moju, Acará, Capim, Igarapé-Miri, Cupijó, Meruú-Açu, Tacuruçá e tantos outros rios, furos e igarapés que serviram de abrigo para negros escravizados, indígenas e seus descendentes ao longo dos séculos de colonização europeia (MORAES PINTO, 2001). Desde a década de 1950, a “gente do interior” começou a migrar para a cidade buscando o sonho do progresso, do emprego, da casa própria, do futuro que compensaria o passado negado.



Figura 1. Meu avô, eu e minha avó no dia de minha aprovação no vestibular

Lembro especialmente de uma manhã, na casa dele, quando cedi à curiosidade que sempre tive sobre o conteúdo de uma caixa de madeira que ficava em uma prateleira perto da

¹ Falecido em 2012.

sua rede de dormir. Nunca fui autorizado a mexer nela, as vezes quando eu perguntava sobre o que tinha ali, ele dizia que continha "material bélico", sem explicar mais nada. Naquele dia resolvi matar a curiosidade, na caixa encontrei espingarda calibre 28 que ele usava para caça, cartuchos, pólvora, facas e outros itens que não sabia identificar, junto disso tudo encontrei também um pequeno pedaço de jornal com uma coisa que parecia tabaco, mas não era, já que o tabaco estava guardado noutro jornal.

Anos depois, ouvi do meu irmão (que tinha feito descobertas parecidas na caixa de meu avô) que um primo nosso fora visitar meu avô no leito de morte, no Hospital Porto Dias, e o moribundo lhe havia pedido para trazer um pouco de maconha para fumar antes de morrer. Descobri o que era aquele "tabaco" estranho naquele exato momento, com cerca de 20 anos, pois já fumava maconha.

Para além de minha proximidade com a maconha em um nível pessoal, familiar, evidenciada na história sobre meu avô, existe ainda uma outra dimensão que diz respeito a minha profissão e carreira, no contexto de minha prática como profissional da saúde prescritor de maconha medicinal.

Em um cenário onde minhas experiências pessoais e familiares se entrecruzam com uma experiência profissional, o processo etnográfico se nutre justamente das semelhanças e diferenças das minhas vivências com essa planta, em relação às vivências de pessoas moradoras de um bairro periférico com ela. Os chamados interlocutores da pesquisa são pessoas que fazem uso recreativo, medicinal e religioso da maconha. Enquanto alguns deles usam como medicamento legalmente prescrito, na forma de suplemento alimentar, um óleo extraído das flores; outros tem acesso a ela quando compram pequenas quantidades, resultado da prensa de caule, folhas e flores, um material que precisa ser triturado antes de ser fumado em cigarros; há ainda quem conheça receitas de preparações caseiras com diversas partes da planta, utilizadas para tratar doenças, e também como parte de ritos religiosos.

As duas narrativas apresentadas acima foram disparadoras dos caminhos da pesquisa, indo além, e conduzindo todo esse processo. Quais seriam as diferenças nas vivências de pessoas negras e de pessoas brancas, homens, mulheres, jovens e adultos, ao se relacionarem com a maconha nos diferentes contextos de uso medicinal, recreativo e religioso? Já que as visões sobre os usos da maconha que atingem um trabalhador rural, um jovem médico, servidor público, ou uma líder de religião de matriz africana dificilmente serão construídas e vividas da mesma maneira .

Uma resposta sem rigor ou baseada no senso comum teimaria em reduzir as singularidades de cada pessoa em sua relação com a maconha, e daria coró a quem diz - há

quase um século - que “maconheiro é tudo igual”. Dentre outros problemas, essas ideias desconsideram a discussão em volta dos marcadores sociais da diferença, e o papel deles na produção de subjetividades sob a força de uma política de drogas que utiliza esses mesmos marcadores para encarcerar, adoecer, e matar certas pessoas e não outras. Tomando como referência a leitura da *política* e da *morte* de Achille Mbembe, podemos ir além do reducionismo, ampliando inclusive o entendimento de morte em questão (MBEMBE, 2018). Nesse sentido uma pergunta motriz é: como uma sociedade que parte de uma classificação racial das pessoas em grupos, estabelecendo hierarquias sócio/biológicas, poderia manifestar seus critérios de vida e morte no que diz respeito a pessoas que se relacionam com a maconha?

Ao abordar a condição de subjugação na qual é submetida a pessoa que se relaciona com a maconha em contextos medicinais, recreativos ou religiosos é preciso pressupor a importância das relações de poder na produção de desigualdades no que se refere a essa planta. Dito de outra forma, precisamos reconhecer que o racismo, o sexismo e as questões de classe influenciam diferentes experiências do que significa ser tratado como um “maconheiro” ou “maconheira”, falando inicialmente de um contexto regional, dentro uma cidade na Amazônia.

Apesar de ser difícil definir algo tão amplo e complexo como o racismo, é necessário delimitar minimamente os sentidos do termo que interessam a esta pesquisa. Segundo Sueli Carneiro, autora que colaborou para a reestruturação das questões raciais no pensamento social brasileiro, na gênese do racismo está a noção de que a raça pode definir que certas pessoas “são mais ou menos humanas” (CARNEIRO, 2011. p15) que outras, e que, por isso, seriam portadoras de mais ou menos direitos sociais, ideias que no Brasil tomaram corpo na construção do mito da democracia racial brasileira, conjunto de ideias que é parte importante do que ela chama de “a matriz ideológico-teórica” (p17) do racismo brasileiro, um projeto que apostou na miscigenação racial no país, e que historicamente ocultou as diferenças/desigualdades raciais em nossa sociedade.

Esse caminho de reflexão me levou a identificar e realizar uma análise interseccional das vivências de pessoas da periferia de Belém com a maconha. De acordo com a cientista social estadunidense Patrícia Hill Collins, a interseccionalidade pode ser descrita como um caminho para analisar a sobreposição de formas de opressão nas relações humanas, situações onde diferenças de raça, classe e gênero, e outras, aparecem interconectadas como formas de opressão.

No texto *O que é interseccionalidade?*, a autora descreve a interseccionalidade como um assunto amplamente difundido nos últimos anos, estando presente em meios acadêmicos e não acadêmicos, vinculado tanto à produção de ciência, quanto ao ativismo político (COLLINS, 2020). Sem ignorar a força política e pragmática do termo, aqui ele é evocado através de sua função teórica e metodológica, na forma de uma “ferramenta analítica”, capaz de problematizar as vivências das pessoas de um bairro periférico com a maconha, focando na possível sobreposição de formas de opressão a que maconheiros e maconheiras possam estar submetidos. Aplicada ao problema da pesquisa, a interseccionalidade se torna essa lente multifocal que interconecta marcadores sociais da diferença, tal como gênero, territorialidade, raça, classe e geração nas experiências dos interlocutores.

Ao fazer essa opção analítica devemos destacar que contribuições de investigações interseccionais promovem a equidade (COLLINS 2020), já que, ainda de acordo com autora, não basta querer tomá-la como método de pesquisa, uma estrutura pronta a ser aplicada a qualquer projeto, ela diz que é preciso estar atento ao que se produz nesse processo.

Conectando essa reflexão com os dados etnográficos do campo, defini meu problema de pesquisa: como se dão as experiências vividas em contextos medicinais, religiosos e recreativos da maconha, interpeladas por marcadores sociais da diferença?

A tentativa de responder esse questionamento se deu através de um processo etnográfico conduzido a partir da minha vivência enquanto usuário, pesquisador e prescritor de maconha, que vive e trabalha na periferia de Belém. **As incursões etnográficas foram disparadas por conexões pessoais minhas com pessoas que utilizam a maconha com fins recreativos, religiosos e medicinais em um bairro periférico específico.** Nesse território, o trabalho de campo se deu guiado pela minha circulação no bairro, em ruas e espaços públicos de lazer, instituições de educação e saúde e também em templos de religiões de matriz africana, onde pude realizar observações e conversas baseadas no método das entrevistas semiabertas. **Todas as pessoas que participaram como interlocutores diretamente foram informadas sobre a participação na pesquisa, porém nem sempre essa informação era passada em um primeiro contato, visto que houveram situações de trabalho de campo que envolviam encontros fortuitos e não planejados, além claro, de entrevistas marcadas somente para a pesquisa.**

O trabalho de campo foi iniciado em meados de abril de 2019, se estendendo até setembro de 2020, os registros do diário de campo foram feitos em caderno físico, também com tomadas de notas rápidas no celular, tentando não causar grande estranhamento, o que se

mostrou importante em experiências de campo ligadas ao consumo de uma substância proibida, um tema que normalmente ninguém fala abertamente ou para qualquer pessoa.

Na condução desse trabalho, a categoria *movimento* foi utilizada como *motor* da pesquisa, já que a maconha se mostrou um ente que está em constante movimento desde quando chegou aqui no Brasil, se deslocando de terras distantes, trazida por diferentes povos, circulando em territórios rurais e urbanos, utilizada para os mais diversos fins, e estando ligada a diversos controles morais. A maconha chegou ao Brasil através das grandes navegações e diásporas, se espalhou no território ganhando caráter quimérico, de múltiplos nomes, múltiplas faces e sentidos. Seguindo essa trilha, foi um movimento de deslocamento físico meu enquanto pesquisador que delimitou o próprio campo (ECKERT, 2020).

Para além da etnografia nas ruas, outra referência para produzir um trabalho onde o movimento seja uma categoria central é a tese de Romero Ximenes (2013) que aborda os múltiplos deslizamentos e mobilidades do açaí, tomando a planta como um *rizoma*, o autor se vale da proposta de método e empiria deleuziana para abandonar a pretensão de abordar o açaí procurando suas origens, ou seu lugar na história, partindo em busca do conhecimento que surge do “mover-se entre” categorizações fixas do que é ou não é o açaí nas suas diversas dimensões, desde o mito, até o alimento. Com essa atitude o autor considera que sua investigação se aproxima do estranhamento, marca da ciência antropológica, já que ao tomar o açaí como rizoma a investigação abre-se para a captura do surpreendente, do inesperado.

Tal qual o açaí no trabalho de Ximenes, a presente pesquisa se propõe a enxergar a maconha como um rizoma, procurando abrir possibilidades para a maconha remédio, a maconha-droga, e outras mais que se manifestem no campo de trabalho. A escolha teórica é a de perseguir essa mesma abertura em relação à maconha e suas multiplicidades, partindo de *rizoma como uma ideia botânica*, mas também um como uma concepção do real de direções movediças, como um conjunto de conceitos (PONTE, 2013) que quebra divisões, a partir de onde se pode investigar a maconha-remédio, a maconha-droga, a maconha-sagrada e todas suas travessias, sem começo ou fim. De forma semelhante ao que o autor relata em seu trabalho, essa escolha também surgiu em tempo posterior à produção de dados em campo, após recomendação da orientadora. Foi olhando de certa distância os relatos de conversas não programadas, observações da circulação em campo e experiências vividas em momentos distintos da pesquisa que pude decidir a base teórica do trabalho.

Uma vez que o lugar da pesquisa é um bairro na periferia de uma grande cidade amazônica, no momento da escolha teórica me deparei com múltiplos lugares, pertencimentos e distanciamentos que a maconha assume nesse contexto. Ela aparece dentro do território ora

como um remédio a qual poucos tem acesso, mas também é lembrada como parte de práticas religiosas já incomuns, ou como droga ilícita duramente reprimida. Essa mutabilidade com a qual a maconha se apresentou em campo parece exemplificar os “descolamentos culturais” que Ximenes discute em relação ao açaí que se mostra um elemento cultural que foi retraduzido, repensado em cada cultura.

Como o meu processo de pesquisa foi disparado por vivências pessoais com maconha, tanto como usuário quanto como pesquisador, é preciso considerar a influência desses descolamentos na formação da minha própria concepção sobre essa planta. Em uma pesquisa etnográfica o estranhamento e alteridade são caminhos que conduzem a produção e análise dos dados, fazem parte do cânone da antropologia, e por isso uma familiaridade como essa com o tema do trabalho poderia trazer implicações negativas. Para trabalhar essas questões apresento alguns pontos importantes da minha relação com a maconha e também com a periferia.

Como muitos dos moradores e moradoras das baixadas alagadas de Belém, pertencço a famílias que migraram dos ditos “interiores”² em busca de uma vida melhor na capital. Desde muito criança fui colocado a par dessa origem através dos mais velhos e suas histórias, anedotas e causos contados em qualquer reunião de família, aniversário ou velório. O bairro onde nasci pode ser considerado mais um dos “territórios de negritude” (CONRADO; CAMPELO; RIBEIRO, 2015) da cidade, ou seja, um lugar repleto de marcadores simbólicos das culturas afro-brasileiras tais como: grupos culturais negros, *reggaes* e terreiros³. Segundo os autores, esses espaços localizados principalmente na periferia de Belém são espaços onde pessoas negras podem afirmar sua negritude em detrimento de uma “morenidade” embranquecedora. Argumentam que a presença material desses espaços se soma a valores éticos, espirituais e afetivos para caracterizar laços que envolvem esses lugares com as pessoas que neles habitam, e que, por isso, evidenciam o debate racial para no cotidiano de quem mora nesses territórios.

Foi em um desses bairros da periferia de Belém que eu nasci e me criei, desde os 17 anos sou usuário de maconha; formei-me médico na Universidade Federal do Pará, segui um caminho de pesquisa e prática no cuidado ao uso e abuso de drogas, atuando em serviços de saúde, espaços educacionais, espaços públicos com estratégias de Redução de Danos e

² É muito comum que famílias que migraram para a cidade mantenham uma relação com sua terra natal, comunidades ribeirinhas, distantes dos centros urbanos, são chamadas de “interiores”. É comum também perguntar “qual o seu interior”? Quando se quer saber a origem de alguém.

³ No texto, aos autores detalham melhor esses espaços que chamam de territórios da negritude, nomeiam alguns, como o Quilombo da República e o Espaço cultural Coisas de Negro.

Educação Popular em Saúde⁴. Vivendo em um bairro periférico desde cedo, tive contato com práticas culturais que, apesar de comporem hoje um grupo de sentidos que formam uma cultura paraense, amazônica, não estão circulando em todos os lugares da capital do Pará. Aprendi por experiência própria que a periferia de uma grande cidade como Belém, conduzida pelas próprias histórias e trajetórias de ocupações, abriga práticas reveladoras de origens étnicas, raciais e culturais diversas, algumas pistas dessa diferença são vistas na história do lugar.

Segundo o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (2021), produzido pela parceria entre a ONU Mulheres e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, não há novidade em afirmar que esses marcadores são estruturantes da sociedade brasileira, contudo são recentes as iniciativas de esmiuçar em dados essa realidade factual. Com base nos dados recentes disponíveis (Censo 2010), o documento demonstra especificamente a questão das diferenciações de raça, gênero e território. A pesquisa mostra que 66,2% dos lares localizados em favelas são chefiados por homens e mulheres negras, e apesar de não ser possível fazer uma comparação direta com lares localizados fora das favelas, o texto também nos mostra que apenas 33,9% dos domicílios localizados considerados subnormais⁵ são chefiados por pessoas brancas, enquanto 66% desses domicílios são chefiados por pessoas negras, comparação que pode sustentar a existência dessas diferenças entre periferia e centro de uma cidade.

Entretanto, apesar de ser oriundo de um lugar marcado pela presença negra e indígena, diferente de outros espaços da cidade, minha vivência dentro e fora do meu bairro é de uma pessoa branca, sou o mais claro da família, logo, sempre tive acesso a privilégios e vantagens, pude me beneficiar do poder da branquitude⁶ no momento que me diziam, “um menino inteligente e com futuro”. Sou também membro da primeira geração da família a entrar na universidade, e ainda formado em medicina, um dos cursos mais restritos a negros, indígenas, mestiços e pessoas das classes sociais mais baixas.

Enquanto ativista, sempre defendi os benefícios que a maconha nos oferece, primeiramente a partir de referências empíricas sobre possível estímulo à criatividade, momentos de autorreflexão e autoconhecimento sob o efeito da planta, sua capacidade de

⁴ Dentre os serviços nos quais atuei estão aqueles que integram a chamada Rede de Atenção à Saúde (RAPS), o Consultório Na Rua, Centro POP, CAPS, Das instituições educacionais, são principalmente universidades em eventos acadêmicos e artísticos, principalmente UFPA, mas também faculdades particulares.

⁵ Um assentamento subnormal segundo o IPEA corresponde a um conjunto constituído de unidades habitacionais que ocupa terreno de propriedade alheia pública ou particular, em geral dispostos de forma densa e desordenada, na maioria das vezes carente de serviços públicos essenciais. Em outras palavras: uma definição técnica de favela, periferia, baixada.

⁶ Sobre branquitude ver Shucman (2012).

ampliar as possibilidades de apreciação de obras de arte. Muitos desses efeitos foram em muitas oportunidades debatidos em momentos de compartilhar experiências com amigos e conhecidos.

Para além desse conhecimento prático, a partir de minhas vivências dentro da universidade utilizei evidências científicas, a fim de relativizar o caráter maléfico que a maconha parecia ter sob o olhar de meus professores e colegas do curso de medicina. Foi assim que tive contato com pesquisas que apontavam para um questionamento dos danos causados pela maconha.

Trabalhos como o de Loflin et al (2014), um grupo de pesquisadores da psicologia clínica que estuda possíveis fatores de risco para o desenvolvimento de doenças mentais ligadas ao consumo de maconha e outras substâncias. No trabalho citado, o grupo avalia a hipótese de que pessoas jovens usuárias de maconha com fins recreativos procurem os efeitos dela para aliviar sintomas de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), fenômeno que os autores descrevem como uma espécie de automedicação, contrariando aqueles que defendiam que o uso de maconha poderia ocasionar esses sintomas. O estudo não permite fazer conclusões definitivas sobre o tema, ainda assim pode representar um caminho a ser investigado.

Outro efeito potencialmente benéfico do uso recreativo da maconha está relacionado ao consumo e dependência de outras substâncias, tema que fez e faz parte do meu cotidiano de trabalho como médico e pesquisador. A literatura científica do campo biomédico recentemente vem constatando que tanto o uso medicinal da maconha na forma de extratos concentrados, como o consumo recreativo das flores fumadas in natura parecem contribuir para a redução do consumo de álcool, como demonstram (RISSO ET AL, 2020). Efeito semelhante pode ser observado na dependência de crack (PEREIRA, WURFEL; 2011).

O possível impacto benéfico mais amplo e com critérios objetivos seja aquele relacionado à melhora de índices de qualidade de vida de jovens que consomem maconha por prazer. Talvez o pioneiro e já clássico estudo de Becker (2008) tenha sido transformador no que diz respeito ao olhar com que se aborda até hoje o uso de drogas, pois foi a partir dele que as possíveis motivações para o consumo passaram a ser relacionadas com o prazer, figurando como um comportamento possivelmente não nocivo, relativizando a noção de que todo e qualquer uso representava um adoecimento mental. Tendo como referência essa mudança paradigmática, muitos novos elementos foram investigados com relação aos efeitos do uso de maconha de longo prazo. A percepção subjetiva na *qualidade de vida* de usuários habituais passou a surgir como motivação e efeito benéfico desejado por essas pessoas ao consumir a

planta. Dentre benefícios abordados em estudos clínicos de boa qualidade estão a maior facilidade em fazer e manter amizades (HAMMERSLEY; JENKINS; REID, 2009) e a melhora do humor e da percepção de bem-estar (BOYS; MARSDEN, 2003).

A etnografia, resultado desse processo, será apresentada em cinco capítulos nas próximas páginas. No primeiro serão abordados o processo de criminalização da maconha no Brasil e suas nuances raciais, a imagem associada à essa planta na história recente do país, além de uma breve revisão sobre o estudo antropológico das drogas.

O segundo capítulo trata da aproximação ao campo de pesquisa, desde as reflexões teóricas necessárias, passando pelas referências que delimitaram o modo de fazer esta etnografia, até uma breve descrição dos principais interlocutores e de lugares importantes para a pesquisa.

No terceiro capítulo inicia a discussão da relação dos interlocutores com a maconha e suas distinções, nesse ponto o debate é sobre os contextos de uso recreativo da maconha, e o objetivo é pensar as prováveis distintas relações de pessoas marcadas por diferentes sistemas de opressão que utilizam a maconha por prazer. Além disso, se discute como a visão negativa construída socialmente sobre o usuário de maconha recai de forma distinta sobre essas pessoas de acordo com marcadores sociais da diferença. Por fim são analisadas motivações para se buscar e consumir a maconha por prazer, bem como as estratégias utilizadas para sobreviver à repressão.

No quarto, o objetivo é pensar nos contextos religiosos da planta, em que o racismo, através da intolerância religiosa, parece impactar as vivências de pessoas que utilizam a maconha em contextos de práticas religiosas de matriz africana, gerando inclusive permissões e restrições à concretização desse tipo de uso.

No quinto capítulo serão abordadas as experiências em contextos medicinais da maconha dentro de um bairro periférico, buscando compreender a legitimação da planta enquanto medicamento, refletindo sobre os desafios e obstáculos desse processo,

Nas considerações finais são resumidas as principais questões elaboradas nos capítulos anteriores, é feita uma reflexão sobre as limitações do trabalho, e apontados possíveis caminhos,

Capítulo 1 - Entrando na roda

Este primeiro capítulo é dedicado ao detalhamento dos caminhos que conduziram os primeiros passos da pesquisa, e por isso seu nome faz referência ao gesto de entrar na roda, a um movimento de chegada e reconhecimento do campo. Uma das mais estigmatizadas maneiras de relacionar com o planta chamada Maconha é se juntar a um grupo de pessoas em roda, com o fumo aceso passando entre os participantes. Rodas de maconheiros foram combatidas pelo poder estatal, assim como outras rodas (as de samba, as de capoeira), e ainda assim sobreviveram como uma prática cultural que está presente em diversos grupos e lugares. No contexto desta pesquisa entrar na roda é um movimento inicial de uma investigação antropológica, é reconhecer o terreno da pesquisa.

O ponto de partida do capítulo é a reflexão sobre a relativa proximidade do pesquisador com o tema do trabalho, tendo em perspectiva a discussão sobre o lugar do nativo e de seu território dentro da teoria antropológica, sobre a atualidade dessa discussão nas etnografias realizadas nas periferias das grandes cidades. Em seguida, se discute a referência metodológica da Etnografia Na Rua e o seu papel central no trabalho de campo, desde a circulação nos lugares da pesquisa até a aproximação dos interlocutores. Por fim, são apresentados os interlocutores com os quais mantive um contato maior, além de brevemente descritos os lugares dentro do bairro que tiveram maior destaque no trabalho de campo.

1.1 Antropologia Ciência e poder

No momento em que iniciei um caminho de pesquisa na antropologia, percebi que deveria primeiro me localizar no que diz respeito às relações entre antropólogo e *nativo* na teoria antropológica. Isso porque passei a me questionar sobre que tipo de relações de poder os antropólogos nutriram para com as pessoas pesquisadas. Talvez pela herança que a ciência moderna recebeu das tradições católicas romanas, do passado monástico do pensamento filosófico ocidental, a antropologia como disciplina nasceu em meio ao questionamento da humanidade de povos considerados primitivos; em seguida passou a considerá-los como evidências do passado da civilização, mas ainda diferentes.

É justamente essa diferença e, inicialmente, a distância física associada a ela, que fundamentou a teoria antropológica do século XIX e início do XX; o deslocamento do polonês Bronislaw Malinowski (1884-1942) até as Ilhas Trobriand representou elemento

crucial para a consolidação do método etnográfico e da observação participante. A construção de um conhecimento calcado na objetividade demandava distância, os elementos da cultura só poderiam ser desvelados a quem os estranhasse, seus praticantes nunca seriam conscientes das estruturas das organizações sociais que estavam *dentro* dela. Ainda que não se pretendesse hierarquizar sociedades com o mesmo furor evolucionista, pessoas enquanto objeto de estudo foram invariavelmente desumanizadas, coisificadas.

Diante da minha proximidade em relação ao objeto de estudo, do campo estudado e dos questionamentos teóricos e metodológicos, julguei necessário recorrer a uma análise epistemológica e histórica da Antropologia enquanto uma disciplina acadêmica, e como um conhecimento instituído justamente a partir desse tipo de conflito. Dessa reflexão emergem as perguntas: existe algo em comum entre a antropologia feita nas colônias europeias no raiar do século XX e antropologia feita hoje nas periferias das grandes cidades? Que ideias e práticas eu reproduzo ou deixo de reproduzir em comparação com etnógrafos à serviço da empreitada colonial?

A antropologia emergiu como uma disciplina acadêmica no final do século XIX, em meio ao furor das abordagens biologicistas do mundo e da variabilidade do comportamento humano, ou seja, da diferença, através da hierarquização das diversas sociedades coexistentes à época (LARAIA,2005). As teorias que davam suporte a um processo de criação de uma ciência social se afastavam do naturalismo e da biologia, mas não dos pilares objetivistas, de separação entre teoria e prática, que envolvia essas ciências.

No tempo em que nascia a disciplina, os antropólogos tinham a vida confinada às universidades, suas salas e escritórios, rodeados de livros e documentos. A maioria dos estudiosos da área trabalhava lendo e sistematizando dados obtidos de relatos, cartas e publicações feitas por missionários, colonos e funcionários de governo. Até fins do século XIX a maioria deles não tinha sequer visto pessoalmente algum representante dos povos chamados primitivos, sobre os quais escreviam. Destoavam desse perfil o evolucionista estadunidense Lewis Morgan (1818-1881), que realizou trabalhos com os iroqueses, e o antropólogo alemão Franz Boas (1858-1942), que fez pesquisa entre os esquimós. Ambos foram grandes influenciadores de Malinowski em um período de efervescência dos debates sobre a diversidade das sociedades humanas e de emergência de novas práticas e novos métodos na antropologia (DUHRAM, 1984).

O método etnográfico, uma dessas grandes revoluções, não foi inventado por Malinowski, mas foi com ele que a antropologia passou a assumi-lo de modo sistemático, o que impulsionou a disciplina através do século XX. As ideias funcionalistas de Malinowski

envolviam uma certa “humanização do nativo”, preconizando a vivência de longo prazo, aprendizagem da língua nativa e uma abordagem subjetiva do estudo dos “primitivos”, incluindo percepções e noções deles próprios, com as quais entendem seu mundo. Esse método é até hoje conhecido como observação participante (KUPER, 1978).

Pode-se dizer, enfim, que a antropologia de Malinowski estava um tanto carregada do objetivismo característico do método científico, mas também de um humanismo nascente. Em sua obra, inclusive, existem muitas críticas diretas ao colonialismo e à ação do poder colonial sobre os povos estudados.

Apesar de iniciar um movimento de renovação metodológica em relação aos povos e comunidades estudadas, a antropologia tinha relação estreita com o colonialismo, seus princípios e objetivos. Em texto sobre o assunto, o antropólogo e historiador sul-africano Adam Kuper (1978) discute a polêmica associação entre a antropologia britânica e a empreitada colonial, reconhecendo que o financiamento e as carreiras oferecidas pela coroa sustentaram a antropologia. Ele sugeriu, inclusive, que Albert Haddon (1855-1940), orientador de Malinowski, que o incluiu na viagem até a Oceania, representava o “vigoroso antropólogo colonial”.

Da antropologia social britânica até a chamada Escola Cultural Americana, transformaram-se os motivos e as práticas, mas as relações com os poderes governamentais continuaram complexas. Trabalhos como o de Ruth Benedict (1972) ainda demonstram que a prática etnográfica tinha relações estreitas com os interesses estratégicos do governo dos Estados Unidos, que financiou a autora para se debruçar sobre a sociedade japonesa durante a Segunda Guerra Mundial.

A antropologia interpretativa de Clifford Geertz e de muitos outros pesquisadores influenciados por ele se esforçou para analisar criticamente e revisar os métodos de produção e análise de informações sobre as sociedades estudadas por antropólogos. Assim, fundamentou um questionamento cada vez mais profundo sobre o papel da antropologia como ciência já consolidada e profundamente institucionalizada na segunda metade do século XX.

A partir de então, outra mudança se operou dentro da própria antropologia, na medida em que a disciplina se inquietou com a predileção pelo estudo de comunidades distantes. Afinal, pelo menos desde Malinowski, a viagem e o deslocamento por grandes distâncias físicas ainda eram essenciais ferramentas metodológicas dos antropólogos. Autores

diversos passaram, então, a imergir nas próprias sociedades, deslocando a lente do olhar etnográfico⁷.

Nesses novos cenários, em que a antropologia se encontrou com a cidade, as disciplinas das ciências humanas passaram a rever suas práticas no espaço urbano. No cenário brasileiro, o antropólogo paulista José Guilherme Magnani (2009) afirma, por exemplo, que as populações periféricas entraram em contato com a antropologia quando essa ciência buscava tipificar e investigar o que eles consideravam um “novo tipo de ator social” e suas práticas. O contexto sociopolítico da época era o da ditadura militar, um estado autoritário e violador de direitos fundamentais.

De acordo com o autor, foi nesse contexto que surgiram as primeiras etnografias envolvendo favelas, religiões de matriz africana, carnaval e festas populares. Em um movimento de transição do fazer antropológico, essas etnografias pressupunham que a cidade seria mais que o simples cenário onde ocorriam os fatos relatados. Assim, a urbe surgiria como resultado de práticas, intervenções e modificações realizadas pelos mais diversos atores sociais.

Segundo o antropólogo carioca Gilberto Velho (1945-2012), autor de estudos importantes da antropologia urbana no Brasil, foi nesse período que novas etnografias foram feitas e que a antropologia se redirecionou para além da etnologia e das relações inter-étnicas, voltando-se para processos sociais mais diversificados, como a vida nas favelas (VELHO, 2003). É esse autor que passa a se interessar pelos chamados grupos desviantes (tal como usuários de diversas drogas), pelas classes populares, mas sem ignorar esforços de compreensão de camadas médias e altas. É ele também quem sustenta que o pertencimento a vários grupos e redes em que o antropólogo urbano vive permite aproximações e distanciamentos variáveis em relação aos grupos que participam das etnografias, que, muitas vezes, pertencem ao seu próprio grupo social (VELHO, 2003).

Hoje, atuar como etnógrafo em um contexto de favela exige redobradas atenções para quebrar a imagem do antropólogo extrativista, do gênio que capta todos os detalhes de uma realidade e os descreve como uma totalidade, com uma autoridade etnográfica que Rosaldo (2016) chama de abusiva. Afinal, no contexto de violência cotidiana vivida nas periferias, onde o Estado representa um poder letal ao mesmo passo que priva a população de outros direitos, é preciso ter atenção extrema às “condições de repressão” sob as quais pesquisadores, financiados pelo Estado para pesquisar, irão produzir etnografias.

⁷ A virada antropológica que aconteceu nos anos 1980, com James Clifford, (2017)[1986] e suas experimentações etnográficas urbanas.

É preciso atenção para não cair no engodo apontado por Magnani (2009), de que a etnografia é “um acúmulo de detalhes”, permitindo que as reflexões etnográficas sirvam apenas para seguir a sua história de instrumento à servidão e à dominação (VASCO, 2007). Em vez disso, buscar seguir o caminho que Velho (2003) propõe, é dar atenção com profundidade a histórias de vida, trajetórias sociais e biografias, entrecruzando essas narrativas com as questões acerca das relações entre indivíduo e sociedade.

1.2 Reflexões metodológicas

Um dos desafios da pesquisa diz respeito ao meu lugar como pesquisador, onde impõe-se a necessidade de pensar a reflexividade no fazer etnográfico. No começo da pesquisa eu considerava essa questão de menor importância, superada desde o início. Eu não tinha dúvidas sobre o meu lugar em relação ao território da pesquisa, por nascer e crescer em bairro de periferia me considerei, arrogantemente, *de dentro*. Eu via essa espécie de autoafirmação como um trunfo, até mesmo como uma proteção a possíveis questionamentos sobre a minha legitimidade de pesquisador.

Desde o início do curso de mestrado, por conta de todas as experiências que vivi em decorrência dele, passei a questionar essa pressa em me afirmar “do pedaço”, quando iniciei a pesquisa haviam passado três anos entre meu ingresso no mundo de trabalho como médico até o ingresso na pós-graduação, nesse ínterim vivi momentos de muitas incertezas sobre o que fazer com o diploma na mão. Uma vez graduado, me vi em meio a um sentimento de despertencimento geral, me sentia distante e não integrado ao meio acadêmico/profissional. Em parte, porque não encontrei um modelo de desenvolvimento profissional que levasse em conta os meus questionamentos sobre a relação de poder entre profissionais de saúde e comunidades periféricas como a minha, principalmente no que diz respeito ao exercício da autonomia do cliente do sistema de saúde. Sempre me incomodou a imposição de valores ditos “universais”, e à deslegitimação dos conhecimentos populares e tradicionais durante o processo de promoção e/ou assistência à saúde.

Na faculdade, procurei focar minha prática em questões de saúde coletiva que permeavam esses temas. Mesmo diante do gosto pela pesquisa, escolhi me aprofundar em projetos e programas de extensão universitária voltados para a valorização dos conhecimentos populares, estímulo à participação social democrática e para a democratização do conhecimento científico. Por esse caminho, cheguei até o ponto que considerei a confluência dessas reflexões: passei a me dedicar ao estudo das plantas medicinais e fitoterápicos,

procurando integrar os conhecimentos das pessoas por onde trabalhei ao meu próprio, dialogando e valorizando esses saberes.

Durante minhas vivências como profissional de saúde me habituei a ouvir histórias e a presenciar situações que só aumentaram o anseio de encontrar uma prática médica que dialogasse com as comunidades periféricas, e que estivesse preocupada com o conflituoso encontro entre profissional da saúde e seu cliente⁸. Nesse sentido, observava dedicadamente as práticas profissionais voltadas para o cliente que usa ou abusa de drogas (lícitas ou ilícitas), vi cotidianamente o julgamento moral, o desleixo no projeto terapêutico dos usuários, e pior, a defesa irrestrita de tratamentos com pouco embasamento científico no cuidado a essas pessoas, que, na maioria das vezes, eram negras, pobres e com pouca escolaridade.

Essas experiências pessoais motivaram em grande parte os caminhos do presente trabalho, isso porque ao me aproximar da antropologia, quando defendi um TCC⁹ orientado por um antropólogo, percebi que esse campo de estudo poderia contribuir para o aprofundamento dessas questões. Quando ingressei no curso de mestrado sabia que queria pesquisar em comunidades semelhantes aquela onde cresci, já que estava movido pelo sentimento de devolutiva do conhecimento adquirido, ainda que não tivesse definido exatamente o tema, pois só depois de ter contato com a história que meu irmão contou eu viria a decidir o tema da pesquisa.

Bariani (2016), doutor em sociologia em um artigo sobre Alberto Guerreiro Ramos, discute sobre o projeto nacional brasileiro e o lugar onde se inserem acadêmicos vindos de comunidades pobres, principalmente os mestiços como ele. Guerreiro Ramos defendeu uma ciência social brasileira, feita por brasileiros, para se ater aos problemas do Brasil, e por isso sempre se preocupou com o tema. Segundo o autor, essas pessoas se apartam de suas comunidades para viver a academia, acontece que ao chegarem lá não se sentem pertencentes àquele lugar, tampouco são vistos como tal pela comunidade acadêmica. Além disso, ao tentar se aproximar novamente de sua comunidade de origem, tampouco são reconhecidos ali, passando então a vivenciar um lugar incerto, algo como uma fronteira definida pelo que ele chama de “permeabilidade rara das instituições”.

⁸ Na área da saúde e na medicina existe um longo e histórico debate em volta dos termos utilizados para designar a pessoa que busca um atendimento, por muito tempo o termo “paciente” foi unânime, contudo, as ciências humanas trouxeram o debate sobre a condição de passividade que esse termo evoca. Termos como “consultante” e “cliente” surgiram como uma alternativa que represente uma posição mais ativa e participante da pessoa que utiliza um serviço de saúde.

⁹ PASSOS, B. F. O MÉTODO PERYPATETICO: Análise do aprendizado na relação médico-paciente na perspectiva do egresso/estudante do Curso de medicina participante do núcleo de artes e imanências em saúde-NARIS. Trabalho de Conclusão de Curso. Orientador: Prof. Dr. Hilton Pereira da Silva. Universidade Federal do Pará. Belém. 2016.

Apesar de não partilhar do mesmo lugar racial que Guerreiro Ramos, utilizo a influência desse pesquisador tão preocupado com a produção de uma ciência social brasileira como recurso metodológico, uma vez que sou fruto dessa permeabilidade. Do ponto de vista antropológico, ao voltar meu olhar para uma comunidade da periferia de Belém, utilizo o distanciamento que vivi sendo universitário para garantir o estranhamento, e a “objetividade relativa” do trabalho etnográfico. Nascer e crescer em um bairro periférico me faz estar “dentro”, ser universitário e médico me faz estar “fora”.

Apesar de não ter inventado a necessidade de ser de fora, e de se deslocar espacialmente para executar o trabalho etnográfico, desde Malinowski e suas contribuições para sistematização dos dados etnográficos, a necessidade de ser um estranho em meio às comunidades “pesquisadas” foi colocada no centro das discussões sobre a veracidade e validade do conhecimento antropológico. A categoria “nativo” figura então no centro dessa questão, e diante da minha condição como pesquisador.

Eu poderia então ser rotulado como um nativo que está praticando antropologia? Ainda que esse pressuposto seja apenas parcialmente verdadeiro, levando em consideração o meu lugar de indefinição e de fronteira, essa é uma pergunta que ajuda a fazer escolhas metodológicas. Seria possível dizer então que, na minha pesquisa, o termo *nativo* apareceria como autorreferência?

O antropólogo indiano Arjun Appadurai (1988) tece algumas reflexões em torno desse termo, abordando-o como uma das imagens que congelam e enrijecem as diversas culturas e suas especificidades no estudo daquilo que é humano. Para o autor, o nativo em antropologia acaba sendo qualquer pessoa que está distante do ocidente metropolitano, apesar de que também pode ser retratado como aquele que nasceu e pertence ao lugar no qual o antropólogo faz seu estudo. Segundo Appadurai (1998), desde o difusionismo é possível romper o “encarceramento moral e intelectual” que aos nativos era reservado. Para o autor, nunca existiram de fato os “nativos imaculados”, imagem que deve ser reservada a uma primitiva - aqui cabe melhor o termo - imaginação antropológica.

Apesar de a discussão do autor indiano contemplar minha proximidade em relação aos interlocutores, ela não tem o mesmo sucesso em delimitar os distanciamentos que vivo em relação à comunidade. Penso que em primeiro lugar, nesse ponto, estão as questões de raça e classe, como posso me considerar um nativo de um bairro considerado um território de negritude, se sou branco? Como posso considerar que minhas reflexões sejam “nativas” se represento uma minoria quantitativa de pessoas com ensino superior, com vínculo empregatício e renda média mais alta?

Apesar de o trabalho do antropólogo indiano poder contribuir para minhas escolhas metodológicas, é preciso, como diria Guerreiro Ramos, realizar a “redução sociológica” para que essa referência se adeque à realidade do nosso país. Apesar de suas pesquisas sobre a hierarquia na Índia contemplarem questões étnico-raciais em certo nível, a complexidade dessas relações no Brasil traz a discussão para outro lugar.

Como essa pesquisa se deu em uma periferia de uma grande cidade, é preciso também refletir as implicações de uma etnografia urbana. Gilberto Velho, um dos fundadores da chamada Antropologia Urbana brasileira, traz discussões pertinentes ao antropólogo que estuda sua própria sociedade. No texto “Observando o familiar”, de 1981, o autor reflete sobre a categoria “distância” na antropologia, considerando o distanciamento entre investigador e objeto de pesquisa como uma premissa tradicional das ciências sociais, vinculada a pressupostos que validam pesquisas calcadas no método qualitativo, a saber, a imparcialidade, objetividade e neutralidade.

Velho (1981) discute sobre como categorias, como: *estranho* e *familiar* são fluidas, e tece uma crítica a definições de unidade social com suporte teórico marxista, que define a unidade ao redor de questões de classe, valorizando interesses sociológicos e históricos em detrimento de noções de cultura e identidade. Como ilustração, ele aponta como o sentimento de distância que a nobreza alemã se coloca em relação ao restante do povo alemão pode ser de grandeza semelhante àquela que uma sociedade inglesa se coloca em relação à uma sociedade no Sudão. Para compreender essas noções de distância o autor coloca como necessidade categorizar uma distância social, e uma distância psicológica.

A autor coloca ainda que em sociedades extremamente hierarquizadas e estereotipadas como a nossa, apesar de nos familiarizarmos com pessoas diferentes, isso não nos garante a compreensão do ponto de vista e da visão de mundo dessas pessoas. Trazendo essa questão para cá, posso considerar que apesar de me sentir pertencente a uma comunidade de periferia, isso não me garante validade ao discorrer sobre o ponto de vista das pessoas que considero familiares, principalmente porque cada pessoa do bairro experimenta relações de poder de forma distinta. Ou ainda, seguindo as palavras do autor:

Posso estar acostumado, como já disse, com uma certa paisagem social onde a disposição dos atores me é familiar; a hierarquia e a distribuição de poder permitem-me fixar, *grosso modo*, os indivíduos em categorias mais amplas. No entanto, isso não significa que eu compreenda a lógica de suas relações. O meu conhecimento pode estar seriamente comprometido pela rotina, hábitos, estereótipos. Logo posso ter um mapa mas não compreendo necessariamente os princípios e mecanismos que o organizam.”(VELHO, 1981. p128)

Magnani (2009) faz proposições para orientar o trabalho etnográfico que me parecem adequadas à minha condição especialmente ambivalente em relação às comunidades onde ocorreram a pesquisa. Ele lembra que, apesar de poder falar sobre o território da pesquisa *de dentro*, é preciso ter cuidado com o ímpeto de falar pelas pessoas que vivem no bairro, a fim de evitar que o trabalho de campo sirva apenas para confirmar minhas percepções e reflexões. Segundo o autor:

A etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (MAGNANI, 2009, p. 135).

Orientar meu trabalho da maneira sugerida por Magnani (2009) é um grande desafio, uma vez que pelo meu possível pertencimento ao ‘eles’ (os interlocutores do estudo), corro o risco de que minhas teorias se confundam em parte com as ‘deles’. Assim mesmo, esse desafio me parece absolutamente necessário para estudar o que quero estudar, uma vez que minhas vivências e experiências representam apenas uma parte das vivências e experiências tão diversas dentro de um bairro periférico, principalmente no que diz respeito à maconha.

As reflexões metodológicas da antropóloga britânica Marilyn Strathern (2014) auxiliam a pensar, já que ela questiona a premissa de que antropólogos que trabalham em terreno familiar acessem um melhor entendimento em suas etnografias, simplesmente por estarem *em casa*. Apesar de não escolher necessariamente uma *auto antropologia* como premissa metodológica, a autora contribui para desfazer a afirmação da validade de meus argumentos, somente porque me considero *em casa*, mesmo que também não me considere de fora.

1.3 Pessoas, rodas e lugares

O esforço etnográfico que culminou nesse texto teve uma característica deflagradora, como citado em páginas anteriores, uma sucessão de deslocamentos que experimentei enquanto pesquisador, movimentos que foram ditando que caminho seguir. A minha circulação pelas ruas do bairro, caminhando, de bicicleta ou de carro foi parte importante das observações que fiz, algumas vezes ficava perambulando pelas ruas próximo a locais de venda de maconha que eu já conhecia, fazia visitas a casa de conhecidos e outros

interlocutores, em outros momentos eu ligava o senso de observação em idas simples a padarias no bairro, outras vezes ia para espaços de lazer e de aglomeração (principalmente de jovens), em outras vezes eu ia até festas de aparelhagem¹⁰ onde, além de muitas outras atividades, se consumia maconha, foram muitos e diversas as pessoas, lugares e rodas em que acessei os dados etnográficos.

Algumas das situações de trabalho de campo ocorreram após mínimo planejamento e organização direcionados para a pesquisa. Eu saía de casa para atividades ligadas somente à pesquisa, indo a lugares de consumo, indo visitar potenciais interlocutores, ou simplesmente observando e ouvindo o movimento das ruas próximas a pontos de venda, geralmente passando de bicicleta repetidamente em certos intervalos, para evitar a desconfiança de quem eu encontrava.

Nesses movimentos do trabalho de campo, alguns lugares foram mais visitados, e aos poucos foram ganhando importância no trabalho, de forma semelhante ocorreu com alguns interlocutores, que sendo previamente conhecidos por mim ou não, passei a conversar com frequência sobre temas da pesquisa. Apesar da importância desses interlocutores, meu maior aprofundamento na relação com essas pessoas e lugares não exclui do trabalho etnográfico outras pessoas que conheci na rua e não aprofundei o contato, tampouco outros lugares dentro do bairro por onde só passei e tive uma vivência mais superficial, até mesmo alguns diálogos dos quais tanto a profundidade de relações mais próximas, quanto a furtividade de encontros repentinos não programados, são elementos importantes na composição das análises antropológicas aqui apresentadas.

Do ponto de vista teórico e metodológico as etnografias *na rua* de Cornélia Eckert (2020) foram tomadas como referência para esse processo etnográfico em constante movimento pela cidade. Segundo a autora, o deslocamento é parte importante da antropologia, responsável inclusive pela consolidação da disciplina no meio acadêmico, desde o deslocamento físico, vencendo grandes distâncias geográficas, em Malinowski, passando pelo deslocamento temporal em Lévi-Strauss, até o deslocamento em direção ao próximo, a alteridade dinâmica que consolidou a antropologia urbana brasileira.

No trabalho da autora, o deslocamento mediado pelo caminhar na cidade é quem coloca o pesquisador em contato com as conexões entre dimensões culturais, mentais, sociais,

¹⁰ As festas de aparelhagem são uma manifestação cultural do estado do Pará e que alcança outros estados da Amazônia Legal. Em resumo, elas consistem em uma apresentação musical e performática de DJ's das chamadas aparelhagens, estruturas de som e luz que tocam ritmos regionais e nacionais como brega, tecnomelody, funk. Sobre as festas de aparelhagem consultar: Vilhena (2012).

históricas, revelando a complexidade das maneiras que as pessoas encontram para produzir a paisagem urbana. Diante dessa pluralidade, o caminhar pelas ruas em processo etnográfico precisa ser o disparador de diversas leituras e registros das experiências vividas em campo, gerando imagens, sons, textos que nos conectam com a função principal desse tipo de etnografia: narrar múltiplos sentidos de vivências com as pessoas que vivem na cidade que conduzem a produção de conhecimento na pesquisa. Ela afirma:

Esta é, para nós, a tarefa do/a antropólogo/a, pois a ele(a) compete narrar a produção de sentidos. Tarefa de partilhar, através de uma linguagem estetizada por instrumentos técnicos (escrita, fotografia, documento, vídeo, som, dispositivo web...), as múltiplas experiências que incitaram o conhecimento junto aos habitantes em seu viver urbano e que fazem dessas linguagens depositárias das experiências etnográficas em suas perspectivas processuais e situacionais. É a forma de colocar no círculo das trocas (acadêmicas, comunitárias) cada palavra, cada gesto, cada rastro, cada imagem que desperta a memória coletiva de seres cidadãos." (ECKERT e ROCHA, 2020. p20)

Aqui, o interesse nessa maneira de narrar a produção de sentidos, que a autora sugere, é justamente o de ir além da fixidez das alteridades dos habitantes de um bairro periférico em uma grande cidade, onde os indivíduos assumem posições dinâmicas, entrecortadas pelas diferenças e distâncias sociais desse tipo de contexto urbano, onde o meu movimento, físico ou não, siga o caminho da “dialética do movimento” guiado por diversas experiências sensoriais em campo.

1.2.1.1 Pessoas

Para falar mais detidamente de algumas pessoas que fizeram parte da pesquisa é preciso lembrar que os dados etnográficos que constituem a base material para o presente trabalho foram produzidos, a maioria, em incursões etnográficas onde a ilegalidade, o crime e a marginalidade foram vivenciadas em limites pouco precisos. Por si só minha presença enquanto antropólogo estudando pessoas que se relacionam com uma substância proibida não me coloca fora da lei. Apesar disso, uma pesquisa que mergulhe em uma prática com intenção, de certa forma, traduza-la para linguagem antropológica, pode trazer consequências para o antropólogo, como afirma Alba Zaluar em um artigo “Muitos [antropólogos] mergulham tanto que o próprio antropólogo se transforma radicalmente em um processo quase de conversão para a cultura estudada” (ZALUAR, 2009. P.653).

Quando me coloco como de fora, o trabalho da antropóloga brasileira **Alba Zaluar também me serve de referência de aprofundamento, já que, em suas pesquisas em periferias e favelas do Rio de Janeiro envolvendo o crime organizado, a autora coloca a importância de**

não contribuir para a estigmatização da periferia no trabalho etnográfico, ligado à criminalidade e a ilegalidade, principalmente quando o pesquisador vem de fora. Ela coloca que é justamente a distância, ou o distanciamento, que permite uma compreensão sobre os dados etnográficos que escapa aos ditos “nativos” (ZALUAR, 2009).

Essa condição necessária de vivência e imersão em campo de pesquisa está diretamente vinculada ao relativismo cultural que conduziu pesquisas nesse campo desde o século XX, e por isso, a autora levanta questões éticas sobre a participação do antropólogo, primeiro no campo de pesquisa e segundo como autor, quando da escrita. Tomando como referência essas reflexões sobre pesquisas em contextos de práticas ilegais é possível questionar minha pesquisa. O ponto principal de reflexão seria justamente como escapar da presunção de que apenas por ser usuário recreativo e conviver com pessoas ligadas a atividades ilícitas, eu teria maior capacidade de compreensão sobre o tema pesquisado? Como se minhas conclusões fossem “mais precisas”, para usar palavras da autora.

Para além da preocupação teórica da necessidade de certo distanciamento dos interlocutores no processo de produção do trabalho, também foi motivo de muita reflexão as implicações legais que pudessem recair sobre participantes da pesquisa por motivo das informações aqui debatidas. A preocupação se revela ainda mais nítida quando se trata de uma pesquisa que questione as diferentes reações institucionais e sociais para pessoas brancas e negras que fumam maconha. Durante as reuniões de orientação ficou evidente que minha pesquisa não poderia servir de fonte de dados para instauração de processos criminais, ou ainda pior, perseguição por grupos de extermínio, ou forças policiais locais.

Para iniciar o aprofundamento nos dados etnográficos trago aqui uma breve apresentação dos personagens que compuseram a pesquisa no papel de interlocutor, de sujeito de pesquisa. As descrições serão obviamente preocupadas com o sigilo da identidade dessas pessoas e, por isso, será utilizado o recurso de ficcionar alguns elementos, trazendo dados que contribuam para a pesquisa, mas sem expor detalhes que possam, ainda que indiretamente, revelar a identidade dos interlocutores. A principal referência para esta opção metodológica vem do trabalho de Jânia Aquino com assaltantes de instituições financeiras em Fortaleza (CE).

Em trabalho apresentado na 29ª Reunião da ABA de 2014 ela detalha suas preocupações jurídicas, legais e éticas de uma etnografia junto a pessoas que praticam crimes. A autora relata que tinha grande preocupação com possíveis desdobramentos legais que poderiam lhe afetar, incluindo uma possível investigação policial. Além disso, a autora também se questionava se as narrativas presentes em seu trabalho poderiam oferecer material

para a polícia agir em direção aos seus interlocutores. A solução encontrada foi a de ficcionar detalhes das histórias colhidas, trocando nomes de pessoas, lugares e instituições financeiras, além de valores roubados e datas. (AQUINO, 2014).

A preocupação com o anonimato no texto etnográfico também surge no artigo de Claudia Fonseca, antropóloga da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A autora inicia a discussão fazendo referência à pouca preocupação com as relações de poder nos trabalhos etnográficos clássicos da antropologia, e afirma que diferente desse período, a história recente da disciplina, principalmente no Brasil, está permeada de discussões éticas.

Ela ilustra essa afirmação com o debate sobre o amplo uso de nomes fictícios para mencionar interlocutores, afirma que em sua prática etnográfica acabou por “naturalizar o anonimato” (FONSECA, 2008), tomando como regra o uso de estratégias que omitissem a identidade das pessoas em seus trabalhos, mas que essa aparente solução para questões éticas pode não ser vista como um sinal de respeito ou um gesto de proteção dessas pessoas, uma vez que pode sugerir que elas têm motivos para se esconder, tal qual criminosos que aparecem em matérias de telejornal com tarjas no rosto.

1.3.1.2 Raimundo

Conheci o Raimundo através de uma pessoa próxima, um dia, no Condomínio, há cerca de três anos, nessa época eu começava a trabalhar com o grupo organizador de um evento ligado ao movimento hip-hop. Homem negro, da periferia, Raimundo era um dos grafiteiros que se apresentariam no evento. No primeiro contato, com a correria da organização e produção, falamos pouco. Apesar de naquela época já ter dado início à pesquisa, minha aproximação do grupo organizador se deu porque uma integrante conhecida minha me falou da necessidade de equipamento de som, foi quando passei a ajudar, levando e operando o som. Apenas para algumas pessoas e depois de certo tempo falei sobre a pesquisa, solicitando participação ou informando que também faria campo ali.

Tempos depois, em outro evento reencontrei Raimundo, ele estava lançando um novo projeto, marcando o seu retorno à carreira artística. Abordando principalmente sua história de vida recente. Raimundo tem 33 anos e faz parte das primeiras gerações do movimento Hip-hop paraense, como ele mesmo define, passou por várias linguagens do movimento, foi atleta juvenil, disputou campeonatos nacionais em salto em distância, mas apesar do talento que treinadores viram nele, segundo ele, sua carreira no esporte foi abalada por problemas pessoais e financeiros.

Ele conta que depois disso desenvolveu bipolaridade e outros problemas emocionais, que se somaram a problemas financeiros e o influenciaram a sair de Belém. Morou em Vitória, no Espírito Santo, em Curitiba, Paraná, e outras cidades no sul e sudeste brasileiros. Durante seu tempo fora trabalhou em diversos empregos fora da carreira artística, empresas de gás, restaurantes, casas noturnas. Apesar disso, me contou que nunca parou de escrever e continuou compondo. Em Curitiba encontrou um grupo de produtores culturais e de outros artistas visuais que lhe estimularam a retomar sua carreira, produzindo novos trabalhos em conjunto.

Meus encontros com Raimundo ocorreram em muitas oportunidades durante o período de trabalho de campo, encontrei ele na rua em situações corriqueiras, muitas vezes, ele veio até minha casa, outras vezes nos encontrávamos em festas no bairro, acabamos trabalhando juntos em outros eventos, e também fui como espectador a mutirões de *grafitti*¹¹ e outros eventos onde ele se apresentava. Acabamos ficando amigos, para além da relação de pesquisa.

Após alguns meses, contei pra Raimundo sobre minha pesquisa e se ele gostaria de participar. Após ele aceitar, chegamos a marcar e realizar uma entrevista ou outra de maneira mais formal, mas foi na convivência e nos diversos momentos de encontro que ele mais me ofereceu pequenas narrativas sobre sua vida e também de pessoas do bairro, que ele conhecia. Esse ato de compartilhar histórias comigo foi parte importante do campo, durante alguns momentos, como em uma festa de aparelhagem, ele se dedicou a apontar pessoas na festa e me contar em particular histórias sobre elas, já que parecia ser do interesse de minha pesquisa.

Em outra dimensão de sua relação com a maconha, Raimundo também foi integrante do Bichos da Folha, um coletivo, organização e movimento social nascido no bairro na década de 1990 e que congregava jovens artistas de diversas linguagens, agitadores culturais e militantes políticos, pessoas ligadas ao movimento hip-hop, artistas de rua, poetas marginais e músicos populares. O nome faz referência ao consumo de maconha por parte do grupo, segundo ele, a relação com a maconha iria além do consumo por lazer, fazia parte de um projeto de organização e atuação do coletivo. Ele me contou que alguns dos primeiros integrantes cultivavam duas variedades de maconha muito conhecidas no Maranhão: A Rabo

¹¹ O graffiti é uma linguagem que faz parte do movimento hip-hop, consiste em expressão artística visual criados por artistas em muros e paredes da cidade, nesse tipo de mutirão vários artistas e integrantes do movimento hip-hop realizam um dia de pinturas em alguma rua previamente escolhida.

de Raposa e a Pernal. Esse cultivo teria sido realizado há muito tempo, no início da ocupação bairro, em um terreno conhecido como Pomar.

Por diversos motivos, Raimundo acabou por se tornar um interlocutor chave para a pesquisa, não só por conta de suas vivências e relação com a maconha, mas também pelo seu extenso conhecimento sobre a história do bairro, e principalmente das pessoas que ele conhece. Dessas pessoas, ele me contou histórias cheias de detalhes, e algumas delas ele até me apresentou, abrindo possibilidade pra um mergulho mais profundo no trabalho etnográfico.

1.3.1.2 Amanda

Amanda é uma mulher negra que cresceu no bairro, calculo que esteja passando dos quarenta anos, ela diz ter orgulho de ser a única entre seus quatro irmãos que não tem um emprego formal e, por isso, não depende de salário para sobreviver, isso porque seguiu os passos do seu pai e toma conta da lanchonete que ele lhe deixou de herança em uma feira, ela conta que nunca fez nenhuma formação técnica ou superior, ou se interessou em ter um emprego fixo. Ser uma mulher negra e lésbica em uma periferia já coloca Amanda em uma situação de exclusão e em relação à sua comunidade, no caso dela, ainda se soma o fato de ser usuária de diferentes tipos de drogas, entre elas a maconha.

Amanda e seus irmãos eram muito presentes nas festas de *reggae* que aconteciam no bairro, entre os vizinhos e conhecidos da rua eram conhecidos como "regueiros", eram seguidores das chamadas Radiolas maranhenses, equipamentos de som bem semelhantes aos encontrados em Belém, mas dedicados exclusivamente a tocar reggae. Em conversas, ela me contou sobre como, a partir da ligação com o reggae, a proximidade com a maconha foi se desenvolvendo ainda durante a juventude.

Encontrei com Amanda algumas vezes na casa de sua família na ocasião de reuniões de amigos dela, onde o grupo fumava maconha, e ocasionalmente, também bebia cerveja, dentre estes alguns poucos também cheiravam cocaína. Em conversas nesses momentos ela chegava a comentar brevemente sobre um período difícil de sua vida, quando teve problemas com abuso de drogas, mas nunca com profundidade ou detalhes, e quando abordava o assunto não falava abertamente para roda toda.

1.3.1.3 Mariana

Bem antes até mesmo de querer iniciar a pesquisa conheci Mariana, aqui mesmo em Belém, não lembro bem a primeira vez que conversamos ou nos apresentamos, mas em minha memória as primeiras lembranças que tenho dela são de apresentações do grupo musical que ela fez parte. Mariana é uma jovem negra de 26 anos, paraense, afroreligiosa, artista de rua, cantora, estilista, produtora cultural e mãe de uma criança de 1 ano e 6 meses de idade. Ela vive em uma união estável com Jorge, homem negro de 35 anos, baiano, artista de rua, escritor e companheiro que ela conheceu quando passou pela Bahia.

Eles vivem hoje no Esteio (nome fictício), uma área de ocupação na periferia de Belém, esse território é marcado pela intensa atividade do tráfico de drogas, pela violência policial, e pela ausência de serviços como saneamento e fornecimento adequado de água e energia elétrica. Além disso, a comunidade do Esteio não é coberta por Equipe de Estratégia de Saúde da Família, nem possui escolas, creches, ou outros serviços públicos semelhantes.

Aqui se faz necessário explicar que, em Belém a cultura vivida na rua é muito forte, batalhas de mc's, batuques, teatro de rua, circo, e muitas outras manifestações são presenças marcantes nas praças e ruas da cidade. Foi num desses momentos que conheci Mariana, uma jovem artista negra que vi presente em movimentos, desde ocupações políticas e artísticas de instituições, até festejos de samba de cacete no interior do estado.

Durante o tempo que nos conhecemos, muitas vezes, nos encontramos em contextos ligados de alguma forma à maconha. Nos encontramos em situações onde eles se encaminhavam para conseguir comprar a maconha. Em um dos nossos encontros, já durante as primeiras incursões em campo, Mariana estava repassando pequenas quantidades de uma maconha vinda da Paraíba para alguns amigos e conhecidos. Apesar de estar vendendo em um lugar onde outras pessoas também vendiam maconha, percebi que ela tentava se diferenciar de outros vendedores, em primeiro lugar ela vendia uma maconha “solta”, conhecida como regional, diferente do prensado paraguaio que é distribuído através do crime organizado em larga escala. O regional geralmente divide opiniões entre aqueles que fumam, já que é considerado menos potente no seu efeito, apesar de ser mais barato.

Parte do esforço de Mariana para revender o seu “solto” se traduzia em comentários que ela fazia sobre a qualidade dele em detrimento do prensado. Depois que ela realizou algumas transações me aproximei mais dela e iniciei uma conversa, ela me falou que estava gestante e que fazia o esforço de fumar apenas o solto e evitar o prensado por conta de sua gravidez, me disse que acreditava que o fumo solto seria menos danoso, e que entendia os possíveis riscos de fumar até mesmo um fumo menos potente, porém recorria à maconha para melhorar queixas de saúde mental para as quais não conseguia alívio com outras estratégias.

A partir desse reencontro com Mariana, dessa vez dentro do contexto da pesquisa, segui em contato com ela e seu companheiro, com quem passou a morar dentro do bairro em uma comunidade que surgiu da ocupação de prédios habitacionais populares não terminados pelo poder público. Cheguei a visitar algumas vezes o casal durante a gravidez dela, de maneira informal contribui para o acompanhamento pré-natal, respondendo a dúvidas e informando sobre o processo do parto. Nessas visitas, o casal me pediu ajuda para realizar o parto daquele que seria o primeiro filho deles, manifestaram desejo de um parto domiciliar. Chegamos a planejar o parto dessa maneira, tentamos garantir profissionais e equipamentos necessários para que tudo corresse bem, entretanto, diante do risco e da dificuldade de logística o parto de Mariana acabou acontecendo em ambiente hospitalar.

1.3.1. 4 Paula

Conheci Paula no período em que ela ainda estava no seu curso de graduação, ela atuava em um movimento social, é uma jovem mulher branca, moradora de periferia, que teve acesso à universidade pública e no período do trabalho de campo era discente de um curso de mestrado.

O pai e a mãe de Paula sustentaram sua casa trabalhando como feirantes no bairro, e apesar da rotina de trabalho informal e de rendimentos muito variáveis, eles conseguiram oferecer para ela e sua irmã uma preocupação constante com a educação, ambas conseguiram acessar o Ensino Superior. Contudo, nos últimos anos, a situação financeira da família entrou em crise, situação agravada pela impossibilidade de trabalhar imposta ao pai dela por sua condição de saúde.

1.3.2 Lugares

1.3.2.1 O condomínio

O primeiro lugar onde frequentei para a pesquisa de campo pode ser considerado bem diferente do bairro apesar de estar dentro dele. A circulação é parcialmente restrita, trata-se de um espaço com a paisagem totalmente diferente do restante do bairro, é bem urbanizado, bem arborizado, possui uma divisão bem delimitada; apesar de o acesso ser relativamente livre, existem portões que dão acesso a esse lugar, controlados pela chamada “segurança patrimonial”. Chamarei este lugar de Condomínio, escolha guiada apenas por me parecer um condomínio fechado no meio da periferia. Também existe uma área aberta grande que oferece a beira de um rio, um lugar escolhido por muita gente que fuma maconha, mas não somente.

Nesse espaço é comum encontrar pessoas de diferentes idades, de dentro e de fora do bairro, algumas buscam apenas a paisagem da beira do rio para um momento de descanso, outros se reúnem em pequenos grupos para admirar o pôr do sol, outras vão ali para caminhadas, corridas, para andar de skate ou bicicleta. Vendedores ambulantes são frequentemente vistos circulando, pessoas descem do carro para fotografar, outros leem, tocam instrumentos ou ouvem música no celular.

Apesar dos diversos usos é comum associar o condomínio ao consumo e comércio de maconha, e esse foi o motivo pelo qual decidi que ali faria os primeiros movimentos no campo, apesar das diferenças entre o condomínio e o resto do bairro serem de grande monta, seja no tamanho, na paisagem ou na dinâmica de circulação de pessoas. E é justamente no contraste com o restante do bairro que habita a complexidade desse espaço, que me permite acompanhar as contradições de um lugar tal como descrito, inserido em um bairro periférico, porém separado dele por muros em diversos sentidos.

Durante minha circulação no condomínio, ouvindo pessoas que ali circulavam, tive acesso a diversos relatos de conflitos entre a segurança patrimonial e jovens do bairro que tentavam adentrar os portões, nesses relatos era comum a percepção de que jovens negros, muitas vezes, moradores dos arredores, tinham sua entrada proibida, ainda que o espaço seja de uso público e coletivo. Muita gente que encontrei ali relatou que eram frequentemente impedidas de entrar, e uma vez dentro, passavam por coação, intimidação e ameaças por parte dos seguranças. Apesar de jovens brancos de classe média também irem ali em busca da maconha, não ouvi nenhum deles reclamando de dificuldades no acesso.

1.3.2.1 *A margem*

Saindo do Condomínio em direção ao bairro, andamos apenas alguns minutos e chegamos à Margem, um espaço que originalmente foi construído para abrigar uma feira, localizado à beira de um canal, sua estrutura física é semelhante a muitos outros mercados e feiras públicas ao redor da cidade. Durante o dia lá são comercializadas frutas, peixes, farinha, e outros produtos comuns a qualquer feira, já durante a noite, abrem-se bares, restaurantes, barbearias e outros estabelecimentos semelhantes. Mas a principal mudança se dá próximo a um quiosque que abriga um bar, cujos donos organizam festas de aparelhagem. Diferentemente de outras festas promovidas no bairro, na margem o movimento inicia depois das 2h da manhã, e geralmente segue até as primeiras horas do dia seguinte, quando a festa acaba e dá lugar novamente à feira.

A margem é o lugar onde a festa acaba por último, de forma que seus frequentadores geralmente saíram de outras festas com horário restrito.

1.3.2.3 *Praças, Casas e Ruas*

Duas praças recém construídas no bairro foram aos poucos ganhando importância durante minhas circulações, passei a frequentá-las, ou pelo menos passar por elas sempre que podia, às vezes, passar por lá fazia parte do meu caminho no cotidiano, mas em outros momentos desviava o caminho para ir até lá e ver o movimento. As praças são modestas em tamanho e também em estrutura, ambas compostas por uma quadra poliesportiva e alguns poucos equipamentos para exercícios físicos. Em uma delas eu estive presente logo nos primeiros dias de sua inauguração, e me chamou muita atenção uma faixa pendurada do lado de dentro da quadra, ela trazia os dizeres: “proibido fumar droga na praça, sujeito a paulada”. Achei curiosa a faixa, principalmente porque desde os primeiros dias vi grupos de jovens fumando maconha bem perto dela, mesmo diante de ameaça tão explícita.

Essas praças logo depois de inauguradas se tornaram ponto de ajuntamento de jovens do bairro, em primeiro lugar por conta da quadra de esportes muito disputada por praticantes de futebol, vôlei e basquete, mas também durante as noites no final de semana, quando muitos jovens se reúnem próximo a carros com equipamento de som, tocando em

volume considerável músicas populares. Alguns grupos bebem, outros apenas conversam e interagem.

Chegando ao fim deste capítulo agora estamos na roda. Primeiro passamos pela essencial reflexão teórica sobre o lugar da antropologia e seus realizadores, pra assim lidar com as possíveis contradições e desafios que campo na relação pesquisador e interlocutor. Em seguida foram detalhadas as opções metodológicas que conduziram o processo etnográfico. Por fim, conhecemos as pessoas e lugares que fizeram parte do trabalho, além de alguma informação sobre como se chegou até eles.

Capítulo 2 – Práticas e ideias em relação à maconha

Este capítulo inicia com um aprofundamento no processo histórico de criminalização da maconha em solo brasileiro, abordando a influência das ideias de purificação racial que fizeram parte dos primeiros passos em direção à proibição, bem como o papel de estudiosos brasileiros na consolidação de um discurso onde a maconha passa de um problema médico, para um problema social, criminal. Também é assunto deste capítulo as diferentes representações sociais da maconha na história recente do país, sua presença em meio à classe média e também nas periferias das grandes cidades. Para finalizar o capítulo é apresentado um breve panorama das abordagens da antropologia e outras ciências humanas sobre a questão das drogas.

2.1 A criminalização da maconha

Dada minha proximidade com leituras que são a marca da contribuição das ciências humanas para a área da saúde, trago aqui uma revisão bibliográfica que começou pensando a maconha desse ponto de vista, valorizando uma visão crítica dos processos biopolíticos que fizeram e fazem a história dessa planta. Já que o tema aqui também é raça/racismo, nos voltamos então para um período importante das discussões raciais em nosso país.

A medicina social praticada no Brasil no período que se seguiu à abolição da escravidão (1888) e à proclamação da República (1889) assumiu as teses eugenistas que circulavam o mundo, cujo ideal era o branqueamento da sociedade brasileira, endossando a hegemonia técnica-política das intervenções estatais e visando o controle/extinção da população negra. Com efeito, o Estado, ao encampar as ideias pretensamente científicas que se difundiram nas então recém-fundadas universidades brasileiras (STEPAN, 2004), assumiu um papel normalizador e repressivo em relação a inúmeras práticas socioculturais das comunidades negras e indígenas no país, com a justificativa de que os problemas da nação advinham da composição extremamente negra e mestiça da sociedade nacional.

Para apagar ou, no mínimo, controlar os supostos efeitos da participação majoritária de negros e mestiços na composição da sociedade brasileira, o Estado estimulou a imigração de brancos europeus. Esperava-se que os imigrantes brancos pudessem colocar o país nos trilhos do progresso, resgatando valores cristãos europeus, introduzindo valores fortemente

apoiados na ética do trabalho¹² e promovendo o branqueamento do povo, as três condições então vistas como necessárias para que o Brasil entrasse na modernidade.

Foi justamente na jovem república brasileira que a repressão oficial do uso de maconha e outras drogas entrou em vigor. Nas lentes das teorias de raça e eugenia, que então predominavam na medicina social e na política (SOUZA, 2012.), as pessoas que usavam drogas estavam diretamente relacionadas a tudo aquilo que ameaçava a ordem social: o crime, a loucura, a vadiagem e a degenerescência (VIDAL, 2010; SOUZA, 2012.).

A preocupação em conter e reprimir comportamentos das classes subalternizadas, como Foucault (2011) demonstra em relação a outros contextos sociais, parece ter sido responsável por certo pioneirismo do Brasil na cruzada contra a planta *Cannabis*. Exemplo disso é a participação nessa discussão de prestigiados acadêmicos brasileiros, tal qual os médicos João Rodrigues Dória, na Bahia, e Oscar Barbosa, no Pará. O Dr. Dória, professor de medicina legal nas Faculdades de Medicina e de Direito da Bahia foi um precursor dos estudos acadêmicos sobre a maconha no Brasil, bem como de outros temas relacionados a comportamentos considerados desviantes: meretrício, tatuagem, epilepsia e diabetes, por exemplo (SAAD, 2011). Sua projeção na comunidade científica foi ilustrada por sua participação no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e de Sergipe e na Sociedade de Medicina Legal e Psiquiatria da Bahia. Ademais, teve forte atuação política: foi Presidente¹³ de Sergipe (1928), porta voz do Governo do Estado da Bahia, Conselheiro Municipal em Salvador (1934) e Deputado Estadual e Federal por Sergipe (1931)

Em 1915, no II Congresso Científico Pan-Americano, realizado em Washington, o Dr. Dória descreveu os terríveis males da *toxicomania*¹⁴ causada pela maconha na sociedade brasileira. Ele defendia que apesar de o consumo da planta estar ligado a presença dos africanos escravizados no país, suas consequências eram sentidas por toda a sociedade:

¹² Os fundamentos da cultura ocidental foram impostos nas colônias a partir da exaltação dos valores judaico-cristãos, e, entre eles o trabalho ocupa lugar de destaque. Para um aprofundamento no tema, ver Giacola Junior (2012) e Lander (2005).

¹³ Cargo equivalente ao de governador atualmente.

¹⁴ Termo que definia na época o consumo de maconha e outros "tóxicos" como uma doença, é oriundo de uma definição paradigmática dentro das ciências médicas, posteriormente substituído por termos como "dependência química". Para maior aprofundamento sobre a compreensão do termo ver (SCHIMITH, MURTA e QUEIROZ, 2019).

A raça preta, selvagem e ignorante, resistente, mas intemperante, se em determinadas circunstâncias prestou grandes serviços aos brancos, seus irmãos mais adiantados em civilização, dando-lhes, pelo seu trabalho corporal, fortuna e comodidades, estragando o robusto organismo no vício de fumar a erva maravilhosa, que, nos êxtases fantásticos, lhe fazia rever talvez as areias ardentes e os desertos sem fim da sua adorada e saudosa pátria, inoculou também o mal nos que o afastaram da terra querida, lhe roubaram a liberdade preciosa, e lhe sugaram a seiva reconstrutiva (DÓRIA apud SAAD, 2011, p. 7).

A mesma perspectiva era assumida pelo Dr. Oscar Barbosa, outro precursor das pesquisas sobre o uso da maconha. Em seu estudo, esse médico chama a planta de “entorpecente terrível”, e assevera que, ao fumá-la, “o indivíduo perde o brio, o sentimento do dever e é tomado de pronunciada estupidez” (apud MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1958, p. 11). Sustenta, ainda, que seu consumo provoca no usuário a “idiotia, a loucura transitória ou definitiva, [...] a prática de crimes e mesmo ao suicídio, quando a morte não o surpreenda” (apud SAAD, 2011, p. 8). Enfim, o Dr. Oscar caracteriza o uso de maconha como um grave problema social, um “flagelo nacional que nos trouxeram os africanos” (apud MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1958, p.5, baseado no argumento de que “seus adeptos se contam em maior número entre os pretos vindos de além-mar e seus descendentes” (apud MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1958, p. 1).

Do ponto de vista legal diversos dispositivos jurídicos podem ser considerados responsáveis pela criminalização da maconha e a consequente repressão a seus usuários. Elisaldo Carlini (1930-2020) pesquisador da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, pioneiro no Brasil em estudos acadêmicos sobre maconha, relata que a proibição em todo o território nacional veio em 1938 através do Decreto-Lei nº 891 do Governo Federal, mas que antes disso os discursos médicos e políticos já haviam iniciado a implementação gradual de dispositivos legais em âmbito estadual para criminalizar a maconha, o autor ressalta por exemplo, que o estado de Pernambuco foi um dos mais céleres e contundentes nesse movimento.

Em sua pesquisa sobre a criminalização da maconha, o historiador Francisco Mesquita corrobora a ideia de que estados da federação buscaram institucionalizar a proibição da maconha de forma autônoma e de acordo com a percepção das autoridades sobre o tamanho do problema que a maconha representava em cada lugar (MESQUITA, 2017).

O autor contribui também para compreender a importância das convenções internacionais, as quais os médicos brasileiros tiveram papel de destaque, ao ponto de, já em 1932, oito anos antes da proibição oficial, ter sido publicado o Decreto n 20.930, que tratava da entrada no país de *entorpecentes* e as punições decorrentes da posse, venda, e circulação dessas substâncias em território nacional. Apesar de esse último decreto não versar

especificamente sobre a maconha, ele, assumidamente, se utiliza das recomendações do Comitê Central Permanente do Ópio, da Liga das Nações, para instituir uma restrição à maconha em âmbito nacional (MESQUITA, 2017).

O historiador brasileiro Jean Marcel França também descreve essa ação descentralizada na criação de leis proibitivas sobre a maconha antes de uma legislação nacional, ele aponta que já em 1830, mais de um século antes do decreto de 1938, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro proibiu a venda e o uso do “pito do pango” em trecho do código de posturas que tratava da venda de medicamentos nas chamadas boticas (FRANÇA, 2018). O autor relata ainda que dessa primeira legislação até a proibição oficial a maconha, figurou tanto em documentos e publicações científicas do campo da botânica e da medicina, como em textos legais que a consideravam como entorpecente, justificando assim restrições de diferentes níveis ao seu uso.

Jovirson Milagres (2003), antropólogo brasileiro dedicado a pensar questões étnico-raciais e à cultura afro-brasileira oferece um caminho para a compreensão do papel da criminalização da maconha na efetivação de um projeto nacional para o Brasil, onde esses diversos dispositivos legais tornaram-se a representação de “um problema político” de fundamental enfrentamento para que a sociedade brasileira se movesse rumo ao progresso, e vinculado ao problema já identificado anteriormente: a presença da população negra dentro desse projeto de nação. O autor defende ainda a importância de médicos brasileiros para que a maconha deixasse ser um “problema médico”, já que muitos desses profissionais e pesquisadores passaram a adotar um discurso que insistia em defini-la como um problema criminal.

O antropólogo Kabenguele Munganga (1940 -) dedicou parte importante de sua obra à compreensão da miscigenação de “raças”¹⁵ ao longo da história e pode auxiliar a compreender como a questão racial está presente no país. Em seu livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil* (1999), ele descreve como a miscigenação possuiu conceitos ambíguos em diferentes momentos, ora como signo da unidade da raça humana, ora como forma de “degradar a boa raça” (MUNANGA, 1999. p50). Ele defende ainda que as elites brasileiras, desde o início do século XX, se apropriaram desse conceito para teorizar sobre a situação racial do país, mas também para propor um projeto construção de uma de identidade nacional brasileira que superasse os inúmeros problemas causados pela diversidade racial.

¹⁵ A menção a categoria “raça” que se faz aqui diz respeito principalmente a diferenciação dos grupos humanos a partir de caracteres físicos, tal como a cor da pele. Sobre as controvérsias ao redor dos diferentes sentidos desse termo na história ver Mendes (2012).

2.2 Representações do maconheiro

Proibida oficialmente no território nacional na década de 1930, a presença da maconha na sociedade brasileira acompanhou as transformações sociais, políticas e econômicas do país. Desse período importante para o processo de criminalização da maconha até a contemporaneidade, os discursos sobre a planta estão imbricados à discussão racial. No artigo “Drogas na Cidade de Deus” (2019), Maria de Lourdes Silva defende que apesar de os discursos e práticas terem se transformado, posto que a planta passou a circular em novos lugares, passou a ser consumida não só por negros, indígenas e seus descendentes, ou ainda por aqueles que territorialmente estavam vinculados a esses grupos, até a metade do século XX a maconha ainda estava confinada aos territórios majoritariamente ocupados por negros, espaços de habitação precárias, que eram chamados por vários nomes como favelas, baixadas e quebradas (DROGAS, 2019).

Ainda de acordo com a autora, nesses lugares, as práticas de consumo da maconha eram frequentemente envolvidas em usos tradicionais e rituais da planta, memórias vivas de hábitos e culturas originárias do tráfico de pessoas negras e da escravização dos indígenas. Silva (2019) relata, porém, que, aos poucos, as chamadas “bocas de fumo” das favelas deixaram de fornecer a maconha somente para o povo da periferia e passaram a fazê-la circular entre artistas, universitários e intelectuais do Rio de Janeiro, principalmente no período entre as décadas de 1970 e 1980, quando o país saiu do período ditatorial.

O sociólogo Bernardo São Clemente (2018), analisando o caso da proibição da maconha no Brasil em sua tese de doutorado, assinala que durante os governos ditatoriais militares de 1964 a 1985 a maconha se tornou um “emblema da luta por respeito às liberdades individuais e coletivas” (SÃO CLEMENTE, 2018. p. 124) pois seu consumo era uma prática inserida no discurso de resistência e liberdade defendido por quem se opunha ao regime ditatorial, mesmo diante do aumento do aparato cívico-militar de repressão ao consumo institucionalizado no Brasil.

Milagres (2003) ressaltou o papel da chamada contracultura, representada pelo movimento *hippie*¹⁶, para a popularização do uso de maconha entre as classes médias, tanto nos EUA como no Brasil. Segundo ele, esse movimento propôs a formulação de um novo

¹⁶ Movimento que ganhou força a partir da década de 1960 nos Estados Unidos, marcado pelo questionamento radical dos alicerces do mundo ocidental, logo se difundiu globalmente, influenciando principalmente política, artística e culturalmente.

ethos para o uso de drogas, ligado à subversão da cultura dominante, à expansão da percepção e à vanguarda artística e política.

Progressivamente, com o crescimento do interesse acadêmico pela planta e seus efeitos, estudos mais elaborados passaram a ser produzidos, acompanhando uma intensificação do discurso de “Guerra às Drogas” dos anos 1980 e 1990. Consequentemente, houve uma difusão maior de informações sobre os danos causados pelo uso de drogas e suas consequências desastrosas, principalmente para os jovens abastados das classes médias e altas (SÃO CLEMENTE, 2018). Enquanto isso, nas periferias o aparato militar do Estado seguiu o furor da ditadura militar de reprimir violentamente o uso de drogas em comunidades pobres.

Dos anos 2000 até hoje, contudo, a imagem da maconha sofreu uma forte mudança, depois de se difundir por todas as camadas sociais. Diversas áreas do conhecimento científico têm se debruçado sobre os usos, efeitos e danos possivelmente causados pelo consumo da planta. A ampliação da pesquisa e da difusão de informações acerca do tema tem, efetivamente, propiciado um maior número de conteúdos circulantes na mídia, na internet e nos periódicos científicos, colocando em questão diversos aspectos do uso de maconha na sociedade brasileira (SOUSA, 2013). Até mesmo a ciência biomédica, historicamente promotora dos discursos criminalizantes sobre a maconha, já absorveu os usos medicinais no seu escopo de interesse. Uma simples busca de artigos na base de dados mais utilizada na área da saúde internacionalmente, o PubMed¹⁷, traz como resultado mais de 100 mil publicações, demonstrando a difusão da discussão sobre a maconha.

França (2015) também aborda o tema em seu trabalho recente sobre a história da maconha no Brasil, afirma que se deu um processo de reconstrução social da representação do maconheiro. O autor defende que, ligado a esse fenômeno, houve uma pluralização da imagem do maconheiro, de forma que ficou difícil a caracterização precisa desse tipo de pessoa, tal como preconizavam os primeiros estudos sobre o tema¹⁸.

Em paralelo, pouco a pouco, coletivos, organizações sociais e ativistas foram se formando em defesa do uso positivo da planta. A partir da pioneira *Global Marijuana March*¹⁹, ocorrida em 1999, de forma simultânea em vários países, diversos movimentos sociais, caminhadas, atos políticos e culturais têm sido organizados em todo o mundo para celebrar o que chamam de *cultura canábica* (REED, 2014). No Brasil, atos como a Marcha da Maconha, no Rio de Janeiro, surgiram em 2002, e, desde então, muitas outras capitais passaram a aderir

¹⁷ <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/>

¹⁸ Para mais detalhes da caracterização de um tipo psicológico do usuário de maconha ver Becker (2008)

¹⁹ Global Marijuana March é o movimento internacional que estimulou a Marcha da Maconha no Brasil.

a esse tipo de manifestação. O Coletivo “Desentorpecendo a Razão” denomina esses movimentos como estratégias de “diálogo social permanente”, porque extrapolam o conceito de movimento social, possuem práticas de gestão horizontalizada, pautadas nas reflexões acerca da redução de danos²⁰ e sobre autonomia, poder, política e uso de drogas (DAR, 2016).

Um dos aspectos centrais na pauta desses coletivos é a política proibicionista que o Estado adota em relação à maconha. Apontando a ineficácia das práticas estatais repressivas, eles destacam e questionam principalmente as suas consequências sociais. Com efeito, ano após ano todo o aparato de repressão/punição de sujeitos pelo uso de drogas resulta em imenso montante de recursos públicos gastos e em vidas perdidas ou encarceradas. Esses e outros argumentos têm dado corpo a críticas à proibição do uso de maconha, ao mesmo tempo que revelam seus perversos mecanismos e consequências.

A socióloga paulista Juliana Borges, que se dedica ao estudo das políticas criminais e relações raciais, apresenta importante contribuição para pensar o que passou a ser conhecido como “encarceramento em massa”, fenômeno discutido mundialmente diante da composição racial e étnica desigual da população carcerária. Em seu texto a autora afirma que, no Brasil, o encarceramento desigual de pessoas pretas e brancas pode ser uma das principais consequências da Lei de Drogas (nº 11.343 de 2006). Em seu livro *Encarceramento em Massa* (2019), ela argumenta como um país fundado sobre a exploração do trabalho de pessoas negras, ao longo de sua história, foi criando medidas para a punição e o aprisionamento seletivo dessas pessoas.

Ela defende ainda que desde o nascimento da república diversas políticas seguiram nesse sentido, um movimento que ganhou proporções muito maiores com a legislação de 2006, apesar de ela ter sido implementada durante o primeiro mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), com forte apoio das classes trabalhadoras, da população negra, indígena, e demais povos tradicionais, brasileiros e brasileiras desigualmente afetados. Somente no período de 1990 a 2019, a autora relata que houve crescimento de mais de 700% na população carcerária no país, tendo mais que dobrado entre 2006 e 2016, chegando a 726 mil pessoas, dos quais 64% são negros e negras, com crescimento proporcionalmente muito maior dentre as mulheres negras em comparação com os homens.

²⁰ A redução de danos pode ser definida primeiramente como uma estratégia de saúde pública direcionada para pessoas que usam drogas que confronta o paradigma da abstinência como objetivo único e final de todo o cuidado para essas pessoas. Na redução de danos o objetivo é reduzir os efeitos prejudiciais do uso de drogas oferecendo alternativas para aqueles que não querem ou não conseguem cessar esse hábito. De um olhar mais amplo a Redução de danos se apresenta como uma prática e também como marco político-teórico que orienta discussões recentes sobre o uso e abuso de drogas. Para aprofundamento ver RAMMINGER E SILVA (2014).

Dados mais recentes do anuário de segurança pública, publicado em 2022, revelam que a disparidade racial na composição da população carcerária cresceu ainda mais, já que o relatório mostra que 67,5% dos encarcerados são negros. Analisando as intervenções policiais, o documento também mostra que homens negros são mortos quase cinco vezes mais durante esse tipo de procedimento, demonstrando que além da questão prisional, a letalidade das ações policiais nas ruas pesa de forma desigual sobre pessoas negras. O texto questiona a importante diferença nos dados de mortalidade e encarceramento da população negra. O texto questiona ainda três das hipóteses mais comuns na negação dessa seletividade:

“a) a de que negros são mais mortos porque são maioria; b) a de que negros são mais mortos não porque são negros, mas porque são pobres, e c) a de que a economia das periferias e favelas, onde há maior concentração de negros, têm por motor a atividade criminosa.” (FORUM DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

O anuário confronta essas afirmações com estudos internacionais e nacionais que demonstram como a discriminação racial molda o perfil do criminoso e/ou suspeito, e como a seletividade racial se mantém em contextos demográficos onde negros são minoria numérica (IDEM, 2022).

Diante desse cenário de grandes e desiguais consequências da proibição das drogas, a maconha incluída, diversos movimentos engrossaram o coro a favor de transformações nas políticas de drogas ao redor do mundo, engendrando, a partir do debate amplo e focado na educação sobre o tema, as primeiras propostas de descriminalização, legalização e regulação do uso medicinal e recreativo de maconha (DAR, 2016). Países como Portugal, Uruguai e alguns estados dos EUA foram os grandes transformadores da política repressiva nas duas últimas décadas. Já a Holanda pratica uma legislação mais branda em relação às drogas desde a década de 1990.

Neste movimento de questionamento, revisão legal, aparentemente houve também uma popularização de uma “cultura positiva” em torno da maconha, a procura por dados e reflexões científicas sobre o uso da planta e seus danos também se ampliou vertiginosamente, tanto por parte dos próprios ativistas, como de entidades médicas, educadores, cientistas políticos e demais profissionais que tentam caminhar com esse fenômeno.

Dentro desse contexto recente, do campo das ciências humanas emergiram questionamentos sobre o estado atual de questões étnicas e raciais em relação aos usos de maconha, e até mesmo dentro dos movimentos chamados antiproibicionistas perguntas começaram a surgir. Como é a composição racial, de gênero, idade e de renda dos movimentos políticos antiproibicionistas? Como lidam com a diferença de gênero, de raça,

classe e geração dentro de seus próprios meios? Esses questionamentos foram particularmente descritos na publicação *Dichavando o poder: drogas e autonomia* (2016), do Coletivo Desentorpecendo a Razão (DAR). Em uma série de textos, com autores de diversas áreas do conhecimento, o grupo gestado nos movimentos de organização da Marcha da Maconha na cidade de São Paulo apresenta seus princípios de atuação, reflexões sobre a prática ativista cotidiana em diversos pontos da cidade, além de trazer relatos do processo de organização política.

A obra-manifesto do DAR aborda temas como o antiproibicionismo feminista, a questão territorial do combate ao tráfico de drogas, questões de classe e de raça estão presentes no cotidiano do coletivo. As reflexões que o grupo faz vão desde análises sobre o maior peso da proibição recaindo sobre negros e comunidades periféricas até a importância da presença e voz ativa de mulheres, e outros grupos minorizados dentro dos movimentos antiproibicionistas. A partir dessa experiência do grupo podemos tentar identificar a crescente importância da pertinência dos marcadores sociais da diferença, principalmente de gênero e raça, classe e território, no que tange às vivências com a maconha.

Desde a afirmação de Maria de Lourdes (2018), que relata uma maior circulação da maconha fora das favelas a partir dos anos 1970, passando por Gilberto Velho e sua pesquisa com “tóxicos” em camadas médias; pelos perfis de famílias que lutam por usos medicinais (BIEHL; PETRYNA, 2016); pela diversidade social, racial, e de classe presente nas marchas da maconha (DAR, 2016; CORRÊA, 2018), até os usos religiosos em ambientes majoritariamente brancos e de classe média dos grupos ayahuasqueiros (COSTA, 2017; FERREIRA JUNIOR, 2019), o que se percebe é que o perfil ou os perfis dos usuários de maconha com diversos fins tem se transformado e/ou incluídos corpos antes não visibilizados, porque não criminalizados, como população preta e pobre (CANEIRO, 2019; RODRIGUES, 2008).

Dentro da discussão da pluralidade dos movimentos sociais ligados à maconha, A socióloga e jurista Monique Prado (2019) analisa os confrontos políticos ao redor das diferentes correntes desses movimentos, especialmente das disputas e desafios presentes na criação da Marcha das Favelas, movimento antiproibicionista feito para a favela e pela favela, diferenciando-se das pautas e práticas das já tradicionais Marchas da Maconha. No trabalho da autora é possível ver referências às disputas e cisões ligadas a questões raciais e de gênero contextualizadas pela territorialidade, exemplificada pelo conflito entre *pista* e *favela*, o que pode representar a complexidade desses movimentos nesse sentido.

2.3 Antropologia das drogas

Para adentrar analiticamente nas relações entre a maconha e a população do meu campo de pesquisa, me parece importante buscar compreender os esforços das ciências sociais em abordar esse fenômeno, evidenciando três perspectivas: a religiosa, a medicinal e a recreativa, ainda que essas definições pareçam incompletas, talvez devido à própria mutabilidade operada pela maconha nas relações com seres humanos, sem desconsiderar também o contexto brasileiro que a colocou entre as substâncias proibidas e as políticas desencadeadas a partir daí.

Desde a década de setenta tem havido grande esforço por parte das ciências sociais brasileiras para explorar os significados sociais que se articulam em torno das “drogas”. Estudos clássicos como o de Gilberto Velho (1992) sobre o uso de drogas pelas como “estilo de vida” pelas camadas médias e alta da cidade do Rio de Janeiro e Vera Penteadó Coelho (1976) que reuniu estudos sobre usos de psicoativos em sociedades indígenas, são referências pioneiras de etnografia sobre os usos de psicoativos em diferentes contextos. No que diz respeito a maconha, esta só passou a ter seu uso urbano investigado a partir da década de oitenta com o endurecimento da política internacional de repressão às drogas encabeçada pelos Estados Unidos.

O tema do uso e abuso de substâncias consideradas drogas ganhou impulso e se multiplicou nas ciências sociais já no século XX, período em que se descobriram muitas novas drogas, e que os antropólogos reformularam o foco de suas pesquisas, voltando o olhar para as relações sociais nas grandes cidades das repúblicas modernas, não mais centrados em povos e culturas longínquas (sobretudo com o que ficou convencionado a chamar de “escola de Chicago”, nos anos 1940).

Algumas das publicações que parecem inaugurar um tipo de enfoque nos estudos socioantropológicos com plantas medicinais e seus derivados psicoativos vêm de um lugar de intersecção entre literatura, antropologia, psicologia e outras ciências humanas. Pesquisadores e obras que transitam nessa zona de interação entre ciências são lembrados por François Laplantine (2003). No texto *Antropologia e Literatura*, o autor menciona a importância dessas obras, mesmo que sejam consideradas marginais na disciplina.

Uma das mais antigas publicações dessa natureza é *Sobre o haxixe e outras drogas*, de Walter Benjamin (2017) [1932] . O autor pratica uma escrita livre e descritiva de suas

experiências com haxixe em Marselha, desde as preparações até suas percepções em visitas a cafés e restaurantes locais sob efeito desse derivado da maconha. Nesse texto de aparência (auto)etnográfica radical, ele tece suas reflexões sob o efeito do que considera um “feitiço canônico” lançado pelo haxixe. Descreve alterações da percepção sensorial, ações titubeantes nos restaurantes e nas ruas, acessos de riso durante a leitura de um cardápio, além dos efeitos sobre a fome, atenção e percepção temporal.

O autor chega a utilizar uma citação de um romancista de sua época para descrever suas conclusões sob o efeito do haxixe. Segundo ele, o produto lhe permite confrontar sentidos “político-rationais” e “individual-mágicos” de sua experiência, dando por óbvia a noção de que o haxixe permite ver os diversos matizes da realidade ao redor e dela oferece perspectivas diferentes, apesar das inúmeras forças que deixam as “coisas tecnicizadas e racionalizadas” (BENJAMIN, 2017).

A partir da segunda metade do século XX grupos de (questionados) pesquisadores voltaram sua atenção para os povos tradicionais das Américas e seu uso ritual de algumas plantas. Carlos Castañeda (1968) é um importante nome desse grupo, pois foi quem escreveu diversos livros relatando suas experiências entre povos originários da América do Norte e suas práticas de cura e rituais. Em *A erva do diabo* (1968) ele narra suas experiências acompanhando Don Juan, um feiticeiro Yaqui, em seus rituais de cura, quase como se fosse seu aprendiz, em uma época em que era estudante de antropologia na Universidade da Califórnia. No texto, Castañeda relata sua frustração com classificações feitas por ele próprio sobre os dados etnográficos produzidos e comentou a dificuldade de se fazer anotações e outros registros típicos do etnógrafo durante um trabalho de campo.

O autor revelou ainda que, ao tentar classificar em assuntos os dados, não conseguiu construir uma forma de compreendê-los e sistematizá-los. Plantas medicinais, processos de feitiçaria, lendas, alucinógenos, essas eram apenas categorizações isoladas. Segundo o próprio Castañeda, sua incompreensão se deu porque havia uma certa “coesão interna” entre os ensinamentos de Don Juan, através dos quais ele teve oportunidade de aprender “um sistema coerente de crenças por meio de um método pragmático e experimental” (CASTANEDA, 1968).

A profundidade de seu trabalho revela que Castañeda não tratava apenas de uma possível “antropologia das drogas”, pois interconecta o tema do uso de plantas medicinais e substâncias psicoativas com outros temas de grande interesse da disciplina. O autor tratou, inclusive, dos desafios metodológicos de se etnografar uma cultura *de dentro*, mesmo que parcialmente, ele dedica parte importante do texto para refletir as implicações metodológicas

de fazer tal estudo enquanto era iniciado no xamanismo. Os desafios desse processo são bem ilustrados por Castañeda enquanto aprendiz de feiticeiro de um velho sábio indígena.

Tanto Castañeda quanto Benjamin publicaram esses trabalhos durante a primeira metade do século XX, mesmo período que os Estados Unidos aumentaram seus esforços no combate às drogas, influenciando o mundo a seguir sua posição através de sua política internacional. Ao longo da segunda metade do século grande parte do esforço de pesquisa sobre drogas esteve ligado à ciência biomédica. A campanha encabeçada por Harry Aslinger e o *Federal Bureau of Narcotics* dos Estados Unidos, instituição que ele comandou por longo período, pode ser citada como exemplo do esforço científico sobre questões envolvendo o uso de drogas (SÃO CLEMENTE, 2018). Apesar do discurso dominante na época ter sido carregado de uma perspectiva biologicista, foi justamente nos EUA onde foi concebido um dos trabalhos mais importantes sobre o uso de drogas, no campo das ciências sociais.

Outsiders: estudos da sociologia do desvio (Becker, 1978) representa até hoje leitura fundamental para abordar o uso de drogas a partir da perspectiva das ciências sociais. Nele, Howard Becker, que era músico e pesquisador, utilizou entrevistas feitas com seus amigos e colegas da noite (ou de pessoas indicadas por eles) para investigar o uso de maconha em sua cidade. Uma das principais ideias do autor foi fundamentar sua análise sociológica no pressuposto de que o uso de maconha era motivado por prazer, e que, de alguma forma, a substância e seus efeitos eram escolhidos pelos usuários por considerarem ela boa para si (BECKER, 1978).

Becker (1978) rejeitava as análises psicológicas que tentavam compreender por que um indivíduo escolhe fazer uso de um produto naturalmente maléfico, como se acreditava na época. Segundo ele, essas análises buscavam no usuário de maconha algum tipo de traço psicológico que o levasse ao uso da planta. Essa ideia, ainda segundo o autor, está na raiz das explicações que, até hoje, defendem que o usuário fuma maconha por motivos de fuga, porque não quer lidar com algo que encontra no seu cotidiano. Becker (1978) questiona essas ideias quando sugere que, se assim fosse, não seria possível encontrar usuários de maconha considerados psicologicamente normais, o que era uma preocupação de muitos psiquiatras da época. Segundo o autor, esses estudiosos queriam saber porquê as pessoas, principalmente os jovens, fumavam maconha, e a maioria das explicações formuladas categorizava esse comportamento como problema médico.

O autor focava sua atenção na “experiência física imediata do usuário com a droga”, para refutar as teorias psicológicas que consideravam o uso de maconha como um comportamento desviante a partir do qual o indivíduo está constantemente sujeito a diversas

formas de repressão e controle social. Becker (1978) defende que se as explicações enraizadas na fuga fossem válidas, nada explicaria a mudança de concepção sobre a droga que ele encontrou junto a usuários habituais, segundo os quais a substância lhes causava prazer (e por isso a buscavam), em uma concepção diferente das que tinham no início do uso, que eram de medo e curiosidade.

Outra grande contribuição de Becker e seu trabalho mais notável foi se assentar no que chamou de uso recreativo da substância, distanciando-se assim das análises sobre a maconha e das outras drogas de abuso. Para o autor, o uso recreativo é aquele no qual o usuário encontra prazer. Talvez ele tenha sido o primeiro pesquisador a afirmar que esse padrão de uso é o mais frequente, no que se refere à maconha, partindo de um contexto de específico.

Os estudos do desvio de Becker tiveram grande influência sobre um dos primeiros antropólogos brasileiros a abordar o tema das drogas. Com muitas citações do autor, Gilberto Velho publicou em 1992 o seu trabalho chamado *Nobres e Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Abordando o uso de “tóxicos” em camadas médias no Rio de Janeiro, o autor se firmava na ideia de que o uso de maconha é a porta de entrada para outros comportamentos transgressores, “anormais” (VELHO, 1992).

Com objetivo de entender como o uso de tóxicos estabelece identidades e fronteiras entre os grupos sociais, Velho (1992) se opôs a chamar o uso de maconha de subcultura, já que, segundo ele, isso representaria a normatização de valores que nascem em conflito com os valores da sociedade em geral. Ele também foi um dos primeiros a afirmar que a maconha era de “uso comunitário”, coletivo, e dificilmente individual.

Velho (1992) demonstrou, ainda, que, apesar de não existir consenso sobre quantidades e padrões de uso da maconha, os indivíduos sempre procuravam se afirmar fora da marginalização habitual que o usuário de drogas sofre. Os participantes da pesquisa rejeitavam o rótulo de viciados e tinham preocupações em relação ao quanto os tóxicos influenciavam sua vida cotidiana, chegando inclusive a rejeitar qualquer uso que não representasse um comportamento esperado de uma “pessoa fina” (VELHO, 1992).

Décadas após os estudos clássicos, tanto no mundo quanto no Brasil, o tema foi amplamente debatido, ganhando novos contornos após o surgimento de um movimento antiproibicionista, que no âmbito acadêmico passou a discutir as origens da proibição das drogas e os efeitos da campanha antidrogas nas sociedades contemporâneas. A maior parte da produção recente sobre o assunto, e especificamente sobre a maconha, direciona-se para os movimentos sociais que envolvem a luta pela descriminalização (LANÇAS, 2013; REED,

2014) ou para os marcos teóricos-políticos da proibição de uso da planta e suas consequências (SÃO CLEMENTE, 2018; ELWANGER, 2016; BRANDÃO, 2017).

No que diz respeito a pesquisadores do norte do país, se destaca a dissertação de Ivonete Pinheiro (2020), pesquisadora egressa do PPGSA/UFGA que discutiu trajetórias sociais de mulheres no tráfico de drogas através de um olhar interseccional, onde, de acordo com a autora, gênero, raça e classe social estão inter-relacionados no que diz respeito aos motivos pelos quais as interlocutoras ingressam no tráfico de drogas, já que, diferentemente do que outras pesquisas sobre o tema defendem, elas demonstraram que mais do que a influência de um companheiro envolvido com o crime, necessidades de sustento familiar e dificuldade de acesso ao mercado de trabalho foram as motivações para que as mulheres da pesquisa se envolvessem no crime.

Em meio a uma grande produção recente, alguns estudos são de maior interesse para o presente trabalho. Maurício Fiore (2013), pesquisador paulista, por exemplo, está presente nesse tema, ressaltando a questão da autoridade epistemológica que as ciências biológicas e afins detêm sobre o tema das drogas, partindo de uma pesquisa etnográfica em meio à classe média universitária.

O autor pondera limitações da escolha estritamente sociológica para explicar os “porquês” do assunto, um movimento diferente do próprio Becker, que em seu texto parece apostar totalmente na universalidade de suas reflexões sociológicas, como se o uso de drogas fosse uma questão da cultura. Fiore (2013) observa, neste sentido, que ao estudar o tema no viés da antropologia, encontra uma tensão analítica entre natureza e cultura, pressuposto que parece questionar universalidades assumidas nesse tipo de estudo. Ele afirma:

[...] não há uma substância e nem um indivíduo como elementos universais e objetivos, mas há contextos sociais e culturais diferentes, de substâncias diferentes e realizados por indivíduos diferentes e, sem a devida atenção a essas diferenças, não é possível se compreender o fenômeno (FIORE, 2013, p. 130).

Do ponto de vista da teoria antropológica, Fiore (2013) argumenta que antes do interacionismo simbólico se voltar para esse tema, os estudos antropológicos tinham como objetivo último a resolução do que chama de “problema das drogas”, associando-as a questões como a “dependência, o crime e a desagregação social”, em um enfoque herdado das teorias funcionalistas, que buscavam explicar os desvios e rompimentos da norma. Por isso, o autor defende que se coloque a questão do uso de drogas em cada contexto específico, considerando sujeitos que não são anônimos e substâncias que não são inertes.

Aprofundando a concepção de que o uso de drogas não está apenas na dimensão do sujeito, nem tampouco na dimensão bioquímica da substância, estão autores como Eduardo Vargas (2006), que com influências pós-modernas, defende que o uso de drogas deve ser analisado a partir dos eventos que ele gera. Ele utiliza a categoria “onda” para definir tanto o objetivo como o resultado do uso de drogas, procurando voltar sua análise para o “o que” acontece quando se usa drogas.

Para Vargas (2006), a onda é uma alteração da percepção e da intensidade das experiências vividas pelos sujeitos, um evento complexo, que se cria através das normas e controles. É um movimento que força ainda mais a tensão natureza/cultura, já que, segundo ele, o uso de drogas coloca o usuário em movimentos de transformação. A “onda”, em sua visão, coloca o usuário em uma zona de indefinição entre indivíduo, sociedade e substância, onde todos esses elementos contribuem para o que ocorre durante o evento “onda”, porém sem que nenhum deles o determine isoladamente (VARGAS, 2006).

Ainda assim, algumas análises recentes focadas nas drogas e suas representações sociais insistem em abordá-las como um problema social ou, ao menos, em procurar entender por que os indivíduos usam drogas. Milagres (2003) ao estudar o uso de maconha em grupos de universitários, prescinde das análises de caráter subjetivo que envolvem o uso de drogas, ao invés disso prefere abordar os processos de agrupamento de usuários e não-usuários, as maneiras como eles se apresentam, se diferenciam e definem suas identidades e trajetórias desviantes.

O autor afirma que apesar de o consumo de drogas ser visto socialmente como um problema, a maioria dos usuários não o entende assim. Para eles, a repressão, sim, pode ser vista como um problema social. Segundo Milagres (2003), tal fato ilustra como a própria classificação de certas substâncias como “drogas” é variável, dentro dos limites da moralidade e do lícito/ilícito, de forma que cada sociedade produz suas proibições e permissões ao uso em diversos contextos. Ele afirma, ainda, que “o problema das drogas” é abordado a partir do estabelecimento de estruturas e regras presentes em qualquer sociedade, mas que regras criadas por grupos específicos são colocadas em enfrentamento com instrumentos coercitivos de grupos hegemônicos.

Ao olhar as múltiplas abordagens das ciências humanas sobre a questão do uso de drogas por grupos humanos é possível constatar um esforço constante de reflexão sobre o assunto, apoiado em constantes revisões teóricas e metodológicas indispensáveis para novas pesquisas nessa área. No próximo tópico é detalhado como esse arcabouço teórico é utilizado nesta pesquisa.

2.4 Meu Problema de Pesquisa

A primeira delimitação que considero necessária ao redor do problema de pesquisa é por qual nome chamar aqui a planta conhecida amplamente como maconha. Como atuo na área da saúde, tanto na assistência, como na pesquisa, talvez o esperado, e também o mais comum, seria que eu preferisse utilizar a nomenclatura científica, utilizar o nome *cannabis Sativa L.* Escolher como chamar uma planta com tantos nomes possivelmente sugere minha preferência subjetiva, já que no Brasil ela tem nomenclaturas derivadas de diferentes povos e culturas.

O termo *cannabis*, assim como a planta em si, são considerados de origem indo-europeia, Sula Bennet (1971) comenta que essa denominação cresceu durante as discussões sobre o nascedouro da planta, por conta da relação dos povos campestres europeus, o que pode explicar a denominação que a planta ganhou do botânico sueco Lineu (1707-1778), responsável por popularizar a nomenclatura científica binomial²¹. Alguns registros antigos desse termo também remontam aos povos Cita, que habitavam regiões correspondentes ao norte do Irã e da Sibéria, mas também com grande circulação nas proximidades da região do Himalaia, onde acredita-se terem sido cultivadas as primeiras plantas (MCRAE, p.422).

Contudo, sem apagar a proximidade desses povos europeus com a planta, a autora adiciona novos elementos à essa discussão sobre a origem do nome, demonstrando a presença dela em meio a povos semitas, contrariando o consenso de que povos do oriente próximo, tanto islâmicos quanto hebraicos, de regiões como a Assíria e Babilônia, não conheciam nem a utilização para fins médicos ou religiosos. Ela defende que a erva aromática que aparece como Cálamo, no versículo êxodo 30:23 de versões em da Bíblia Sagrada, quando Deus orienta Moisés a preparar um unguento, em aramaico aparece o termo *Kaneh Bosm*, que seria uma origem diferente para o termo *cannabis*, oriundo dos Cita.

Já o termo maconha deriva de *mak'ana*, termo muito utilizado por povos Bantu que foram trazidos durante o período colonial para as Américas, falantes de línguas como o quimbundo e umbundo (SOUZA, 2016); esses povos também conheciam essa planta como *Diamba*, ou *Liamba*, nome muito utilizado, principalmente por psiquiatras, sanitaristas e demais estudiosos da *toxicomania* do começo do século XX, de norte a sul do Brasil,

²¹ Conjunto de regras utilizadas para nomear e classificar organismos vivos, prática conhecida como Taxonomia, que foi transformadora para biologia e para a ciência em geral. Consiste de nomenclatura feita em latim, composta de dois termos principais, um indicando o gênero e outro identificando a espécie. Ex: *Cannabis* (gênero) *sativa* (epíteto específico).

principalmente aqueles que faziam parte dos esforços de controle das populações pobres e indesejadas nos centros urbanos, operando contra essas pessoas práticas punitivas e alienantes²² que estavam em voga naquele momento.

A discussão sobre a maneira de chamar essa planta em diferentes lugares e contextos ao longo da história se tornou mais central a partir de minhas primeiras experiências no campo. Pensando em uma situação concreta, enquanto antropólogo que pesquisa o tema e também como pessoa que tem certa relação com a planta de antes do trabalho etnográfico, que nome eu usaria ao me referir à planta junto aos interlocutores? Cannabis sempre me pareceu o termo que causaria maior estranhamento, e de fato se revelou pouco comum de se ouvir pelas ruas e das bocas de vendedores ou consumidores. Dentre tantos nomes possíveis para se referir a planta uma situação vívida em campo trouxe mais uma possibilidade que já tinha surgido.

Naquele dia eu e mais alguns amigos estávamos em dúvida se a festa iria acontecer, ficamos sabendo que nos finais de semana anteriores a polícia tinha parado as festas por lá. Nesse dia uma coisa me chamou atenção logo na chegada. O grupo que eu estava escolheu uma mesa vazia e se instalou, colocamos nossas coisas e pedimos cerveja, logo ao nosso lado um homem estava encostado em uma estrutura de ferro de uma das lanchonetes, eu fiquei bem na frente dele quando em certo momento decidi bolar e acender um tabaco. Ao me ver preparando o fumo ele exclamou: "Vai rolar essa diamba?" "Quase que automaticamente eu respondi que era um tabaco. Segundos depois, tomado pela surpresa de ver alguém na beirada chamar a maconha por esse nome, ainda bolando, olhei pra ele rindo e perguntei: "do que tu chamaste a erva?". Ele ficou sem graça, não respondeu e rindo desconversou, se afastando ligeiramente. "Tu deve ser da velha guarda, né mano?". Fazia tempo que não ouvia alguém chamando esse nome. Contei pra ele rapidamente a história do versinho que ouvi em Quatipuru certa vez, ambos rimos e não conversamos mais. Me pareceu que diante da minha surpresa e do meu questionamento o homem se retraiu, e evitou prosseguir a conversa, só posso especular os motivos dele, mas pela sua reação corporal, ele não esperava que eu fosse questionar o nome que ele usou para se referir à planta. Logo ele se retirou sem que eu soubesse para onde (REGISTRO DE CAMPO, 2020).

Ao mesmo tempo que o meu interesse na maneira como um jovem negro se referiu à maconha pode ter abreviado uma possível relação de interlocutor e pesquisador, a maneira como eu me referi à planta pode ter tido efeito semelhante sobre minha relação profissional envolvendo essa planta com uma senhora branca moradora do mesmo bairro.

Apesar de muito tentando a escolher me referir a maconha como Diamba, por conta dos fatos narrados, ao fim, preferi usar o termo "Maconha", muito por ser o nome que

²² Alienação aqui não faz referência ao conceito marxista, e sim à prática de retirar do convívio social pessoas e/ou grupos indesejáveis socialmente, uma ampla movimentação política e institucional que foi levada a cabo pela psiquiatria e pela ciência médica em geral, alienados nesse contexto são aqueles que foram colocados em hospícios, sanatórios de "hansênicos" e "tuberculosos", loucos. Sobre o assunto ver Oda e Dalgallarrondo (2005).

primeiro tive contato, também por ser um dos nomes mais populares, facilitando assim a compreensão do texto etnográfico.

As questões debatidas acima aumentam a complexidade de às análises antropológicas, contribuindo para o rigor do método etnográfico, pautado pela observação e escuta. Esse confronto de teorias e conhecimentos ganham importância na pesquisa porque confrontam meus próprios pressupostos com o que se viu no campo, não porque sou antropólogo e os vejo à distância e, por isso, seja capaz de ler o real, mas porque faço parte das especificidades que envolvem o uso dessa planta nesse território, e o conhecimento que produzo terá amálgama com a vivência nesse lugar, ideia que é bem ilustrada por Luís Guillermo Vasco (2007) antropólogo colombiano dedicado a repensar práticas de sua área do conhecimento.

“Sin embargo, en los procesos de conocimiento, de investigación, el conocimiento no comenzó ayer ni comenzó con nosotros; ya hay gente que ha investigado y producido conocimiento y que ha sistematizado y guardado ese conocimiento en los libros, es decir, los libros son conocimiento indirecto, conocimiento que otros han producido y que nos hacen llegar a través de los libros; pero ese conocimiento indirecto o libresco es un conocimiento secundario, que para poder ser validado tiene que ser confrontado con la práctica en la realidad.” (VASCO, 2007, p. 21)

Contudo, é preciso lembrar que é uma escolha complicada para uma pesquisa em antropologia dar visibilidade a algo que as pessoas normalmente agem ativamente para que permaneça invisível, ou, no mínimo, visível para algumas pessoas definidas por critérios que envolvem identificação, proximidades e distanciamentos. Nesse ponto a minha pretensa posição de estar falando “de dentro” traz ainda mais pontos de problematização. Em primeiro lugar porque, como pessoa branca, não tenho que lidar da mesma forma que muitos de meus interlocutores lidam com a violência, o julgamento moral e consequências de trazer à discussão um tema ligado a uma planta proibida em um país onde os presídios estão lotados de pessoas que transgrediram essa proibição²³. Nesse âmbito, a questão ligada à proibição da maconha pode ser lida em relação com essas experiências raciais distintas, corroborando os fundamentos eugenistas e racistas da proibição dessa planta há quase um século atrás, e não faltam contribuições de autores que consolidam essa visão.

A ativista e escritora estadunidense Michelle Alexander, que também é titulada professora de História e Estudos Afro-Americanos, se dedica há anos à compreensão do viés

²³ Dados do anuário de segurança pública de 2022 mostram que 67,5% da população carcerária é negra, ao passo que pelo menos um quinto dessas pessoas está presa por crimes relacionados à lei de drogas (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022) Disponível em: Acesso:

legal e institucional do racismo em seu país, principalmente em temas ligados ao sistema de justiça criminal. No trabalho que é referência internacional no assunto, o livro *A nova segregação* (2017) a autora descreve o sistema criminal dos Estados Unidos como herdeiro das legislações segregacionistas do período escravocrata, já que utiliza critérios raciais para vigiar, perseguir, deter e punir ou matar, impondo na prática uma nova divisão na sociedade, no que ela chama de “o renascimento das castas” (ALEXANDER, 2017), um movimento que partiu das elites brancas diante da insatisfação com a luta pelos direitos civis. A atuação política dos antigos senhores de escravos optou pela associação gradual dos levantes da comunidade negra ao aumento da criminalidade, com o fim das leis segregacionistas esses mesmos grupos passaram a utilizar o discurso contra as drogas para perseguir seletivamente os afroamericanos.

Ainda de acordo com a autora, o resultado desse processo histórico foi justamente o encarceramento em massa, levado a cabo através de um conjunto de políticas que aumentou sistematicamente o financiamento do combate às drogas a partir da década de 1980, capacitando policiais, recrutando e preparando divisões especiais, construindo e equipando grande número de instituições prisionais. Os números alcançados colocam os crimes ligados a drogas como responsáveis por cerca de dois terços do crescimento da população carcerária nos Estados-Unidos entre 1985 e 2000, um contingente que foi de 41.100 em 1980, para 500 mil na década passada (ALEXANDER, 2017. p110).

O anuário de segurança pública brasileiro referente ao período de 2020 a 2021 revelou que quase 820 mil pessoas viviam em instituições penais no Brasil, das quais 67,5% eram negras. Entre as vítimas de homicídio no mesmo ano, 77,9% tinham entre 15 e 29 anos, e 75,4% eram negros (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022). Do total de encarcerados, 67,5% são negros, contudo, esse é um dado passível de questionamento, já que o anuário relata ainda que há uma diferença entre o número total de pessoas encarceradas e o número de pessoas que apresentavam alguma declaração de raça no questionário que serviu de fonte para a pesquisa. Cerca de 180 mil pessoas não continham declaração de raça, o que pode representar importante variação nos dados finais.

Em busca de uma descrição detalhada desse quadro de seletividade penal, bem como de compreender as minúcias de como ela é gestada dentro de forças policiais, a socióloga Maria Carolina Schilittler (2016) entrevistou pessoas em conflito com a lei e agentes de forças policiais do estado de São Paulo, analisando os resultados junto aos dados institucionais que envolvem o encarceramento e letalidade com base na diferenciação racial. Na tese “Prender muito, prender mal” autora demonstra como o racismo está presente desde a percepção do

policial sobre quem é suspeito, quem deve ser alvo de revista ou outra ação policial; passando pela construção de uma imagem racializada do criminoso dentro do sistema judiciário; até nas práticas prisionais calcadas na “desumanização do bandido” (SCHITTLER, 2016).

Ao olhar para essa situação do sistema criminal e de justiça, tendo em perspectiva o histórico racista da repressão à maconha no Brasil (SOUZA, 2012; SOUZA, 2016; SÃO CLEMENTE, 2018; FRANÇA, 2016) se reafirma a necessidade de cautela ao abordar o problema de pesquisa, já que ao investigar a relação de uma pessoa negra e/ou periférica com a maconha existe o risco de o trabalho etnográfico expô-la a esse mesmo sistema criminal, ou até mesmo à violência policial.

Outra questão importante acerca do problema de pesquisa é justamente a relevância de se abordar o uso da maconha no tempo em que se discute a revisão da proibição legal dela, em que empresas nacionais e internacionais se apressam para acessar o mercado da maconha medicinal, ao passo que as políticas de guerra às drogas seguem sendo pauta central da segurança pública. Algumas perguntas que podem ser pertinentes nesse sentido são: As pessoas estão fumando muita maconha? A legalização aumenta o consumo? Ataca o problema do tráfico de drogas? Os sistemas educacionais, de saúde e jurídico dariam conta de uma transformação dessa natureza na política de drogas? Existe um padrão de uso que equilibra os danos? Quais os efeitos de uso diário de longo prazo? São algumas das perguntas que mobilizam estudos de diversas abordagens.

Segundo relatório da Diretoria das Nações Unidas sobre Drogas - UNODC, estima-se que 3,9% da população mundial usaram maconha pelo menos uma vez no ano de 2016, o que representaria cerca de 192,2 milhões de pessoas no mundo inteiro, sendo que nos EUA cerca de 10 milhões de pessoas usam maconha diariamente ou quase diariamente. Esses números colocam a maconha como a droga mais usada e cujo uso mais cresce em esfera global (UNODC, 2018). No Brasil, uma publicação do Ministério da Saúde informou que 11,7 milhões de pessoas já consumiram maconha na vida; 2,2 milhões usaram-na nos últimos 30 dias; e 3,8 milhões a consumiram nos últimos meses, tendo como referência o ano de 2016 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

Uma preocupação que sempre se faz presente nas pesquisas relativas ao consumo de drogas é o comportamento dos jovens de 15 a 24 anos. Esses jovens figuram como o público que mais consome drogas, além de representar o grupo mais vulnerável às consequências do seu uso abusivo. Segundo o Gabinete da Organização das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (em inglês UNODC), esse grupo é que mais sofre com problemas de saúde devido ao abuso de drogas, ainda que de forma desigual, já que as consequências mais graves recaem

sobre os jovens mais pobres, expostos ao luto, ao divórcio familiar e a maus tratos na infância. Segundo o gabinete, esses jovens desenvolvem padrões de consumo mais danosos e, por isso, doenças mais graves ligadas ao uso (UNODC, 2018).

No que concerne, principalmente, ao uso de maconha na juventude, o alarmismo em relação às consequências dessa prática desde cedo tem muitas nuances. Estudos clínicos indicam que há maior chance de se desenvolver condições como a psicose quando o início do hábito de fumar começa mais cedo (MCGRATH, 2010), e que o uso iniciado antes dos 16 anos está associado a maior chance de desenvolver depressão ou transtornos de ansiedade (UNODC, 2018).

Apesar da preocupação evidente com os dados relativos às dimensões clínicas do adoecimento causado pelo abuso de drogas, é preciso também considerar o que apontam Flores e Silva (2018): que o impacto do consumo de drogas na vida das pessoas depende, evidentemente, do contexto em que elas vivem e das substâncias que utilizam, mas variam fortemente de acordo com a classificação social. Por exemplo, se o jovem é pobre, negro e morador de periferia, pode ser facilmente enquadrado como traficante, mesmo que seja usuário, e isso traz consequências graves.

A partir do exposto acima é possível constatar a grande complexidade inerente a pesquisas antropológicas sobre uso de drogas, em especial a maconha, já que o cenário social da questão das drogas sofreu grandes transformações desde as primeiras etnografias realizadas nesse área. Ainda assim, os trabalhos que ajudaram a consolidar uma “antropologia das drogas” se apresentam como base importante, teórica e metodológica, para realizar investigações pensem essa complexidade.

Capítulo 3 - Usos Recreativos da maconha

Para iniciar a análise dos dados etnográficos trago neste capítulo algumas narrativas que contam experiências em campo com interlocutores que têm em comum, em primeiro lugar, o fato de fazerem uso recreativo da maconha, e em segundo lugar, o fato de serem habitantes do bairro e circularem em diferentes espaços dentro dele. Tomando como referência as diferenças raciais entre os interlocutores, o esforço do capítulo é pensar as diferenças e semelhanças entre as experiências vividas por essas pessoas em relação à maconha, e como o racismo²⁴ participa dessa dinâmica complexa.

Mas antes de ir às narrativas, é preciso falar um pouco sobre essa planta que também parece ser droga. Diversos textos científicos, relatos de viajantes e produções literárias de diversificada natureza demonstram o quanto é antigo o uso de fungos e plantas para fins medicinais, rituais e recreativos²⁵, bem como o de seus componentes derivados, isolados farmacologicamente ou *in natura*. Uma das plantas mais conhecidas e (mal) faladas na longa trajetória de experiência da humanidade com esses elementos é justamente a maconha.

Maconha é o nome popular brasileiro mais comum para a planta de nome científico *Cannabis sp.* Outros de seus nomes são cânhamo, marijuana e Santa-Maria, e, além deles, a planta também tem muitos apelidos: beck, fumo, chá, massa, verde, birra, pito, entre outros. Na verdade, quanto mais variam o lugar em que é usada, mais apelidos da planta se descobre. Aqui ela será chamada genericamente de maconha, seu nome mais comum e talvez mais estigmatizado.

Convivendo com consumidores dessa planta no bairro da periferia de Belém onde cresci, e depois quando me detive a pesquisar sobre ela, pude notar a multiplicidade de nomes e designações que ela possuiu aqui na região amazônica. Quando chegou por aqui, desde os períodos iniciais da colonização da Amazônia até quase um século atrás, ela era conhecida por *diamba* ou *liamba*, como aparece no poema de Bruno de Menezes²⁶. Durante os anos 1980 e

²⁴ Racismo como definido por Carneiro (2001), um questionamento da humanidade de certos indivíduos com base em critérios raciais.

²⁵ Uso recreativo como definido por Becker (2008) como o padrão de uso de uma substância no qual o usuário o faz por prazer.

²⁶ Bruno de Menezes foi um poeta paraense da segunda geração do modernismo local. Nascido na periferia de Belém, no populoso bairro do Jurunas. De origem pobre, chegou a ser eleito para a Academia Paraense de Letras, reconhecido pelo seu trabalho sobre folclore e da cultura afro-amazônica, frequentou terreiros e festas populares de rua e descreve muitas dessas experiências em verso. Em sua Tese de Doutorado em Antropologia Wanzeler (2018) sustenta o argumento de que o poeta pode ser considerado um etnógrafo, dada a natureza de suas experiências e relatos. No mais conhecido de seus livros, *Batuque*, o autor traz dois poemas que podem

1990, antes da chegada do crime organizado, quando se encontrava uma maconha muito boa pelas ruas, ela podia ficar conhecida como *pernal*²⁷. Já na virada dos anos 2000, a maconha prensada paraguaia chegou em Belém e, pelo seu cheiro azedo, ficou conhecido como *limãozinho*²⁸. De 2010 em diante, ganhou novo nome, a partir da chegada do chamado *skank*, considerado de alta qualidade e efeito mais forte. Tornou-se tão apreciado pelos consumidores, que quando estes encontram um prensado paraguaio de alta qualidade, o chamam de *skankiado*.

Apesar de haver discussão sobre a introdução da planta no país, o hábito de fumar ou ingerir maconha é frequentemente associado à herança cultural dos povos vindos de África e dos povos originários, na maioria das vezes de forma negativa, remontando a ideias eugenistas e racistas que despontaram no Brasil durante a aurora do nosso Estado nacional. Neste sentido, autores como França (2018) consideram que o uso recreativo e regular da maconha foi consolidado na cultura brasileira a partir dos pretos, indígenas, pobres e seus descendentes.

Em Belém, uma cidade amazônica como muitas, fortemente negra e indígena, carecemos de mais investigações que contribuam para a compreensão de diversos hábitos e práticas sociais de uso da maconha, historicamente marginalizadas dentro da formação cultural local. Do ponto de vista territorial, as baixadas alagadas se tornaram o lar predominante de descendentes dos povos da diáspora africana e dos povos originários e, assim como em outras cidades, os estigmas sociais ligados ao consumo e comércio de drogas, à violência, à marginalização e ao racismo são territorialmente construídos, ainda que de maneira fluída, com limites em constante movimento.

As análises feitas na presente pesquisa tomam como referência fatos narrados pelos interlocutores durante o trabalho de campo e também fatos vividos pelo pesquisador durante o mesmo trabalho. Antes de adentrar nas reflexões teóricas, serão apresentadas nas próximas páginas, narrativas textuais sistematizadas a partir dessas experiências ouvidas e vividas, inclusive com alguns trechos transcritos integralmente. Apresentá-las dessa forma tem por objetivo valorizar as vozes desses interlocutores no contexto de pesquisa antropológica (PINHEIRO, 2020) Nas três narrativas a seguir são contadas experiências de forte influência

representar um olhar etnográfico sobre a questão das drogas nos povos afro-amazônicos. São eles *Liamba* e *Cachaça* (MENEZES, 1993).

²⁷ Maconha presente em Belém durante as décadas de 80 e 90, geralmente cultivada no interior do Pará e pouco processada, os galhos ainda estavam presentes, em alguns lugares *pernal* é sinônimo de boa maconha.

²⁸ Maconha prensada com forte cheiro cítrico, geralmente cultivada no Paraguai e trazida até aqui através de facções do tráfico de drogas. Para detalhes ver (MAXX, 2017a) e (MAXX, 2017b)

no trabalho, onde aparecem interlocutores chave, e que também serão analisadas em diálogo com outras experiências de campo ao longo da discussão.

3.1 *“Eu acho que tem mesmo que controlar a entrada!”*

Era uma quinta-feira, um dia da semana com tom festivo, o fim de semana vinha se aproximando, apesar do movimento de pessoas em busca de lazer nas ruas do bairro ser grande, muitos trabalhadores, estudantes, ainda não completaram sua semana. Decidi ir naquela tarde para o condomínio. Cheguei com o dia claro, como estava sozinho puxei conversa com várias pessoas, algumas conhecidas, outras não. Dentre as pessoas com quem conversei, um desconhecido me chamou bastante atenção. Ele primeiro havia passado por mim perguntando quem teria maconha pra vender. Tratava-se de um jovem branco, todo vestido de branco. Não perguntei seu nome, mas chamarei aqui de Eduardo.

Diante da minha negativa ele seguiu caminho e alguns minutos depois voltou, me viu ainda sentado no mesmo lugar e me perguntou: *“Sabe bolar? Eu consegui ali, mas não sei fazer, e meus amigos não gostam muito”*. Eu fumava um tabaco enrolado na hora, talvez por isso ele tenha me pedido ajuda, ou talvez por eu ser um provável estudante branco, como ele, fosse mais acessível, já que perguntar pra qualquer desconhecido se ele vende ou conhece quem vende maconha pode ser arriscado, talvez a semelhança que ele possa ter visto em mim seja o motivo.

Ao aceitar seu pedido eu fui conversando com ele, querendo saber onde e com quem ele tinha conseguido a maconha. Como não gravei o registro em áudio, usei a memória para registrar por alto o que ele me disse. Contou que tinha pegado com um “malaco” que encontrou ali mesmo, eu então me apresentei como mestrando e disse a ele que fazia uma pesquisa sobre o uso de maconha ali naquele espaço. Em seguida, perguntei sobre o que ele achava da presença das pessoas da comunidade ali, ao que ele me respondeu entre uma tragada e outra: *“eu acho que tem mesmo que controlar a entrada, essas pessoas não são estudantes, só vem pra cá pra fazer arrastão, roubar celular, outro dia um amigo meu foi assaltado aqui”*. Aquela afirmação dita enquanto ele fumava a maconha, comprada provavelmente de alguém da comunidade ao redor, me causou certo espanto, evitei mostrar o quanto considerava aquela situação estranha, ainda tentei argumentar algo, pra entender melhor a visão do jovem, mas assim que terminou de fumar ele levantou e se despediu, um dos seus amigos lhe chamava.

3.2 “*Tá aqui meu certificado de arte-educador*”

O Raimundo é um homem negro, está na casa dos 30 anos, me contou certa vez, artista desde a infância. Uma narrativa que ouvi dele em um dos momentos que conversamos traz a marca do racismo na sua relação com a maconha, percepção que ele abordou quando eu lhe disse que pretendia inserir esse relato em minha pesquisa. Um registro em áudio de uma conversa foi a base para este trecho. Já era noite quando Raimundo e eu trocamos mensagens e ele me convidou pra ir na casa de um amigo seu. Ao chegar na casa encontramos mais três pessoas, foi formada então uma roda na cozinha para fumar depois de um deles ter feito um “corre”, como é comum chamar a busca de conseguir uma quantidade de maconha em pontos de venda do tráfico de drogas. A certa altura da conversa, já com o “beck” circulando entre os amigos, Raimundo contou que certa noite andava pelas ruas do bairro quando foi abordado por uma viatura da Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas²⁹, havia acabado de fumar um “beck” em sua casa, “Eu estava só o puro Skank”, disse referindo-se ao cheiro da erva que ele exalava.

O policial logo percebeu o cheiro durante a abordagem e questionou Raimundo se estava portando maconha, ao que ele respondeu que tinha acabado de fumar e que não poderia estar com outro cheiro, já que tinha acabado de fumar em casa. A resposta em tom de deboche incomodou a equipe que ameaçou ir na casa dele em busca de maconha, Raimundo se ofereceu para acompanhar os agentes até sua casa, disse ter certeza que não encontrariam nada. A reação dele espantou alguns moradores que observavam a abordagem a curta distância na rua, provavelmente porque sabiam do histórico dessa divisão das forças de segurança e certamente já puderam presenciar episódios onde a ROTAM tenha sido mais violenta, e por muito menos do que respostas irônicas.

A abordagem seguiu com o policial resolvendo indagar o que Raimundo “fazia da vida”, se referindo a profissão ou ocupação dele, sua resposta veio acompanhada da apresentação de um certificado de arte-educador que ele sempre carregava consigo para situações como essa: “*eu mostrei meu certificado de arte educador pra ele, eu faço trabalho*”

²⁹ Sigla para Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas, divisão de elite da polícia militar do estado do Pará, tem uniforme e viaturas predominantemente na cor preta. De certa forma é comparável ao BOPE do Rio de Janeiro, é conhecida por sua letalidade e violência nas abordagens, por isso é temida por muitos;

social, trabalho com a cultura hip-hop, ele falou: porra moleque, essa cultura hip-hop de vocês não ensina que você não tem que fumar maconha? Diante do deboche do agente, Raimundo fez um comentário enquanto contava a história para o grupo de amigos: *olha só, eu falei comigo mesmo, esse aí tá mais perdido do que cego em tiroteio* e todos riram.

Ele seguiu contando o quanto ficava impaciente com a abordagem sem nenhum motivo efetivo, nenhuma suspeita real, e por isso pediu ao policial para ser liberado, uma vez que não estava em pose de maconha ou outra droga, se justificando dizendo que precisava comprar um jantar pra sua esposa. A guarnição resolveu deixa-lo ir, não antes de fazer novas ameaças, e que, segundo Raimundo, eram suas velhas conhecidas. *Ele [o policial] disse: 'moleque só não deixa eu te pegar flagrado', respondi: essa ameaça eu ouço desde que eu era adolescente eu acho... toda vez, toda vez, se eu te pegar, se eu te pegar...'*

3.3 “Aqui é uma liberdade”

Passava um pouco do meio dia quando fui até o Condomínio, era intervalo do almoço e pouca gente circulava por lá, próximo ao rio o sol forte fazia com que elas se agrupassem sob as árvores onde se podia encontrar sombra, a maré muito cheia, parecia atrair aqueles que descansavam e se abrigavam do sol forte.

Cheguei para parar e descansar um pouco também, para isso escolhi um lugar coberto, ao lado da margem do rio. Algumas pessoas já estavam no lugar, se espalhavam em pequenos grupos sentados em bancos e dispersos pelo espaço que se assemelha a uma praça. Um rapaz negro, de pele clara e com cabelos lisos, vestido de calça jeans, tênis e uma camisa polo se aproximou e sentou no banco próximo a mim. Perguntou se eu tinha seda e logo em seguida disse: *eu tô passando uma massa mano, qualquer coisa...*

Troquei algumas palavras com ele e diferente do que eu pensava ele não estava de passagem, e se demorou por ali quase uma hora. Em certo momento, pegou algumas pedrinhas em papel alumínio do bolso, uma embalagem muito comum para a maconha, destrinchou uma delas e bolou um cigarro, acendeu e fumou dividindo com outras pessoas que estavam ao seu redor. Pelo nível de intimidade nas conversas dava pra notar que alguns se conheciam, mas difícil saber o quanto, também não foi possível saber os assuntos conversados, mas era visível a animação de todos. Depois que se acabou o fumo, algumas outras pessoas saíram, nesse momento o fluxo de pessoas era grande, chegavam alguns que vinham só passar um pouco o tempo, falavam e mexiam no celular, observavam o rio. No começo eu não conversei com ninguém, mexia no celular e respondia mensagens, com ouvido atento e observando a movimentação de pessoas.

Logo ficamos só eu o rapaz que me tinha me oferecido maconha para comprar, nesse ponto comecei a conversar com ele, comecei perguntando se ele cumpria algum compromisso ali ou se vinha de algum bairro próximo. Ele começou a me contar que vinha de um bairro há cerca de 1:30h dali, vindo de transporte público. Contou que tinha se mudado há alguns meses para morar sozinho. Se chamava Roberto, tinha 24 anos, e meio que espontaneamente começou a me contar que tinha crescido em um bairro próximo ao condomínio, também na periferia ao redor, em uma casa que seu avô comprou quando chegou no bairro. Lembrando da infância, ele contou que antes ali *era tudo um valão* e que agora tinha melhorado, mas que apesar disso decidiu sair do bairro porque *todo mundo se conhece, o bairro é uma bola, fechada*. Disse que apesar disso tinha uma relação com o lugar, e por isso também vinha para o condomínio, ali tinha lembranças de seu avô.

Acrescentou que basicamente vinha até ali para fumar, dizendo: *aqui é uma liberdade*. Disse que vendia maconha e trabalhava de motorista de aplicativo enquanto juntava dinheiro para fazer sua faculdade, considerando que iria cursar em uma instituição privada. *Eu venho aqui também pra conhecer pessoas importantes, ouvir, aprender, fazer contatos com pessoas diferentes. A gente tá aqui conversando, batendo um papo, é mais uma pessoa que eu conheço*.

Depois disso ele disse que tinha que ir, ia rodar no aplicativo, e enquanto pegava suas coisas me disse: *aqui no condomínio eu acho que deveria ter mais cultura mano, esse lugar bonito, deveria era abrir pra... Sei lá, fazer cursos pra quem quer se preparar, essas coisas*. Nos despedimos, troquei contato com ele que saiu em direção ao estacionamento onde havia deixado seu carro.

3.4 A construção de diferenças espaciais e formas de repressão

O que primeiro chama atenção nessas narrativas é o nível distinto de repressão vivenciado por dois jovens, dentro de um mesmo bairro, um estudante e o outro artista, um branco e um negro. O estudante provavelmente entrou sem dificuldades no condomínio, chegou até um lugar onde normalmente se consome maconha, e sentiu-se seguro o suficiente para perguntar a um total estranho onde e com quem comprar maconha, ainda que uma viatura da PM circule de tempos em tempos por ali. Já Raimundo por pouco não é abordado na porta de sua casa, dando a entender que essa é uma situação rotineira em sua vida, é tratado com desdém, é ameaçado, e, ainda que se identifique enquanto um educador, artista, não recebe um tratamento menos agressivo ou intimidador por partes das forças policiais.

Certamente, é preciso considerar as distinções entre o condomínio e o resto do bairro ao comparar esses acontecimentos. Em primeiro lugar, a presença da polícia nesses dois espaços ganha um mote diferente. Dentro do condomínio a preocupação ao fumar maconha é mais a de ser colocado para fora do que de prisão ou abordagem pela polícia militar. A segurança patrimonial, vinculada à gestão do espaço, tem um veículo caracterizado e com sirenes no topo, mas em padrão diferente da polícia.

Cheguei a presenciar a atuação da segurança durante as observações e conversas do trabalho de campo nos lugares de consumo de maconha, inclusive sendo abordado por essas seguranças particulares em uma oportunidade, nesse dia eu estava em uma roda junto com pessoas que não conhecia, e que também não se conheciam entre si, o grupo fumava um “beck” que foi feito com uma contribuição de todos que ali tinham maconha. Os agentes chegaram educadamente, e com tom ríspido, perguntaram o que fazíamos ali e como não identificaram nada que pudesse quebrar alguma regra local, foram embora, apesar de terem criado um clima intimidador com olhares e gestos, não houve truculência.

A viatura da polícia militar também faz rondas nas imediações dos lugares de consumo próximo ao rio. A rua que margeia o curso d’água fica a uma distância de 20 a 25 metros da margem propriamente dita, de maneira que se forma um espaço grande e aberto entre o caminho da viatura em ronda e os agrupamentos de pessoas que fumam maconha. Sempre que estive por ali a preocupação com a viatura era presente no comentário de muitas pessoas, quando o carro era avistado de longe algumas pessoas se apressavam em ir embora, outras ficavam atentas acompanhando os movimentos da guarnição, ao menor sinal de que iriam parar a debandada era geral. Apesar da presença constante, uma abordagem da PM me pareceu rara, e pelo que contaram algumas pessoas em rodas das quais participei, somente uma ou duas pessoas relatavam que conheciam pessoas que tinham sido abordadas pela Polícia Militar, nas duas oportunidades foram realizadas prisões a pessoas que vendiam maconha dentro do condomínio. Ainda que essas prisões tenham esvaziado os lugares de consumo e venda na beira do rio por algumas semanas, pouco tempo depois o fluxo foi reestabelecido.

A sensação que ouvi das pessoas ali era de que a presença da polícia e até mesmo da segurança patrimonial tinha mais aspecto de “marcar presença” e para que não houvesse um fluxo muito exposto e intenso de pessoas comprando e fumando, mesmo diante de uma aparente preocupação maior com a venda de maconha no local. Em minha permanência por ali sempre avistei pelo menos um ou outro vendedor, foram raras as vezes que não havia ninguém vendendo.

Tomando como referência esse cenário é possível compreender a pouca preocupação do jovem que me abordou no condomínio, a presença da polícia ali não lhe ofereceria risco direto, já que nem mesmo os chamados traficantes tinham sua atuação interrompida por qualquer atuação policial fora de contexto de uma operação maior.

Essas distinções no comportamento de forças de segurança (privada ou pública) dentro e fora do condomínio denotam uma distinção que é também territorial, ou seja, as abordagens que envolvem a maconha mudam de acordo com o lugar onde se está, com níveis diferentes de repressão e violência. A abordagem recebida por Raimundo, por exemplo, ocorreu na rua onde ele mora, uma rua estreita e sem pavimentação, em uma região onde muitas ruas estão suscetíveis a alagamento por conta da proximidade de um córrego não urbanizado. Escondida entre em ruas estreitas e cheias de moradias subnormais, improvisadas, a atuação da polícia tem caráter distinto daquele observado no condomínio. Para começar, a polícia em si não é a mesma, é muito improvável encontrar a ROTAM dentro do Condomínio, por ser um grupamento de elite, ele é direcionado para atuar frente à violência urbana, de forma que sua atuação praticamente se resume a regiões periféricas e precárias da cidade, principalmente onde se convencionou que vivem pessoas ligadas a facções criminosas, que gerenciam o tráfico de drogas.

Estamos tratando aqui de uma questão espacial, urbana, territorial, já que o tratamento das forças repressivas institucionais em relação ao uso recreativo de maconha, e, portanto, a experiência vivida por consumidores da planta muda seguindo o contraste entre o condomínio e o restante do bairro. Nesse ponto da análise podemos supor que a interação entre o racismo e a segregação espacial que observamos nas narrativas é capaz de delimitar experiências pessoais diferentes dentro do território da pesquisa. Essa distinção aparece quando a segurança patrimonial do condomínio impede o acesso de jovens negros ao espaço, ou quando se cria um ambiente hostil a eles.

No caso do rapaz do condomínio, a maneira de se referir às pessoas da comunidade ao redor, também mostra uma camada de racismo em sua postura, o que ele chama de *malaco*, é uma frequente alcunha associada a um estereótipo que está invariavelmente ligado a jovens negros e da periferia. Talvez se o jovem encontrasse Raimundo no Condomínio ele fosse chamado de malaco. Frequente também é associação dos “malacos” com o crime, pequenos frutos, assaltados a mão armada, geralmente tomando bens pessoais. Esse termo é sobretudo pejorativo, e como aparece associado a uma defesa do controle da circulação dessas pessoas em determinado espaço, também revela uma postura de classificação racial de quem pode ou

não pode estar ali, é aqui que a questão territorial e o racismo se mostram entrelaçados nas relações que se estabelecem a partir do uso de maconha.

Ao que parece, esse cenário está presente na sociedade brasileira desde a chegada das ideias eugenistas e do o racismo científico por aqui. Segundo Souza (2016) essas ideias serviram como motriz das primeiras mobilizações estatais e médicas para o controle das populações pobres. Dentre diversas políticas que marcaram esse momento histórico o autor destaca a perseguição à maconha e a seus usuários entre as décadas de 1940 e 1950, tomando como base para suas análises as medidas instituídas na cidade de Salvador, capital da Bahia. O autor levanta manchetes de jornal e discursos de figuras políticas importantes da época para demonstrar como a perseguição à maconha serviu como justificativa para perseguição de pretos e pardos como parte de um projeto civilizatório brasileiro, de um projeto de nação.

As práticas institucionais da época se baseavam na caracterização de um perfil do chamado “viciado”, geralmente um trabalhador de classe baixa, negro, que dada sua condição racial e social estaria naturalmente pretenso a toxicomania e conseqüentemente à violência, ao crime. Definido esse perfil, aos agentes estatais restava a função de controlar a circulação dessas pessoas nas cidades, o que se traduzia em uma atuação intensa em lugares de trabalho e divertimento popular. O autor defende ainda que a repressão ao uso da maconha serviu como ferramenta de controle, em um contexto onde as elites ansiavam por estratégias de controle das camadas pobres, formadas essencialmente por pretos e pardos, utilizando a manutenção de certas estruturas coloniais como estratégia para alcançar tal objetivo.

Dando ferramentas para essas estratégias de controle da época, as instituições médicas inclusive se utilizaram de nomenclaturas para definir o perfil do maconheiro. O autor traz relatos da Bahia e de Sergipe definindo como “maloqueiros” pessoas que estavam muito ligadas ao trabalho informal em feiras e regiões de diversão noturna. A proximidade entre o “malaco” e o “maloqueiro” se torna evidente através do tempo, quando aparece na voz de um jovem branco que fuma maconha, mas que defende que jovens negros não devam acessar um determinado espaço, e justamente associando essas pessoas ao crime. Além de evidenciar o racismo incutido nesses discursos, esse cenário revela contradições ao redor da proibição da maconha que o autor defende já existirem naquela época, afinal somente negros e pobres fumavam e fumam maconha?

A questão territorial que envolve a delimitação dessa figura do maconheiro desde a metade do século XX, essa preocupação urbanística que envolve a proibição da maconha também é citada por Souza (2016), segundo o autor, as elites da época também viam com maus olhos a ocupação do espaço público por pessoas negras e pobres em torno da maconha.

Espaços considerados centros comerciais e arquitetônicos das cidades, embelezados, arborizados, pensados a partir das ideias higienistas de ordem e saúde pública precisavam extirpar essas pessoas. De forma semelhante, décadas depois, aparece o desejo de proibir que pessoas negras e pobres acessem um lugar como o condomínio.

De alguma forma, a visão do jovem sobre a circulação de pessoas no condomínio se assemelha com a visão da ROTAM sobre o simples fato de um homem negro na rua à noite, em um bairro periférico, ser considerado um perigo. A visão do rapaz sobre a presença de pessoas da comunidade pressupõe que a origem da violência é justamente a presença deles, sem distinção prática entre aqueles que praticam pequenos crimes e aqueles que procuram, ao menos em parte, o mesmo que ele. Ainda que alguns dos jovens da periferia fossem os causadores das situações de violência, ainda que um grupo consideravelmente grande fosse responsável, seria adequada uma generalização tão ampla como a que Eduardo deu voz durante minha conversa com ele?

O pesquisador Fernando Lannes Fernandes se dedica a pensar processos de estigmatização e segregação em contextos urbanos, em artigo sobre segregações urbana e estigmatização socioespacial na cidade do Rio de Janeiro, o autor debate justamente como mecanismos de coerção, de distinção social e de constrangimento impõem barreiras físicas e simbólicas para isolar espacialmente grupos indesejados socialmente. Segundo ele, essa segregação está arraigada no processo histórico de formação da cidade, onde a favela ganha rótulo de não-cidade e seus moradores o de não-cidadãos. Nesse processo, a favela torna-se o lugar da violência e seus moradores representam ameaças à ordem urbana, tornando esses lugares e essas pessoas alvo prioritário de intervenções de controle e contenção.

No texto, a categoria *controle* aparece como materialização dos mecanismos de exercício do poder, são procedimentos que instauram barreiras físicas, proibições de acesso a determinados espaços, a construção de guaritas, muros e portões exemplificam esses procedimentos. Já contenção, defende o autor, tem caráter imaterial, simbólico, e se concretizam por meio de fronteiras simbólicas e de constrangimento. Esses espaços apresentam-se aparente abertos, acessíveis a todos, entretanto está presente um conjunto de normas e estéticas que geram rejeição, incômodo e despertencimento em determinados grupos considerados indesejáveis (LANNES-FERNANDES, 2012).

3.5 Da produção de existenciais sociais distintas da vida e da qualidade de vida

Deixando a discussão sobre territorialidade e repressão como um pano de fundo neste subitem que inicia, o debate agora se volta para os motivos pelos quais se busca a maconha, bem como o acesso dos espaços onde se consegue e se fuma maconha com fins recreativos. A partir da apresentação de mais duas narrativas, o objetivo nas próximas linhas é refletir sobre como o acesso à maconha pode estar ligado a uma busca por qualidade de vida, do usufruto de um espaço público de lazer em um bairro onde quase não há espaços destinados a este fim, e ainda pior, onde a repressão policial e a ausência de políticas públicas promovam uma condição de vida quase sub-humana.

3.5.1 Tu não mora na favela?

Enquanto eu fazia as primeiras disciplinas do curso de mestrado, em meados de 2019, foi notícia o fato de que as tropas da força nacional haviam sido solicitadas para atuar junto às forças de segurança locais, principalmente dentro de unidades prisionais³⁰. *Como a circulação* das drogas através da estrutura do tráfico de drogas depende intimamente de uma relação entre os líderes encarcerados e os atores fora da cadeia, a oferta de maconha parece ter sido impactada, reduzindo a oferta no varejo. Em um dia fui até o Condomínio, procurando observar e quem sabe interagir com alguém em uma parte do lugar onde se comprava maconha com facilidade. Estava acompanhado de alguns amigos.

Ao chegar lá, ouvi algumas conversas, acompanhando a movimentação pelas redondezas, percebi que alguém estava vendendo, me aproximei de um grupo grande que cercava um rapaz e pude vê-lo repassando pequenas embalagens de maconha apressadamente, e também recebendo e contando dinheiro, tive a impressão que já havia o encontrado por ali outras vezes, não me aproximei o suficiente para saber seu nome, mas para facilitar vou me referir a ele como Alef.

Naquele momento contei mais de 10 pessoas em grupo ao redor dele, tornando uma transação que normalmente é feita com discrição em um alvoroço. Em certo momento, Alef levantou a voz e disse para que todos ouvissem: "Tá selva!", em seguida explicando para os mais próximos a ele que era o único que tinha para vender naquele dia e que a chance de que outros vendedores aparecessem era baixa. A expressão que ele proferiu em voz alta é comumente usada pra definir a dificuldade para se comprar maconha, ou quando o preço sobe muito e a qualidade cai.

³⁰Ver Secretaria de Comunicação do Estado do Pará (2019)

Depois que toda a maconha foi vendida houve certa dispersão, nesse momento puxei conversa com o rapaz, eu estava curioso para saber o motivo da incomum falta de seu produto, perguntei sua opinião sobre os motivos daquela “selva”. Diante da minha pergunta, ele levantou rapidamente algumas possíveis causas, dentre elas estavam a presença da força nacional na cidade, e até mesmo a queda de uma ponte que liga a Região do Baixo Tocantins à capital, atrapalhando o fluxo de pessoas e mercadorias vindo dessa região para a capital, ele disse que grande parte da maconha que chega na cidade seguia justamente aquela rota.

Interessado nas explicações dele, segui conversando, ele me disse que morava no bairro vizinho, e que tinha ouvido falar dessa "Selva" e já estava percebendo a dificuldade geral em comprar maconha. Nesse momento, ele me encarou com surpresa e falou exaltado: "Porra! Tu mora na favela, por que que tu ainda vens comprar aqui?". Meio sem jeito ensaiei me explicar, dizendo que tinha receio de ser visto comprando, já que morava no bairro. Enquanto conversávamos um outro rapaz que eu sempre via vendendo gritou alto no corredor: "Tá Selva", os maconheiros já tão tudo se tremendo!". Eu e o rapaz com quem conversava rimos da situação e seguimos o papo até o momento que ele precisou sair.

3.5.2 “Acabou a selva”

Era uma noite quente de quarta feira do verão amazônico, me encontrei com um grupo de interlocutores, dentre eles Raimundo e Paula. Nesse dia recebíamos um casal de irmãos que já conhecia, porém não via com frequência. Ambos de pele bem clara, o mais novo era Francisco, de 22 anos, e sua irmã Juliana de 27. Francisco contou que decidiu fazer uma tatuagem depois de se livrar de um problema com a polícia. "Quem me protege não dorme", ele escreveu no braço esquerdo. Nos mostrando com orgulho.

Conheci Francisco, Juliana e também seus pais, em uma ocasião em frente à casa da família, que fica nos altos de um comércio de gêneros alimentícios, incluindo bebidas prontas, frutas, legumes, suprimentos de cozinha, farinha, dentre outros. A família demonstrou proximidade aos vizinhos, nas oportunidades que tive de vê-los, sempre estavam sentados em cadeiras de plástico em frente à sua residência rodeados de vizinhos, por vezes bebendo cerveja.

Francisco é um dos mais falantes, ele trouxe o fumo que dividiu entre o grupo, estava feliz porque depois de umas duas semanas de "selva" conseguiu comprar uma maconha de melhor qualidade nas bocas do bairro. Depois de algum tempo de conversa, ele começou a contar meio que indiretamente o motivo de estar fazendo aquela tatuagem. Há cerca

de duas semanas tinha sido abordado pela polícia na casa de um amigo, onde encontraram em posse dele cerca de 50g de maconha tipo skank, pela quantidade e porque os 50g estavam divididos em pequenos volumes, os policiais logo ameaçaram enquadrar ele como traficante. Ele conta a história da abordagem com indignação, pois relata que já teve envolvimento direto com o "crime" e conseguiu se afastar. Dessa vez, ele contou que estava comprando maconha para uso próprio, sem fins de revenda, e justo naquele momento ele estava ameaçado de ser autuado por tráfico.

Francisco contou que os policiais tentaram acessar o celular dele durante a abordagem, o aparelho tinha desbloqueio via impressão digital e os policiais chegaram a ordenar que ele desbloqueasse o celular. "Mano, se ele olha as fotos do meu celular eu tô fudido, ia cair a casa valendo". Para evitar que os policiais acessassem seu celular, Francisco contou que no momento da abordagem conseguiu desligar o celular e assim reiniciá-lo, de forma que pra acessar o conteúdo era preciso um código numérico além da impressão digital, o qual ele disse que não conhecia. Naquele momento os policiais ameaçaram: "moleque, tu tá mentindo? Desbloqueia esse teu celular senão tu vai conhecer a máquina da verdade". Francisco então explicou o que era: "mano, máquina da verdade é um taco de beisebol que tem lá na delegacia".

A história terminou sem que os policiais tenham conseguido acessar o telefone de Francisco, eles decidiram cobrar dinheiro para liberar ele, 2 mil reais que seu pai desembolsou quando foi chamado pra negociar. Após o pagamento estar nas mãos dos policiais, ele foi liberado.

Nessas duas novas narrativas trazidas para discussão, os acontecimentos se desenrolam em meio a uma "selva", uma categoria que pode contribuir para pensar em que contextos o acesso à maconha pode ser visto como um fator de qualidade de vida. A "selva" se apresenta como um momento ou situação na qual está difícil conseguir maconha, seja porque não se sabe onde conseguir, pelo aumento do preço ou ainda pela escassez dela nos pontos onde normalmente se compra.

A palavra "selva" normalmente se refere a um lugar, normalmente ligado a natureza, geralmente a uma floresta com características que inspiram temor, que guarda diversos perigos e ameaças. O termo "selva amazônica" para se referir à Amazônia é um exemplo desse sentido mais comum da palavra. Entretanto, nas narrativas a "selva" aparece como uma condição, um estado das coisas, "tá selva" disse o rapaz, é um estado de desgosto, de dissabor, não é uma boa notícia quando avisa que "tá selva".

A selva também aparece nas falas dos interlocutores ligada a períodos de maior repressão das forças de segurança à circulação da maconha, tornando-a mais escassa na cidade, que por sua vez força aqueles que buscam a planta com fins recreativos a assumir maiores riscos nessa busca, seja procurando um novo fornecedor desconhecido (e talvez não tão confiável); ou aventurando-se em um lugar pouco conhecido; fazendo negociações com maior risco de abordagem da polícia por percorrer grandes distâncias em posse de maconha, ou ainda comprando maiores quantidades para fazer uma reserva diante da escassez.

Para além do risco ligado à repressão, a selva também parece ter repercussões no comportamento daqueles que procuram a maconha, ou pelo menos é assim que parece enxergar o rapaz que dizia ver algumas pessoas já “se tremendo” diante da falta dela. Nesse cenário de inúmeras implicações da “selva”, é questionável qual o tipo de benefício que um usuário recreativo busca nos efeitos da maconha, que lhe faz busca-la com tanta determinação, chegando ao ponto de se colocar sob risco de morte, de violência física e de encarceramento para conseguir.

Dialogando com Achille Mbembe, podemos pensar esse ponto a partir da política, já que estamos tratando de uma relação entre indivíduo e instituições do estado, mais diretamente sobre o exercício do controle de determinados indivíduos por parte dessas instituições com base em critérios raciais.

No ensaio “Necropolítica” () o autor se debruça sobre a produção das noções de soberania, poder e política na modernidade, em relação à primeira ele sustenta que desde os primeiros estados-nações foi uma ideia ligada ao exercício do direito de matar, desdobrada em práticas de controle sobre a vida pautadas em uma “censura biológica”, facilmente traduzida em racismo. Mbembe sustenta ainda que o exercício desse controle baseado em definições biológicas define o Biopoder, ele escreve: “Na formulação de (Michel) Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as pessoas que devem morrer” (MBEMBE, 2018).

O autor defende ainda que, mais do que a classe, a raça foi determinante para as práticas de desumanização de povos estrangeiros por parte do Ocidente, e que, por mais que as ocupações coloniais na “modernidade tardia”(IDEM, 2018) se diferenciem em muitos pontos das primeiras ocupações modernas, ainda encontramos exemplos dessas práticas políticas contemporaneamente. Para sustentar o argumento de que esse tipo de biopoder investido do direito de matar não está tão longe de nosso tempo, ele cita como exemplo recente, o estado nazista e o sistema político do Apartheid, retratos evidentes da plenitude desse tipo de organização política, nomeada de estado de sitio, ou estado de emergência.

O autor argumenta ainda que a base normativa desse direito de matar é uma relação de inimizade com algum “Outro”, estabelecida a partir de uma questão de vida e morte: “a percepção da existência do Outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria meu potencial de vida e segurança...” (MBEMBE, 2018. P20). Nesse contexto, o papel da guerra para o estado de sítio seria central, falando de uma situação colonial, o autor sustenta ainda que em nome da soberania esse violento poder institui uma paz que se revela uma guerra sem fim.

É importante ressaltar que Mbembe não considera somente a morte, esse direito do Estado, somente como a perda da vida, mas também considera a ausência de vida, em processos de desumanização onde se produz uma *existência social distinta da vida* para determinadas pessoas. Essas formas de existir que se assemelham à morte ganham diversos contornos em diferentes comunidades, quando estamos tratando de um bairro de periferia, onde pessoas negras são geralmente maioria, podem ser diversos os processos que produção dessas existências.

Aproximações da realidade vivida em nossa sociedade com essas definições propostas por Mbembe são frequentes na literatura das ciências humanas; autores utilizam essa referência para pensar, por exemplo, o lugar de exclusão conferido à pessoas em situação de rua nos processos estatais de gestão territorial das cidade (MACHADO; MARTINS, 2020); os processos de negação do direito à moradia em remoções e despejos em comunidades periféricas (ARAÚJO et al, 2020); a segregação socioespacial como fundamento da privação de diversos direitos na periferia de uma metrópole (CUNHA PINTO; DE SOUZA SANTOS GAMA, 2021); ou ainda a alta taxa de homicídios de jovens negros e pobres (BENÍCIO, 2018).

Nesses trabalhos que pensam a Necropolítica em diversos contextos há em comum a visão de que ela se concretiza socialmente através da negação de direitos de indivíduos, grupos ou comunidades. Essas pessoas são alvo de violação do direito fundamental à vida, mas também o direito à saúde, o direito à cidade, à moradia. No que se refere à presente pesquisa, na relação dos interlocutores com a maconha também está presente um processo, ou processos, de privação de uma existência plena, uma condição que pode ser representada aqui pela “Selva”. Para seguir esse caminho de reflexão podemos afirmar que o direito ao lazer é que está envolvido, ou melhor a negação dele, uma vez que o foco da análise nesse ponto é o uso recreativo da maconha.

É importante ressaltar que, das narrativas analisadas, depreende-se que ter acesso à maconha tão somente por seus efeitos não é o único motivo da busca por ela, isso porque o

consumo da planta está ligado também à busca de se estar em um lugar agradável, um espaço arborizado, relativamente protegido dos riscos de consumir uma “droga”. Seguindo esse caminho de análise, um jovem negro que frequenta o espaço do Condomínio, além de não ter a intenção de furtar ou causar algum tipo de ameaça que justifique o temor que sua presença pode gerar, também procura o espaço para encontrar pessoas, se relacionar e estabelecer vínculos com pessoas de fora do seu convívio comum, assumindo assim uma atitude contrária daquela que se espera dele.

A partir do que foi exposto, é possível reafirmar o lugar da “selva” enquanto uma categoria que aproxima o campo das possíveis reflexões sobre a necropolítica. Se o acesso a maconha representa uma busca por uma vida mais plena, tanto do ponto de vista social quanto individual (fisiológico talvez), e se o território em questão é lugar de processos de produção de uma morte em vida, algo como uma “selva”, então podemos afirmar que o acesso a maconha neste lugar específico representa também uma forma de se reivindicar essa plenitude de uma vida humana.

É possível reconhecer análises semelhantes sobre o uso de drogas, ainda que com fundamentos teóricos diversos, na literatura sobre o tema em ciências humanas. Um editorial do *International Journal of Drug Policy* reflete sobre uma mudança de perspectiva teórica no estudo do uso de drogas que vai nesse caminho. O texto faz referência a uma proposta de “sociologia do uso normal de substâncias”, necessária diante de uma “normalização” em relação ao uso de drogas, de forma que de as substâncias mais prevalentes³¹ e consideradas menos danosas passaram a ser vistas como comuns e por isso despertam uma visão menos negativa (HAMMERSLEY, 2011.)

Para responder a essa mudança, o editorial sugere a superação da unanimidade em relação à leitura do uso de drogas pelas lentes da sociologia do desvio, de forma que novas respostas sobre por que as pessoas usam drogas e escolhas são feitas por elas nesse processo. Nesse sentido ele argumenta que, por exemplo, nas ruas o acesso às drogas se dá primeiramente através de redes de amizade, tanto no ato de compartilhar como no ato de comprar. Além disso, o autor afirma que o uso de drogas está cada vez mais ligado a atividades comuns de lazer, contrariando a ideia de que representa um comportamento, ou uma “carreira desviante” (Idem,2011)

³¹ Prevalência é um conceito da epidemiologia utilizado para mensurar a ocorrência de doenças, mas também aplicado a comportamentos como o uso de drogas. Nesse sentido, a prevalência se refere ao quantitativo de eventos ocorridos em uma população e período de tempo definidos, somando-se eventos antigos e novos. Com base nessa conceituação, uma substância prevalente é aquela que não só foi muito usada ao longo do tempo, como também tem um aumento constante do número de novos usuários. Para maior aprofundamento ver BONITA et al, 2020. *Epidemiologia Básica*. 2ª Edição. Editora Santos. São Paulo. 2020.

O debate sobre maconha como forma de facilitar a interação social também vem sendo conduzido por pesquisadores brasileiros. Em artigo oriundo de uma dissertação de mestrado, Flores e Silva (2018) oferecem contribuição para o tema, os autores desenvolveram trabalho etnográfico em um campus universitário buscando interpretar o consumo recreativo de maconha neste contexto. A partir do texto é possível afirmar que eles chegam à constatação que corrobora as reflexões teóricas feitas no editorial citado acima, principalmente no que diz respeito à normalização da presença da maconha em alguns espaços, eles afirmam que a maioria dos seus interlocutores teve acesso a ela por meio de amigos e familiares; que está presente em atividades cotidianas dos estudantes; e que seu uso é visto como tolerável e comum, até mesmo fazendo parte de processos “iniciação” vividos por esses jovens ao entrar na universidade. Os autores afirmam ainda que, apesar de atingir grupos sociais diferentes em níveis diferentes, essa normalização pode contribuir para que a maconha sirva de facilitador da interação social.

Capítulo 4 - Erva Santa

Uma outra camada da longa relação da humanidade com essa planta é aquela onde ela aparece em meio a cerimônias religiosas. Rowan Robinson (1999), na publicação “O Grande Livro da Cannabis”, defende a tese de que a Cannabis esteve presente no início das grandes e complexas religiões do período Neolítico, figurando como promotora de estados da consciência de caráter purificadores e de aproximação do humano com o sagrado. Segundo o autor, religiões como Hinduísmo, Budismo, Taoísmo e Judaísmo, já tiveram ou ainda têm relações com a planta do ponto de vista espiritual e religioso.

O movimento Rastafári da Jamaica³² foi um dos marcos culturais e religiosos no pós-guerra, durante as décadas de 1960 e 1970, Bob Marley, Peter Tosh, Bunny Wailer, e muitos outros, fizeram com que o mundo conhecesse o Reggae da ilha caribenha; regiões do extremo norte e nordeste brasileiro foram especialmente influenciadas, já que as longas ondas de rádio do Caribe conseguiam chegar até nós. Junto com a música, chegou também a influência do pan-africanismo e da religiosidade associada a esses movimentos, dentro dos quais a Cannabis se apresenta como planta sagrada e ritualística.

O pesquisador Marcio Paim, que atua como historiador na Universidade Estadual do Oeste da Bahia, e já atuou como professor da educação básica no mesmo estado, é referência no tema dos Estudos Étnicos e Africanos. Ele define o Pan-Africanismo como ideologia e como movimento político que uniu populações negras das Américas, Ásia e Europa, a partir do final do século XIX. No artigo “Pan-africanismo: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro Na Casa De Meu Pai”, o autor se refere ao Pan-africanismo tanto como projeto de integração, como um projeto de união, do qual o movimento rastafári jamaicano se apresenta como vertente espiritual, religiosa (PAIM, 2014).

Hoje no Brasil algumas comunidades que professam essa religião se agrupam em regiões metropolitanas e áreas rurais, vivendo em comunidade e defendendo a importância e o direito do dito uso religioso da maconha, sendo inclusive alvo de processos judiciais e até mesmo prisão, como no caso de Rás Geraldinho, líder religioso fundador da Primeira Igreja Niubingui Etíope Coptic de Sião, em Americana, São Paulo³³.

Outra religião brasileira que incorporou a Maconha a seus ritos foi o “Santo Daime”, também de bases cristãs, mas que, dependendo do lugar onde está, incorpora elementos da

³² Representa um conjunto de práticas sociais e religiosas nascido no interior da Jamaica, é associado à maconha por conta do uso ritual da planta.

³³ Ver Schiavoni (2013)

religiosidade de Matriz Africana e dos Povos Originários. A “igreja do Santo Daime” foi fundada por Raimundo Irineu Serra (1890-1971), um imigrante maranhense que foi parar no Acre em busca da oferta de trabalho, já nos últimos suspiros da economia gomífera na Amazônia. Homem alto de pele negra escura, Mestre Irineu concebeu os princípios da religião após tomar uma bebida oferecida por indígenas que encontrou na mata. Conhecida como *Ayahuasca*, Daime, Cabi, dentre outros nomes, a bebida tornou-se elemento central da religião que nasceu no meio da floresta. A professora paraense Maria Bethânia Albuquerque, que atua no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, e também conduz um centro religioso com a bebida, defende que ela é uma das muitas bebidas fermentadas de origem Tupinambá consumidas na Amazônia, conhecidas como *beberagens*, e que a presença dessa bebida marca fortemente a influência cultural de povos originários em territórios na Amazônia (ALBUQUERQUE, 2011).

Além da bebida, ou beberagem, a maconha também aparece nos ritos do Santo Daime, transfigurada na imagem de Santa Maria, como é conhecida, e apesar de seu uso ritual nesse contexto ser polêmico, existem relatos da participação dela nos ritos da religião (FERREIRA JÚNIOR, 2017).

A relação das religiões de matriz afro-brasileira com a maconha pode ter sido moldada a partir das políticas higienistas e de embranquecimento social do início do século XX, dedicadas a apagar os traços culturais de povos indígenas e africanos da identidade nacional. Desde os primeiros trabalhos etnográficos de religiões, como Umbanda, Catimbós e Candomblés não havia referência a essa planta dentro dos ritos, e aos poucos se consolidou a ideia de que a maconha estava fora do âmbito religioso de povos afro-brasileiros.

A publicação “Fumo de Angola”, organizada pelos antropólogos Edward McRae e Wagner Coutinho de Oliveira, (2016), pesquisadores do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas – CETAD/UFBA, trouxe novas evidências de que não só essa planta faz parte de cultos afro-brasileiros, como é o elemento central do chamado “Clube de Diambistas”, prática ritual baseada em canções de louvor à diamba, relatada em comunidades tradicionais no Estado do Maranhão (OLIVEIRA, 2016). Uma grande questão do trabalho conduzido pelos autores é justamente o apagamento de usos tradicionais, religiosos e rituais da cannabis em meio a comunidades negras e indígenas e seus descendentes. Diante de trabalhos recentes como esse, podemos refletir sobre a ausência de menções a essa planta em pesquisas sobre essas religiões no Brasil, houve um apagamento intencional por parte de lideranças religiosas ou negligência dos pesquisadores?

Seguindo essa discussão em termos locais, nos deparamos com o fato de que Belém é conhecida pela grande quantidade de terreiros, com grandes iniciativas de cartografia e catalogação das religiões de matriz africana tendo sido produzidas na cidade³⁴. Se existe dúvida em relação a usos religiosos e tradicionais da maconha Brasil afora, talvez esse mesmo apagamento tenha se dado nos estudos locais.

Levando em conta a riqueza e diversidade das manifestações religiosas de matriz africana presentes no estado do Pará e também que essas práticas religiosas populares ao longo do tempo tiveram um papel importante em processos de atenção à saúde das comunidades com pouco acesso à assistência profissional, é possível vislumbrar uma íntima relação entre os usos medicinais e religiosos da maconha. Ao abordar possíveis usos da maconha com fins medicinais é impossível ignorar a possibilidade de uma amálgama com usos para fins religiosos.

A partir daqui trago para discussão narrativas que foram geradas em experiências de campo onde a maconha esteve presente em contextos de uso religioso. O direcionamento do trabalho etnográfico para essa questão se deu porque alguns interlocutores que encontrei enquanto me interessava pelo uso recreativo da maconha tinham ligação com religiões de matriz africana, e como algumas referências teóricas que serviram de base para a pesquisa faziam menção a presença da planta em contextos religiosos, me interessei por essa relação que surgiu a partir do campo. A partir disso consegui viabilizar algumas visitas em um terreiro no bairro, de onde surgiu a narrativa a seguir, que apesar de ser a única neste capítulo, traz conteúdo que sintetiza grande parte das questões acessadas nessa parte do trabalho de campo.

4.1 *Maconha é fundamento*

Antes da pandemia de covid-19 minha intenção para essa pesquisa era abordar o uso recreativo de maconha dentro do bairro, sem adentrar na discussão sobre usos medicinais. Apesar disso, no trabalho de médico já havia me deparado com relatos que instigaram a curiosidade sobre outras relações com a maconha que não aquela dita recreativa, mesmo que naquele momento não vislumbrasse como, e se, essa questão entraria no trabalho. Duas situações ocorreram durante o trabalho de campo que acabaram por redirecionar a pesquisa.

³⁴ Para mais detalhes ver Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2011)

A primeira foi uma conversa rápida com a matriarca de um terreiro junto de mais alguns de seus filhos de santo, aqui chamarei ela de Joana. Minha presença ali não era direcionada para a pesquisa, de forma que conversamos sobre diversos assuntos em uma atividade do templo que havia acabado de acontecer. Quase ao final da conversa, alguns dos presentes foram se dispersando, e aparentemente "do nada", sem que ninguém tocasse no assunto, Joana começou a falar de maconha. Não me lembro de ter falado antes para ela da pesquisa, mas é possível que tenha comentado com alguém próximo a mim, alguém poderia ter contado. Já passando dos 60 anos, ela começou a lembrar que "seus mais velhos" receitavam o chá da folha da maconha para tratar asma, e que até mesmo ela já tinha cuidado de uma criança na rua de sua casa com essa prescrição, com melhora perceptível da saúde da criança.

Resolvi então falar pra ela brevemente sobre minha pesquisa e que tinha muito interesse em seus relatos. Ela então aprofundou o assunto, falando que a referida planta também tinha usos dentro dos ritos de matriz africana, tanto na forma de banhos, como de defumação atrativa. Ela contou que por volta da década de 1990 chegou a obter alguma quantidade das folhas para usar nos ritos em seu terreiro, e que nessa época era difícil encontrar para comprar ali pelo bairro e que somente um homem era conhecido por repassar o fumo, e ele morava em um ponto menos habitado e mais distante das outras moradias. Ela contou ainda que já depois dos anos 2000 chegou a pedir para um jovem conseguir uma quantidade de maconha para o mesmo propósito, mas contou que acabou nem usando quando ele retornou com um pequeno pedaço denso e prensado que por estar tão "feio" não serviu.

A segunda situação ocorreu neste mesmo terreiro em uma conversa comum, fora dos dias de ritual, um dos filhos de santo, enquanto executava funções na cozinha, trouxe para quem estava ali o tema da maconha. Comentou que a planta era "fundamento" de algumas entidades, principalmente aquelas do chamado "povo da rua", e que em alguns terreiros era consumida durante a incorporação pelos filhos e filhas de santo. O grupo em que estávamos ficou curioso com o tema e esse amigo resolveu perguntar à Mãe-Pequena da casa, filha de sangue da matriarca, se ela confirmava essa informação, ao que ela respondeu positivamente. Ele perguntou em seguida porque não era utilizada ali naquele terreiro, a resposta dela foi rápida e simples. "Meu filho, imagine você, um rapaz preto andando aqui no bairro com um pouco de maconha, você diz que é pro santo e aí o que você acha que vai acontecer? Corre o risco até de fecharem o terreiro por isso."

Essa narrativa oferece uma visão sobre a tão discutida presença da maconha nos ritos de matriz-africana. Inicialmente chama a atenção o fato de que mesmo em um bairro de

periferia, onde normalmente são sentidos com mais violência as práticas institucionais de combate à maconha e outras drogas ilícitas, ainda podemos identificar casos de pessoas que recorreram a uma receita com maconha recebida de uma liderança afro-religiosa.

Esse fato contribui para pensar como o racismo, principalmente na forma do racismo religioso³⁵, pode afetar a relação dessas pessoas com a maconha em seus usos diversos. Por ser uma receita comum de se ouvir de mulheres mais velhas, a planta poderia estar contribuindo para a saúde de muitas crianças se, por exemplo, sacerdotisas e mães de santo fossem social e legalmente autorizadas a prescrever o chá da folha da maconha.

No caso de Joana, ela já tinha me falado outras vezes sobre o quanto ajudava a comunidade ao seu redor nos momentos de adoecimento, mesmo pessoas que, segundo ela, “passam na rua e nem olham na minha cara”, mas que já procuraram seu auxílio diante da impossibilidade de ir até um serviço de saúde de emergência, nem tanto pela distância da unidade mais próxima, mas por não poder pagar um taxi pra chegar lá no meio da madrugada. Essa relação dinâmica de Joana com a comunidade que rodeia seu templo religioso permite considerar que mesmo em um cenário onde a maconha fosse legalizada, ainda assim o uso medicinal dela em um bairro de periferia não encontraria aceitação fácil, dificilmente seu uso seria amplamente difundido. Possivelmente se a proibição caísse, Joana e as pessoas candidatas a uso medicinal de maconha ainda enfrentariam o racismo manifesto na descredibilização do conhecimento tradicional.

Essa afirmação pode ser ilustrada pelo outro episódio contado na narrativa logo acima, desta vez em referência ao uso da maconha como um elemento do rito religioso de matriz africana, o que reafirma o quanto usos medicinais e religiosos se misturam no que diz respeito a essa planta, já que mesmo sendo elemento conhecido de determinados ritos da religião, abre-se mão de parte da tradição em nome da sobrevivência. Além disso, quando a religiosa explica os motivos de não ser usada a maconha nos ritos, fica explícito o quanto o fator raça/racismo é determinante nessa vedação.

É importante também ressaltar que à primeira leitura dos fatos narrados é possível presumir que se trata de uma situação de usos medicinais da maconha, já ela surge como alívio para um adoecimento, entretanto, se quem prescreve ou receita a planta é uma liderança afro-religiosa, temos aqui, no mínimo uma zona de embaçamento entre o medicinal e o religioso. Essa divisão entre o campo da saúde e da espiritualidade é reconhecidamente uma noção construída a partir de um conhecido científico eurocêntrico, e que não condiz com a

³⁵ Ver Racismo Religioso (2022)

cosmovisão das religiões afro-brasileiras, nem com seus conceitos de saúde-doença e suas práticas de cuidado.

Dedicado à chamada antropologia da saúde, o francês Laplantine (1986) discute como o modelo biomédico, calcado filosoficamente nas ideias europeias, tem um conceito de saúde objetivista, focado na busca das causas essenciais das doenças, universais e que estão desconectadas da subjetividade da pessoa que adocece, uma visão que valoriza apenas aspectos químicos e biológicos desse adoecimento, e ignora aspectos sociais, psicológicos e espirituais. Em oposição a isso, as chamadas medicinas populares apresentam uma visão integrativa do processo de adoecer, onde todas essas dimensões são tomadas em conjunto.

Tomando como referência essa visão integrativa sobre o binômio saúde-doença que está na base das religiões de matriz africana, podemos analisar a narrativa apresentada no contexto de uso tanto religioso como medicinal, uma vez que essa planta, junto com muitas outras, faz parte das práticas de cuidado das religiões de matriz africana, e que essas práticas não procuram separar o que é espiritualidade do que é saúde.

Outro ponto interessante a se levantar é o fato de a maconha prensada, cujo mercado é controlado pelo tráfico de drogas, foi vista por Joana como imprópria para o uso religioso, de onde pode-se inferir que não é qualquer maconha que pode servir a fins religiosos, de forma que se estabelece uma distância entre a presença da maconha neste contexto específico daqueles usos com fins recreativos. Ainda que a qualidade da maconha fumada por prazer seja motivo de categorizações por parte dos consumidores, permitindo que eles diferenciem uma maconha boa de uma ruim, isso não impede que ela seja largamente consumida. Essa distância parece produzir vivências distintas, nas quais quem busca a maconha com fins religiosos pouco se relaciona com o tráfico de drogas, e, por isso, enfrentaria obstáculos maiores para ter acesso a planta com características adequadas para uso religioso.

Diante desse cenário conflituoso de usos religiosos da maconha em um bairro da periferia, onde as famílias acessam a planta como um elemento das práticas de cuidado de religiões de matriz africana, historicamente perseguidas e descredibilizadas; onde a planta é retirada dos cultos a fim de proteger o terreiro e as pessoas que compõe ele, podemos pensar como o racismo religioso influencia esses processos e contribui para que a maconha seja cada vez menos reconhecida e validada como parte de práticas religiosas.

Contudo, apesar de o lugar da maconha dentro dos ritos do terreiro parecer cada vez mais ameaçado, a partir das narrativas é possível afirmar que ela ainda resiste dentro do escopo da religiosidade quando a comunidade ao redor do terreiro acessa a planta para tratar

problemas de saúde, já que é próprio da cosmovisão afro-brasileira uma visão que integra espiritualidade e saúde nos processos de cuidado.

Capítulo 5 - Remédio

Nas últimas décadas o foco sobre os usos recreativos da maconha e sua feroz repressão deixou na penumbra o uso medicinal dessa planta, e mesmo diante de inúmeros casos de pessoas que passaram a utilizá-la como remédio em nosso país, as aplicações médicas dela e de seus derivados é tratada como uma falácia, ignorando evidências científicas recentes que apontam para um grande potencial terapêutico desses compostos. Neste capítulo são discutidas experiências de uso medicinal da maconha no contexto de um bairro periférico.

No que se refere à sua aplicação medicinal, um dos mais antigos relatos de uso sistemático da *Cannabis sp.* está na farmacopeia chinesa *Pen-ts'ao Ching*, um compilado feito no início da era cristã, especificamente no Império Shen-Nung, que povoou a China por volta de 2.700aC (ZUARDI, 2006). No Brasil, no final do século XIX, a maconha foi vendida e propagandeada como medicamento em diversas apresentações, desde pastilhas digestivas e tabletes sedativos, até cigarros para asma (FRANÇA, 2018).

No artigo *Breve panorama etnobotânico sobre a maconha* (2016), Rafael do Santos, farmacologista do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas – CETAD/UFBA, ressalta que, desde a antiguidade, muitas culturas, do Oriente até o continente Africano, fizeram dessa planta presença marcante em práticas medicinais. O autor vai além, fazendo referência inclusive à incorporação desses usos por parte de povos indígenas na América, provavelmente a partir do contato com europeus e africanos que a trouxeram para o que até então era o Novo Mundo.

Tanto no Oriente como cá, a oralidade se encarrega da transmissão do conhecimento tradicional associado a essa planta. Não raro, encontram-se referências a ela em receitas das benzedeiros e erveiras amazônicas para determinadas enfermidades. Se você cuida de uma criança com asma, portanto, não é difícil ouvir a receita de chá da folha de maconha de alguma mulher no interior do estado do Pará. Em algumas regiões do Estado ainda resiste um cultivo de plantas medicinais focalizado nos quintais das casas na periferia, conduzido por mulheres que aprenderam o trato com as plantas de suas mães e avós (PEIXOTO, 2020), portanto não pareceria estranho que a maconha fizesse parte de muitos desses quintais.

A formação étnica e racial do povo brasileiro possibilitou que práticas de cuidado tradicionais de povos negros e indígenas coexistam com os modelos de cura ocidentais³⁶, mesmo que frequentemente desacreditadas e invisibilizadas. Ainda assim, tal como a prática de cultivo de plantas medicinais nos quintais, conhecimentos ligados ao uso medicinal de plantas sobrevivem e fazem parte do cotidiano de muitas comunidades rurais e urbanas. Em nosso país, a credibilização desses conhecimentos e práticas teve grande impulso com os movimentos populares de luta pelo acesso à saúde que culminaram na criação do Sistema Único de Saúde - SUS (BRASIL, 2006.a).

Nas últimas décadas, os movimentos de educação popular em saúde demandaram cada vez mais a inserção dessas práticas nos serviços ofertados à população, e a resposta a isso veio através de políticas governamentais que as regulamentaram como parte dos processos de Atenção Integral à Saúde, e assim foram gestadas a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PEDROSA, 2021), a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (BRASIL 2006b), a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (BRASIL, 2015), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (BRASIL, 2013) e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (BRASIL, 2017).

Apesar disso, afora algumas experiências pontuais, práticas populares e tradicionais de cuidado ainda não integram de forma orgânica grande parte dos serviços de saúde brasileiros e pouco aparecem nos currículos regulares de formação de profissionais da saúde, mesmo na região amazônica, onde ainda existe presença forte dessas práticas. Em Belém (PA), por exemplo, não existe nenhuma disciplina regular sobre o tema dos fitoterápicos e das plantas medicinais nos cursos de medicina ofertados pelas duas universidades públicas na cidade³⁷.

Se as plantas medicinais em geral ainda hoje gozam de pouca afinidade dos profissionais prescritores, principalmente médicos, pior ainda é a situação da Cannabis neste cenário. A despeito da existência de relatos de usos medicinais dessa planta e seus derivados em comunidades (principalmente no Norte e Nordeste do Brasil) (MCRAE, 2016; FRANÇA, 2018), a proibição aplicada a essa planta desde o século passado fez com que ela fosse lentamente apagada até mesmo das medicinas tradicionais que difundiram seu uso.

³⁶ Para maior detalhamento sobre os modelos de cura ver Laplantine (1986).

³⁷ Para consultar os currículos dos cursos de medicina da UFPA (<http://www.faculadamedicina.ufpa.br/index.php/planos-de-ensino-das-atividades-curriculares-do-ppc-2010>), UEPA (https://www.uepa.br/sites/default/files/medicina_0.pdf) e CESUPA (<https://www.cesupa.br/Graduacao/Medicina/>)

Na última década, após forte pressão de movimentos sociais e acadêmicos, que têm disparado processos de legalização e regulamentação, a Cannabis voltou a ser discutida enquanto uma possibilidade no tratamento de diversas doenças, passando a ser foco de estudos científicos que procuram validar seu uso e definir processos terapêuticos, mas frequentemente a partir de referências da ciência ocidentalizada e seu foco nos aspectos biomédicos, em detrimento de um diálogo com conceitos e práticas da Etnobotânica³⁸, campo interdisciplinar que procura ampliar o diálogo de cientistas com comunidades tradicionais e seus conhecimentos sobre os diversos usos das plantas.

Na Amazônia, muitos relatos dão conta da presença da Cannabis através de suas aplicações recreativas por negros, indígenas e seus descendentes, mas também em práticas religiosas dessas matrizes culturais e integrando sistemas terapêuticos, tal qual, muitas outras plantas medicinais, principalmente em comunidades rurais (OPIM, 2008).

Nas áreas periféricas das cidades amazônicas, onde a formação populacional está ligada a movimentos migratórios vindos do mundo rural, existe um vazio de pesquisas e relatos que envolvem os usos medicinais dessa planta. O que poderia ser considerado como evidência da pouca utilização da maconha medicinal, também pode ser visto como uma consequência da guerra às drogas, como essas comunidades que sofrem as piores consequências dela, não seria absurdo presumir que mesmo que utilizem a planta como remédio, as pessoas evitam falar desse assunto. Em outras palavras, se você vive em um bairro periférico, mesmo que sua avó tenha usado a maconha como remédio para tratar parentes e vizinhos, é melhor não seguir esse exemplo, já que pode ser morto ou encarcerado pela posse de pequenas quantidades dela, ainda mais se for um jovem negro.

Uma das principais consequências disso é que além de sofrerem com o racismo e classismo direcionado historicamente a elas, comunidades de marcante herança negra e indígena são desautorizadas até mesmo pelo uso medicinal de uma planta que ao longo dos tempos fez parte dos seus sistemas de cura. Essa particular violação do direito à saúde ocorre tanto de forma direta, através das leis sobre posse e cultivo dessa planta, quanto de forma indireta, porque quando ela está disponível é fora do sistema público de saúde, sob alto custo.

Para além da histórica presença da maconha em modelos de cura chamados de tradicionais, é importante destacar a recente incorporação dela no modelo de cura ocidental,

³⁸ Autores como Rocha, Boscolo e Fernandes (2015); Amorozo e Gely (1988) e Peixoto (2020) são boas fontes de debate sobre a relação de comunidades tradicionais com as plantas, bem como de reflexão sobre essa interação entre ciência e conhecimento tradicional.

as ciências biológicas e médicas vêm, aos poucos, reformulando a compreensão sobre a planta.

A legalização em diversos países, notadamente nos Estados Unidos, permitiu um avanço exponencial no estudo do papel dela no tratamento de muitas doenças, uma mudança que permitiu uma maior aderência ao chamado uso medicinal; evidências desse movimento podem ser encontradas em uma pesquisa realizada no país a partir dos dados do National Survey on Drug Use and Health, os autores afirmam de cerca de 17% de todos os usuários da maconha lá se consideram usuários medicinais, pessoas que mesmo sendo residentes em Estados onde não foi legalizado o uso medicinal, procuram prescrições para ter acesso à planta por vias legais (BROWN, 2017).

No Brasil, a legislação ofereceu poucos avanços rumo à legalização de qualquer uso da maconha, mas apesar desse cenário as pessoas que demandam os medicamentos derivados da planta encontraram maneiras de garantir o seu tratamento com certo respaldo legal, e a principal solução nesse sentido diz respeito ao chamado “associativismo canábico”, um movimento que uniu profissionais de saúde, pesquisadores, ativistas e usuários do sistema de saúde com objetivo de fornecer maconha medicinal a quem precisa.

A Plataforma Brasileira de Política de Drogas debate as múltiplas dimensões desse movimento no Brasil no documento “Introdução ao Associativismo Canábico”. O texto faz referência a pelo menos 30 associações vigentes atualmente no país, com diferentes características, mas com objetivo em comum de cultivar, processar e distribuir medicamentos derivados da maconha no Brasil (NÚCLEO CÂNABIS PBPD, 2020).

Em artigo na publicação “Drogas no Brasil”, o farmacêutico Paulo Mattos analisa os modelos internacionais de regulamentação do aspecto medicinal da maconha que serviram de inspiração para a legislação brasileira. No texto, ele afirma que até mesmo os marcos legais mais restritivos com relação ao uso recreativo já resguardavam o lugar dos usos terapêuticos. Segundo o autor, desde a Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961, um importante marco internacional para a proibição dos usos recreativos, já existe referência a uma necessidade de “garantir a disponibilidade de entorpecentes” para eventuais medidas de alívio da dor e do sofrimento, fato que o autor considera suficiente para que não haja justificativa para o que ele chama de “desregulamentação” da maconha medicinal (MATTOS, 2015).

Para reforçar as suas críticas quanto ao possível descaso dos agentes públicos brasileiros em relação à regulamentação da maconha medicinal, o autor afirma que o principal órgão responsável, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ignorando o fato de ser

signatária da convenção de 1961, pouco agiu no sentido de estruturar uma regulamentação que garanta o acesso a tratamentos com derivados da planta.

De certa forma, o associativismo canábico brasileiro se insere nesse contexto de proibição e de inércia por parte das instituições reguladoras, pressionando órgãos como a ANVISA através de intensa mobilização política e jurídica. No artigo “A fumaça do bom direito: demandas pelo acesso legal à maconha na cidade do Rio de Janeiro” o advogado e ativista detalha o desgastante processo de litígio judicial de uma família em busca de um cultivo doméstico e legal da maconha para extrair medicamentos. O relato ilustra como esse movimento vem garantindo avanços na garantia do direito ao medicamento, mas por outro lado, revela também o perfil socioeconômico das famílias que são protagonistas dessa mudança, uma classe média, de alta escolaridade e capacidade de mobilização midiática e institucional (FIGUEIREDO; POLICARPO; VERÍSSIMO, 2017).

O alto custo de compra do medicamento é outra questão que se soma; a opção de importar o produto pode ser dispendiosa, já que frete e conversão cambial são incluídas na conta. Além disso, para solicitar uma autorização de importação junto à ANVISA, é necessário apresentar um orçamento de medicamento para, no mínimo, 6 meses de tratamento, o que aumenta em grande monta o custo final.

As associações brasileiras costumam ser uma opção mais barata e de mais fácil logística do que as importações, algumas delas trabalham com “assinaturas” de mensalidades fixas, oferecendo para seus associados serviços de saúde, jurídicos e também medicamento em quantidade suficiente para o tratamento prescrito. Entidades³⁹ como a Associação Brasileira Cannabis Amigos e Esperança – ABRACE, com sede do estado da Paraíba, admite apenas associados de dentro do estado, outras como a Maria Flor, e Sou Cannabis, facilitam o acesso a pessoas de todas regiões do país. Entretanto, o custo ainda é um problema, já que dependendo da concentração prescrita pelo médico e da dose diária utilizada, o custo para dois meses de tratamento chega a 550 reais.

É nesse contexto local e nacional de mobilizações da sociedade civil e também de desigualdades no acesso a medicamentos derivados da maconha que as narrativas apresentadas a seguir oferecem pistas para elaborar uma análise que adicione questões raciais ao debate. Elas trazem as experiências de uma jovem negra do bairro em busca de assistência adequada para sua gestação, e em seguida contam um pouco do processo de prescrição e aquisição de derivados da maconha vividos por duas mulheres brancas também do bairro.

³⁹ <https://abracesperanca.org.br/>; <https://mariaflor.org.br/>; <https://soucannabis.org.br/>

5.1 O chamado de Mariana

Era noite de terça-feira quando notei várias chamadas perdidas no celular e também mensagens de três pessoas diferentes me solicitando para dar uma ajuda médica para Mariana, uma amiga próxima que estava gestante e queixando de contrações uterinas intensas e dor. Apesar de já estar no final de um dia inteiro de trabalho, decidi dar esse apoio, principalmente por saber que provavelmente eu era a pessoa mais acessível a quem ela poderia recorrer naquele momento. Decidir ir até ela.

Durante o tempo que nos conhecemos, muitas vezes, nos encontramos em contextos ligados de alguma forma à maconha. Nos encontramos em situações onde fumamos juntos, ou em espaços onde íamos comprar o fumo. Em um dos nossos encontros, Mariana estava repassando pequenas quantidades de uma maconha vinda da Bahia para alguns amigos e conhecidos. A partir desses eventos é possível perceber que a relação dela com a Cannabis é antiga e ligada ao consumo adulto, ou consumo recreativo dessa planta.

Quando já éramos mais próximos e Mariana já vivia com Jorge na comunidade do Esteio, recebi a notícia de que ela estava gestante, fato que lhe causou grande alegria, já que ela aparentemente não podia ter filhos, já tinha muitas tentativas frustradas anteriores. Durante uma visita que fiz na casa do casal, já com a gestação avançada há cerca de 5 meses, o casal me convidou para ajudar no Pré-Natal, muito porque tinham sérios receios em relação à condução desse acompanhamento em uma unidade de saúde.

Nas conversas que tive com o casal que envolveram a preocupação dos dois com a gestação de Mariana, eles me relataram suas frustrações com o serviço prestado por profissionais de saúde, tanto em experiências anteriores, como no acompanhamento que recebiam no pré-natal. O casal se queixava principalmente da relação distanciada e pouco humanizada que os profissionais estabeleciam com eles, estavam descontentes também com as informações insuficientes que recebiam durante as consultas, com pouco espaço para sanar dúvidas e questionamentos.

Após alguns encontros que tivemos, Mariana e Jorge manifestaram o desejo de fazer um parto domiciliar, e pediram que eu conduzisse esse processo. Como nunca havia participado de um parto domiciliar, apesar de me interessar bastante pelo assunto, decidi ser cauteloso sobre essa decisão, expliquei qual era minha situação de conhecimento e experiência profissional, quais eram os recursos e requisitos técnicos para que fosse concretizado o parto domiciliar.

Durante o processo de informação e decisão, o casal sempre se manifestou contrário ao parto em um hospital, mesmo após eu detalhar os riscos de o procedimento domiciliar ser feito na situação que eles se encontravam: um pré-natal com lacunas importantes, a dificuldade de acesso a equipamentos e profissionais necessários para um parto domiciliar, e também a dificuldade de acesso rápido a um hospital, se preciso.

A decisão do casal de preferir um parto domiciliar, mesmo diante do cenário complicado, só foi deixada de lado quando apareceram os primeiros sinais de trabalho de parto em um momento anterior ao que era esperado, e diante do risco maior, o casal procurou a maternidade de referência na cidade. Mariana, ao contrário do que pretendia, teve um parto cesáreo, e segundo eles relataram posteriormente, recheado de condutas questionáveis por parte da equipe assistente. Felizmente o resultado do parto foi o nascimento de uma criança saudável e sem maiores complicações.

Apesar de o objeto do relato aqui presente ser relacionado à segunda gravidez de Mariana e Jorge, me pareceu necessário apresentar os eventos acima narrados, a fim de contextualizar tanto a minha presença nesse processo, quanto a situação deles em relação à assistência de saúde pré-natal.

Nesse caso, é preciso ainda acrescentar o fato de que Mariana e Jorge fumam maconha regularmente, de modo que era uma preocupação do casal os possíveis riscos para o feto devido a esse hábito, uma vez que ela relatava ansiedade e problemas de humor durante a primeira gravidez e via no efeito psicoativo um alívio para esses sintomas. Orientei quanto às referências ao uso de cannabis durante a gravidez na literatura médica, detalhei os riscos de prematuridade e baixo peso ao nascer, bem como a postura geral de profissionais da saúde sobre o tema: como não se pode ter certeza sobre o risco, na dúvida, melhor evitar. A postura do casal foi de acolher o que dizem as evidências científicas, ao passo que eles também relativizam esses riscos baseados em suas convicções e também em relatos de conhecidos e amigos.

A decisão final de Mariana então foi a de consumir em pequenas quantidades de cannabis solta que a própria teve acesso durante sua viagem ao nordeste, obtendo a planta direto de cultivadores. Em relação a fumar o prensado paraguaio, ela foi firme, não fumaria.

O chamado para que eu ajudasse Mariana na gestação atual veio em uma situação que cabe atenção. No momento das dores ela encontrava-se “recolhida” em terreiro de religião de matriz africana, processo necessário para que ela fosse iniciada de fato na religião, inclusive

quem me fez contato foi a líder religiosa do espaço sagrado, que estava preocupada com a possibilidade de Mariana estar entrando em trabalho de parto naquele momento.

No momento que cheguei, obtive o relato das pessoas presentes sobre a situação de Mariana, todos muito preocupados com o estado de saúde dela. Encontrei ela na cama, apresentando sinais de dor e desconforto na expressão facial. Conversei com ela brevemente, onde constatei que ela vinha sentindo dores pélvicas intensas, semelhantes à cólica menstrual, só que com maior intensidade. Ela já tinha feito uso de paracetamol sem melhora nenhuma. No momento do encontro, ela tinha 3 contrações a cada 5 minutos, não possuía sinais de rotura de membranas, motivo pelo qual decidi não realizar toque vaginal. Levantando informações sobre a história clínica de Mariana percebi que o pré-natal não tinha sido iniciado cedo, uma vez que a gestação só foi descoberta já com mais 3 meses em ultrassonografia, exame que estava em posse deles.

A gravidez atual não era esperada, nem tampouco planejada, levou mais tempo para ser identificada porque Mariana estava sem menstruar desde o seu parto e continuou assim no período da amamentação de sua filha, o que só foi interrompido por motivo do recolhimento no espaço sagrado, de forma que ela inclusive consumiu cannabis na forma fumada durante o período que estava gestante e não sabia.

Diante do evidente sofrimento que as dores vinham causando, e da falta de resposta a medicamentos comuns, Mariana teve acesso a um óleo artesanal rico em Canabidiol (um dos muitos componentes farmacologicamente ativos presentes na maconha) com concentração a 6%, e me demonstrou o interesse em usar para alívio da dor, como tinha ouvido falar, e para isso queria minha orientação. Nesse ponto, me vi demandado a tomar uma decisão de grande responsabilidade, já que deveria orientá-la sobre tomar ou não o medicamento, considerando o embasamento teórico que me permitia acreditar que ela teria alívio com ele, mas também o risco associado a essa possível conduta. Orientei Mariana e Jorge sobre os riscos e possíveis benefícios, ressaltando que a decisão era dela, em última instância. E ela decidiu pelo sim, e lhe ofereci 6 gotas de óleo.

Após 10 minutos da ingestão, os primeiros efeitos de melhora começaram a ser sentidos e eu segui a análise do caso, a fim de decidir se Mariana precisava ou não recorrer a um hospital para avaliar seu caso. A idade gestacional calculada no momento revelou uma gravidez de 31 semanas, a análise da biometria fetal revelou um feto de crescimento mediano, com risco de baixo peso ao nascer. Diante da melhora das dores que ela apresentou e da ausência de rotura de membranas, orientei Mariana a fazer repouso e aguardar 24h, se outros sinais de trabalho de parto surgissem, ela deveria procurar o hospital.

5.2 A Pastora

Conheci a Pastora Isabel, foi assim que se apresentou, quando ela me solicitou para fazer um atendimento médico de visita domiciliar para sua mãe. Por telefone, ela me explicou que sua mãe sofria de dores crônicas devido osteoporose e “reumatismo”, além de vir apresentando perdas de memória e dificuldade para reconhecer parentes próximos, sinais que ela julgava serem as primeiras manifestações de “Alzheimer”.

Durante a visita na casa da família o que primeiro me chamou atenção foi a beleza da casa internamente, piso em porcelanato, móveis luxuosos e um acabamento interno que eu não esperava quando vi a frente do prédio. A julgar pela primeira impressão, aquela família demonstrava um padrão de vida mais elevado. O atendimento transcorreu normalmente, após entrevista clínica, já no final da consulta, expus as propostas de conduta para o caso que via ali. Foi aí que pensei na possibilidade de prescrever um derivado da maconha para tratar a dor crônica, decisão influenciada pelo entendimento de que o valor elevado do medicamento não parecia um empecilho para aquela família. Só depois de considerar esse tipo de medicamento e ver a reação de certo assombro da pastora é que pensei nos possíveis empecilhos para aceitação da proposta de tratamento. O fato de a mulher ser pastora poderia ser motivo de certo receio dela em relação à maconha, e apesar da minha dedicação em explicar que aquele era um medicamento como qualquer outro, percebi que poderia ter erguido uma barreira que ameaçaria a continuidade da assistência prestada.

Mesmo eu esperando a pior reação possível, e vendo o desconforto evidente da família diante de minha sugestão, terminamos a consulta com a emissão de solicitação de exames, prescrição de alguns medicamentos sintomáticos, pactuando que após o resultado dos exames faríamos novo atendimento para acertar a prescrição do derivado de maconha. Entretanto, um novo contato e uma segunda visita nunca aconteceram, e não prossegui atendendo a mãe da pastora.

5.3 Ângela e a maconha medicinal

Conheci dona Ângela quando uma amiga dela me indicou para fazer o atendimento de sua mãe, uma mulher de 64 anos, que perdeu o marido, companheiro de mais de 30 anos, há cerca de 4 anos, e desde então a família percebeu mudanças no comportamento, perda lenta da capacidade de executar tarefas do dia a dia, humor constantemente deprimido, com pouco

interesse em interação social, redução da mobilidade, sintomas que vinham se agravando lentamente e causando preocupação na família. Depois de avaliar o caso e de propor um tratamento com derivados da maconha, Ângela me revelou que buscava o meu atendimento justamente porque ficou sabendo da possibilidade desse tipo de medicamento ajudar na recuperação de sua mãe.

Me disse que já tinha ouvido falar desse tipo de tratamento, e que tinha aversão a drogas, porém decidiu procurar essa alternativa diante da piora constante do quadro de sua mãe. Diante do interesse manifesto, expliquei os detalhes do tratamento, as possibilidades de melhora diante do quadro e também coloquei como possível empecilho o alto custo do medicamento, ao que Ângela me respondeu com veemência que o custo não seria um limitador, ainda que ela tivesse outros custos com a saúde da mãe, disse que se fosse por uma esperança, ainda que mínima, de melhora, ela arcaria com os custos. O que se seguiu foi que dentro de poucos dias após a visita ela conseguiu adquirir o medicamento sem maiores problemas.

5.4 Os desafios do acesso à maconha medicinal

O que mais chama atenção ao olhar parte do processo dessas três famílias em busca de cuidado e assistência para problemas de saúde é que, apesar de as três buscarem o tratamento com maconha medicinal, elas percorreram caminhos distintos. Para começar, Mariana não tinha a possibilidade de pagar por um atendimento particular, e estando longe da assistência do sistema público, enfrentava grandes dificuldades até mesmo para ter acesso aos procedimentos mais comuns, situação que se agravou ainda mais quando falamos de um medicamento que costuma ser uma última alternativa de tratamento, quando já se esgotaram outras possibilidades⁴⁰, um caminho árduo, com alta demanda de recursos financeiros, seja para pagar transporte para consultórios médicos, honorários para diversos profissionais da saúde e custear medicamentos.

⁴⁰ A regulação governamental de medicamentos derivados da maconha foi instituída pela ANVISA da RDC 327/2019 e estipula critérios para autorização de importação desses produtos à critério médico. Caso o solicitante não tenha condições de arcar com a importação, ele normalmente acessa o produto junto a associações que produzem nacionalmente. Do ponto de vista do ato profissional da prescrição, o documento de referência hoje é a Resolução 2.113/2014, que autoriza médicos do todo o país a prescrever dentro do chamado uso compassivo, quando se utiliza um medicamento ainda sem registro em pacientes com doenças graves ou que apresentem resultados insatisfatório com os produtos registrados.

A dificuldade de receber assistência, por si só, já é causa de um agravamento das condições de saúde, e a preocupação de Mariana e Jorge em evitar ao máximo um parto em ambiente hospitalar revela que até mesmo quando se consegue acesso a algum tipo de assistência, a pouca confiança na qualidade do atendimento pode aumentar ainda mais a distância entre quem oferece cuidado em saúde e quem mais precisa dele.

A questão da ampliação do acesso à serviços de saúde é tema de debate desde o início da construção do SUS, antes disso, teve lugar central na Declaração de Alma-Ata de 1978, que definiu as bases dos modelos de sistema de saúde que privilegiam a atenção primária. Exemplificando a importância desse contexto para as reflexões sobre a qualidade do SUS, os pesquisadores da área técnica da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ - Travassos e Martins (2004) detalharam desafios recentes para ampliação do acesso aos serviços. Ao elencar possíveis fatores que reduzem o acesso, eles ressaltaram a influência de experiências prévias negativas das pessoas com o SUS, o que além de diminuir a procura, contribui também para uma pior qualidade da utilização desses serviços (TRAVASSOS e MARTINS 2004).

Enquanto a família de Mariana precisou vencer a dificuldade de acesso à assistência e, em seguida, ainda teve que se deparar com o alto custo do medicamento, as famílias de duas mulheres brancas não viam no fator econômico uma limitação tão importante para conseguir o medicamento à base de maconha. Para essas duas famílias me parece que o maior empecilho era de ordem moral, precisaram vencer os estereótipos vinculadas à percepção da maconha enquanto uma droga eminentemente danosa para a saúde. Em uma comunidade periférica, onde estar ligado de alguma forma ao uso de drogas é tido como um desvio moral, as pessoas tendem a rechaçar qualquer associação com esse tipo de hábito. Já que na Guerra às Drogas os bairros periféricos são a morada do tráfico, é comum que pessoas moradoras dessas comunidades anseiem afastar-se o máximo das drogas.

Por outro lado, essa não parece ser uma questão importante para Mariana e sua família, ainda que também sejam moradores de uma periferia. Considerando o fato de que ela e Jorge eram consumidores frequentes de maconha com fins recreativos, aparentemente, para eles a barreira moral já havia sido relativizada.

Entretanto, se a desconfiança das famílias de Ângela e Isabel em relação ao possível benefício de um medicamento derivado da maconha pode ser problemático, dificultando a aceitabilidade de um tratamento desse tipo, por outro lado, a crença de que o uso de maconha é isento de riscos que alguns usuários desenvolvem pode ser igualmente problemática. Tendo em vista esse cenário, devemos analisar a percepção de Mariana que apenas a maconha

prensada oriunda do tráfico de drogas causaria malefícios durante sua gravidez, ainda que a escolha dela de consumir uma maconha mais “natural” possa representar um movimento de autocuidado, e que de fato o fumo prensado seja mais danoso, ainda assim essa escolha não está isenta de consequência negativas.

De fato, a maconha prensada oriunda do narcotráfico apresenta uma qualidade inferior, já que no seu processo de cultivo, colheita, secagem e distribuição são ignoradas as boas práticas recomendadas para qualquer produto de origem vegetal para o consumo humano, como demonstra em detalhada matéria o jornalista Matias Max (2017), da Agência Pública. Ele descreve todo o processamento da planta a partir de uma visita que fez a um plantio ilegal no Paraguai, próximo à fronteira brasileira. Em seu relato é possível ver que não existe nenhuma preocupação com a qualidade e nível de contaminação do solo, muitos pesticidas são utilizados, não há cuidado contra pragas e doenças. Já na fase da colheita, ele descreve que as plantas são cortadas pelo caule, armazenadas e secadas precariamente, para em seguida sofrerem o processo de prensa inteiras, de forma que, além das flores (partes da planta com maior quantidade de substâncias ativas) são prensados, caules, galhos, insetos, outras plantas. Só depois desse processo ela é embalada e transportada em condições inadequadas até os consumidores. O resultado desse tipo de processamento é um produto final contaminado e muito mais danoso a à saúde humana.

Mas ainda que a percepção de que uma maconha mais “natural” seja menos danosa do que o prensado, essa reflexão diz respeito mais a usos recreativos; voltemos então a refletir sobre como a dificuldade de acesso à assistência adequada que Mariana e sua família enfrentaram pode ser um fator complicador, mesmo que ela tenha acesso ao medicamento à base de maconha; isso porque sem a orientação profissional não seria suficiente que ela pudesse pagar pelo tratamento, o que poderia limitar os benefícios e ampliar os riscos. É evidente que somente as diferenças raciais entre as famílias não figurem isoladamente os fatores definidores dessas peculiaridades, entretanto é pouco provável que elas possam ser ignoradas.

Já que estamos tratando de fatos ocorridos durante a gravidez da Mariana, podemos pensar essa questão avaliando a experiência de assistência à gestação a mulheres negras, o que se sabe é que elas figuram a maioria dentre as vítimas de violência obstétrica⁴¹, o relato de Mariana ilustra essa estatística, e permite concluir que ter acesso à assistência não dá garantia

⁴¹ O trabalho de Lima (2016) utiliza como base informações sociodemográficas do Rede Cegonha do Ministério da Saúde no ano de 2013 para analisar as estatísticas sobre incidência de violência desse tipo em mulheres brancas e negras, bem como o tipo e o grau de violência praticada nesses contextos.

de que ela respeite seus direitos enquanto usuária do sistema de saúde ou que contribua para o seu bem-estar, não sendo violenta. Já para as famílias brancas, o fato de estar pagando por assistência representa a superação do principal dilema de quem procura esse tipo de serviço, principalmente por que não depender do SUS pode ser visto como fator de distinção social. Ao pagar por atendimento, a família resolve não só a questão de saúde, mas também reivindica uma certa autonomia, já que passa a poder reclamar diretamente com o profissional caso o atendimento não cumpra as expectativas. Oportunidade que dificilmente alguém teria dentro do sistema público.

Em sua dissertação *“Racismo Estrutural, Imperialismo e Proibicionismo: Cannabis Medicinal e a luta pelo direito à vida”*, a assistente social e pesquisadora Sálvia Elias traz elementos para pensar essa diferença racial como fator limitante para o pleno exercício do direito à saúde, especificamente no contexto do uso medicinal da maconha. A autora defende que o racismo estrutura a relação de pessoas negras com já no processo de determinação de padrões de adoecimento, no qual as inequidades sociais e raciais se traduzem em uma mortalidade maior de negros e negras em doenças crônicas.. Além disso, de acordo com a autora, o racismo também é manifesto durante a busca pela assistência à saúde no sistema público brasileiro, onde o chamado racismo institucional⁴² promove diferenças como maior mortalidade, dificuldade de acesso, pouca adesão ao tratamento (ELIAS, 2021).

Ela ressalta que o acesso ao medicamento está inserido em um contexto de movimentações políticas em torno do direito à saúde nas últimas décadas no Brasil, com especial destaque à Política Nacional de Saúde das Pessoas Negras. Ela afirma que, seguindo também um movimento internacional no campo da Saúde Coletiva, essas políticas brasileiras consolidaram entre profissionais e pesquisadores o entendimento que fatores econômicos, sociais e raciais determinam os problemas de saúde e fatores de risco associados, já que pessoas pobres, vivendo sem saneamento, e longe de serviços de saúde adoecem mais e de formas mais graves. Ainda segundo a autora, o acesso à maconha medicinal estaria sob influência dos mesmos fatores. O alto do custo do medicamento, o perfil específico da assistência profissional e a organização familiar necessárias a quem precisa de um medicamento à base de maconha determinam maior dificuldade a pessoas negras e pobres a esse direito. Nessa direção, a autora salienta que como famílias negras ganham os menores salários, padecem com a ausência de homens negros na família por conta do encarceramento,

⁴² De acordo com publicação do Instituto Geledés o racismo institucional se define como mecanismo estrutural presente na sociedade brasileira que garante a exclusão seletiva de grupos racialmente subordinados, tal como negros, indígenas. Ver Geledés Instituto da Mulher Negra (2013)

gastam mais com transporte (por viverem em regiões metropolitanas distantes do centro das cidades) e vivem em piores moradias, suas dificuldades se ampliam quando precisam incluir um medicamento como este.

No trabalho *Etnografando a construção do direito ao acesso à Maconha Medicinal em um Contexto Proibicionista*, Oliveira (2020) analisa inúmeros processos jurídicos que foram acionados por famílias, associações e movimentos antiproibicionistas em busca do acesso à maconha medicinal. No texto é possível atestar a quantidade de instrumentos jurídicos necessários para a atual regulamentação desses medicamentos no Brasil. Foram necessárias ações judiciais individuais e coletivas, pedidos sucessivos de importação do medicamento, laudos e prescrições médicas para que finalmente, em 2016, a ANVISA emitisse resolução delimitando regras mais simples de acesso (OLIVEIRA, 2020).

O autor relata ainda que apesar das relativas vitórias alcançadas na efetivação de meios de acesso à maconha medicinal, o alto custo, até mesmo dos serviços prestados por associações em território nacional, excluindo a importação, dirigiu muitas famílias ao chamado auto cultivo domiciliar, quando famílias que precisam de um derivado da maconha passam a cultivar plantas, e, dominando processos artesanais de extração, passam a produzir o medicamento em casa. Para isso, a solução encontrada foi o pleito, frente ao poder judiciário, de um *habeas corpus* para famílias que decidissem realizar o auto cultivo domiciliar, estratégia que demanda um bom nível de conhecimento técnico no assunto, além de considerável aporte financeiro.

Aproximando essa discussão das narrativas apresentadas, podemos considerar que um cenário onde a maconha fosse legalizada, seria possível que as dificuldades de Mariana não fossem superadas, já que não poderia pagar nem pela assistência, nem pelo medicamento. E mesmo que tivesse a oportunidade de ser acompanhada por uma mãe-de-santo que lhe recomendasse a maconha como tratamento, ainda assim teria dificuldade para ter acesso a exames complementares, à abordagem multidisciplinar e educação em saúde.

Exemplo disso é que ainda que Mariana nutrisse uma proximidade em relação à maconha, por conta de utiliza-la para fins recreativos, ainda que saiba onde comprar maconha para fumar, inclusive escolhendo de quem comprar a partir de seus próprios critérios de qualidade, ainda assim ela parece estar mais distante do acesso à maconha medicinal do que uma pessoa que nunca teve contato direto com a planta.

Caminhando adiante nesta reflexão, considerando a questão do acesso ao medicamento superada, surge aqui a preocupação com a qualidade do tratamento por conta da falta de um acompanhamento profissional adequado. Assim como ocorre com outros

medicamentos, seria muito possível que Mariana não fizesse o uso adequado sem receber instrução de profissionais de saúde, levando em conta também que uma usuária recreativa habitual pode se sentir capaz de fazer um uso medicinal sem precisar de orientação, uma vez que conhece a maconha e seus efeitos. Além disso, é possível presumir uma certa aversão a buscar acompanhamento em serviços de saúde, já que em sua experiência esse mesmo sistema de saúde se apresentou de formas violentas, mais de uma vez.

Essas possíveis diferenças no acesso à maconha medicinal com base em diferenças raciais e de classe podem contribuir para pensar os movimentos recentes de regulamentação, produção e distribuição de medicamentos à base de maconha dentro do sistema de saúde. Cidades como Goiânia (GO), Salvador (BA) e mais recentemente o estado de São Paulo aprovaram legislação para incluir medicamentos à base de maconha na lista de distribuição gratuita pelo SUS⁴³. Em um contexto onde o racismo institucional ainda é uma barreira para a efetivação do direito à saúde (ELIAS, 2021), as experiências contidas nas narrativas analisadas nos indicam que a aprovação de projetos de lei que facilitem o acesso à maconha medicinal no SUS⁴⁴, sem considerar a já complexa realidade de inequidade racial no sistema, pouco poderão avançar em oferecer esse tipo de tratamento para a população negra.

⁴³ Notícia sobre a aprovação de projetos de lei nas cidades citadas: Câmara...(2021) e Assembleia...(2022)

⁴⁴ Nas últimas décadas mudanças na legislação ao redor do mundo permitiram o crescimento vertiginoso de pesquisas sobre os benefícios do uso de derivados canabinóides em diversas doenças, dentre elas as Demências (PEPRAH e MCCORMACK, 2019;), a epilepsia (SILVESTRO, 2019), o transtorno do espectro autista (FUSAR-POLI), dores crônicas (BANERJEE e MCCORMACK, 2020).

Considerações finais

Em primeiro lugar, é importante falar sobre a escolha de debater ao mesmo tempo questões que envolvem usos medicinais, recreativos e religiosos da maconha, uma amplitude do problema de pesquisa que implica no risco ficar limitado à superficialidade nas análises. Mesmo ciente desse possível descaminho, a decisão tomada se sustenta, sobretudo, nos rumos que o trabalho de campo tomou. As conversas com os interlocutores com os quais discuti o uso recreativo foram demonstrando que pouco se interessavam por tentar enquadrar sua relação particular com a maconha em uso medicinal ou recreativo. Junto a isso, os participantes da pesquisa me permitiram perceber o papel da maconha consumida por prazer na busca de uma qualidade vida, em uma aproximação evidente com temas de debate na área da saúde. De forma semelhante, a relação com a maconha da líder religiosa que participou da pesquisa encontra-se, por características dos sistemas de cura e religiões afro-brasileiras, em zona de indistinção entre o medicinal e o religioso. Diante disso, cabe observar a possível fragilidade dessa classificação e a questionar qual a amplitude do uso dessas nomenclaturas e definições na sociedade em geral, principalmente nas baixadas e favelas, comumente distantes dos movimentos antiproibicionistas familiarizados a esse debate. Contudo, essas delimitações entre o medicinal, o recreativo e o religioso serviram de base para organização do trabalho, primeiro como forma de tonar as análises mais inteligíveis, e colateralmente para poder se inserir na discussão acadêmica e política que já existe.

Outro ponto importante diz respeito a possíveis limitações nas reflexões baseadas nas narrativas, principalmente porque algumas delas foram produzidas a partir de contatos efêmeros, sem que eu pudesse me aprofundar melhor no que ouvi, e sem poder refazer entrevistas, de maneira que perguntas surgidas de uma primeira análise do material ficassem, muitas vezes, sem resposta. Em parte, esse problema surgiu também das limitações impostas pela pandemia da Covid-19 ao trabalho de campo, ainda que mesmo nesse período eu tenha me aproximado mais de alguns interlocutores, o contato com pessoas mais distantes e que conheci casualmente nas ruas ficou muito prejudicado.

Para além dos obstáculos e limitações, algumas contribuições podem ser elencadas. No que diz respeito à intenção de compreender os detalhes de experiências raciais distintas, pude verificar que a histórica construção social do perfil do maconheiro ainda carrega marcas do objetivo racista da proibição da maconha, visto a truculência da abordagem relatada nas narrativas e a seletividade desse poder do Estado. Como consequências disso, podemos

observar que ações policiais que envolvem a repressão à maconha recreativa contribuem para uma segregação espacial, que, por sustentar-se em critérios raciais, se revela uma face “necropolítica” da proibição.

Nesse sentido, ainda que jovens negros e negras de uma periferia possam não estar expostos ao morticínio ou encarceramento, a proibição pode engendrar condições de *existências sociais distintas da vida*, uma vez que limitando a circulação e convivência dessas pessoas, limita-se também a busca de uma vida plena, produz-se uma selva. Notamos também que os interlocutores seguem buscando a maconha para consumi-la com fins recreativos, ligando o acesso a ela com uma possível busca de maior qualidade de vida, o que pode ser lido como uma resistência a essas condições injustas de socialização que são criadas pelas diversas formas de opressão. Nesse sentido a busca pelo uso recreativo aparece ligado a tentativa de viver uma vida melhor, mais tranquila e socialmente pujante.

Nas reflexões feitas sobre o contexto de uso medicinal, baseadas nas experiências de mulheres do bairro, podemos corroborar um cenário de desigualdades de raça e de classe que vem sendo debatido no que diz respeito ao acesso a serviços de saúde e à qualidade do atendimento prestado, onde as mulheres negras convivem com as piores condições. Além disso, é possível afirmar que questões de classe também se mostram como condicionante nas garantias do direito à saúde, já que mesmo se acolhido pelo SUS, o custo para um tratamento com medicamentos à base de maconha ainda é elevado, tornando-o muitas vezes inacessível. Apesar desse cenário, também é evidente que existe a demanda e o interesse por maconha medicinal, apesar de toda regulação moral oriunda de anos de guerra às drogas, e, diante desse contexto onde raça, gênero e classe são fatores determinantes, é preciso considerar essas diferenças ao gestar políticas públicas que tornem o acesso à maconha medicinal uma realidade no sistema único de saúde.

No que se refere do uso religioso da maconha, poucas definições podem ser apreendidas do trabalho, dada reduzido trabalho de campo relativo a esse ponto, ainda mais considerando na etnografia uma única casa de religião de matriz africana e que poucas pessoas desse grupo religioso participaram da pesquisa. Apesar disso, chama atenção o pouco que foi dito, uma vez que reafirmaram a presença da maconha como elemento de alguns ritos do candomblé; ou melhor, o que se percebeu foi a ausência dela nesses ritos, um vazio que se justifica pela proteção dos filhos e filhas frente à uma sobreposição entre a guerra às drogas e o racismo religioso dentro de um bairro de periferia, uma condição imposta aos praticantes desse tipo de religião que proíbe, portanto, também uma parte de sua fé, e que por conta do

apagamento dificilmente a maconha voltará aos terreiros do Brasil, ainda que haja algum tipo de descriminalização.

Outro ponto que merece destaque é o lugar de interseção entre a saúde e a espiritualidade, em que a maconha aparece no relato da liderança religiosa, inclusive se inserindo na atuação dela como cuidadora, a quem a comunidade recorre na ausência do serviço público de saúde. Desse cenário podemos depreender uma demanda de inclusão dessas comunidades de matriz africana, e também outros povos tradicionais, nos serviços de saúde no papel de cuidadores. No caso de uma regulamentação da maconha no âmbito do SUS, esses guardiões e guardiãs de conhecimentos milenares sobre a planta teriam muito a contribuir para a democratização da prescrição desse tipo de medicamento, juntamente com a devida atenção ao uso adequado e não prejudicial.

De maneira geral, as reflexões apresentadas até aqui demandam um esforço de investigação maior, e apenas apontam caminhos possíveis para compreensão da relação cada vez mais dinâmica da sociedade brasileira com a maconha, principalmente se tratando das pessoas que vivem nas baixadas, favelas e comunidades periféricas, gente que há muito tempo têm seus direitos básicos negados, que vive estereotipada e criminalizada, e exposta aos efeitos mais deletérios da guerra às drogas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE**, Maria Betânia Barbosa. Beberagens Tupinambá e processos educativos no Brasil colonial. *Educação em Revista*. v27. n1. Belo Horizonte. 2011. p19-44.
- ALEXANDER**, Michelle. *A nova segregação: Racismo e encarceramento em massa*. 1ª Edição. Boitempo. São Paulo. 2017.
- AMOROZO**, Maria C. M.; **GÉLY**, A. Uso de plantas medicinais por caboclos do baixo Amazonas, Barcarena, PA, Brasil. *Boletim do Museu Paranaense Emilio Goeldi, Ser. Bot.*, Belém, PA, v 4. n 1. 1988. p. 47-131
- APPADURAI**, Arjun. “Putting Hierarchy in Its Place.” *Cultural Anthropology*, vol. 3, no. 1, 1988, pp. 36–49. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/656307>. Accessed 8 Feb. 2023.
- AQUINO**, J. P. D. de. *Agenciamentos analíticos e operacionais em uma etnografia junto a praticantes de assaltos contra instituições financeiras*. 2014.
- ARAÚJO** et al. A negação do direito à moradia digna como necropolítica: pandemia, despejos e lutas na comunidade da Favelinha e Conjunto Otacílio Holanda – Cidade Universitária, Maceió – AL. *Revista Ímpeto. Catástrofes: cidades, desafios e emergências*. n 10. Maceió. 2020.
- ASSEMBLEIA** legislativa de SP aprova projeto que garante fornecimento de medicamentos à base da Cannabis no Sus do estado. G1 São Paulo. São Paulo. 22 dez. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/12/22/assembleia-legislativa-de-sp-aprova-projeto-que-preve-fornecimento-de-medicamentos-a-base-da-cannabis-no-sus-no-estado.ghtml>. Acesso em 11/05/2023
- BANERJEE**, Srabani; **MCCORMACK**, Suzanne. *Medical Cannabis for the treatment of Chronic Pain: A review of clinical effectiveness and Guidelines*. CADTH. Ottawa. 2020.
- BARIANI**, Edson. Guerreiro Ramos: Uma sociologia em mangas de camisa. CAOS - *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. n11. Out. 2016. p84-92
- BECKER**, Howard Saul. **Outsiders: estudos da sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. *E-book* (231p). Disponível em: *Acesso em 11/11/2020*
- BENEDICT**, Ruth. **O crisântemo e a espada**. 1ª Edição. Editora Perspectiva. São Paulo. 1972. 365p.
- BENÍCIO**. Necropolítica e pesquisa intervenção sobre homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza, CE. *Psicologia: Ciência e Profissão*. v38. n. Psicol. Cienc. Prof. 2018 38(spe2). 2018. p192-207
- BENJAMIN**, Walter, 1892-1940. *Imagens do pensamento/Sobre o haxixe e outras drogas*. 1 Ed. 2ª Impressão. Autêntica Editora. Belo Horizonte. 2017.
- BENÍCIO**, Luís Fernando de Souza et al. *Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE*. *Psicologia: Ciência e Profissão*

[online]. 2018, v. 38, n. spe2 [acessado 5 janeiro 2023], pp. 192-207. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212908>

BENNET, Sula. Early diffusion and folk uses of hemp. "Cannabis and Culture," Rubin, Vera & Comitas, Lambros. 1975. 39-49. Disponível em: <https://www.xn--4dbcyzi5a.com/wp-content/PDF/EARLY-DIFFUSION-AND-FOLK-USES-OF-HEMP-SULA-BENET.pdf>. Acesso em 06/05/23.

PETRYNA, Adriana. **Tratamentos jurídicos: os mercados terapêuticos e a judicialização do direito à saúde** João BIEHL, História, Ciências, Saúde - Manguinhos, 23: 173-192, 2016.

BOYS A; MARSDEN J. Perceived functions predict intensity of use and problems in young polysubstance users. *Addiction*. v98. n7. 2003. p951-963. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12814501/>. Acesso em 25/05/2021.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018. *E-book* (101p). Disponível em: https://www.academia.edu/38662524/O_que_%C3%A9_encarceramento_em_massa_-_Juliana_Borges. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRANDÃO, Marcilio Dantas. **Dito, feito e percebido: controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia / École des Hautes Études em Sciences Sociales, Doctorat en Sciences Sociales. Recife. 2017. Disponível em: p. Acesso em 11/11/2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **I Levantamento Nacional sobre o Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras.** Org. ANDRADE, Arthur Guerra de; DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira; OLIVEIRA, Lúcio Garcia de. Brasília. 2010. Disponível em: . Acesso em 11/11/2020.

BROWN, Q. L. Trends in Marijuana Use Among Pregnant and Nonpregnant Reproductive-Aged Women, 2002-2014. *JAMA*. n 317.v 2. 2017. p207-209. Disponível em: https://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/2594398?utm_campaign=articlePDF&utm_medium=articlePDFlink&utm_source=articlePDF&utm_content=jama.2016.18900. Acesso em 12/01/2023.

BRUNO de Menezes. Obras completas de Bruno de Menezes. Secretaria Estadual de Cultura: Conselho Estadual de Cultura. Belém. 1993. *E-book*. (276p). Coleção Lendo o Pará. N14. Volume I. Disponível em: https://mega.co.nz/#!X1YFICZC!W-IRWmEZknWFUdw8IvDeUJb_w_Herm5mXUz8xFrXxI. Acesso em 11/11/2020.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. Selo Negro. São Paulo. 2011.

CASTAÑEDA, Carlos. **A erva do diabo: as experiências indígenas com plantas alucinógenas reveladas por Dom Juan.** 3ª Edição. Editora Record. 1968. *E-book* (134p). Disponível em: http://clinicajorgejaber.com.br/curso/13mai27_ErvaDiabo.pdf. Acesso em 11/11/2020.

- CASTRO**, Edna. Belém do Grão-Pará: de águas e de mudanças na paisagem. In: STOLL, E. et al. Paisagens Evanescentes: Estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios amazônicos. NAEA. Belém. 2019.
- COLLINS**, Patricia Hill. O que é interseccionalidade? In: Interseccionalidade. Editora Boitempo. São Paulo. 2020.
- CLIFFORD**, James. A escrita da cultura: Poética e Política da Etnografia. EDUERJ. 1ª Edição. Rio de Janeiro. 2017. [1986].
- CONRADO**, Mônica; **CAMPELO**, Marilu; **RIBEIRO**, Alan. Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidade negras na amazônia paraense. Afro-Ásia. n 51. Salvador. 2015.
- CORRÊA**, Ana Carolina Ferraz. ABRAM-SE ALAS: A MARCHA DA MACONHA PEDE PASSAGEM – Um estudo sobre mulheres na Marcha da Maconha na Cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro. 2018.
- COSTA**, Cristiane Albuquerque. Os Sentidos de Cura: religião, saúde e performance na Barquinha de Niterói-RJ. 2019. 300 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- COUTO**, Aiala Colares de Oliveira. Geografia do crime na metrópole: da economia do narcotráfico à territorialização perversa em uma área de baixada de Belém / Aiala Monografia (Especialização) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento de Áreas da Amazônia. Belém, 2008.
- CUNHA PINTO**, A. C.; **DE SOUZA SANTOS GAMA**, V. Entre bio e necropolítica: segregação socioespacial e violação de direitos nas periferias da cidade do rio de janeiro. **Revista FIDES**, v. 12, n. 1, p. 763-779, 9 set. 2021.
- DAR**. Sementes no seu quintal: Reflexões e propostas para depois da guerra. In: Dichavando o poder: drogas e autonomia. Coletivo DAR (Org). Autonomia Literária. São Paulo. 2016. p15-27.
- DROGAS NA CIDADE DE DEUS**. Dicionário de Favelas Marielle Franco [Rio de Janeiro. 2018]. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Drogas_na_Cidade_de_Deus#A_forma.C3.A7.C3.A3o_das_bocas_de_fumo_de_maconha. Acesso em: 16 dez. 2019.
- DUHRAM**, Eunice Ribeiro. Malinowski: uma nova visão da antropologia. In: DUHRAM, E. R. A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia. Cosac-Naify. São Paulo. 1984. p203-219. Disponível em: https://www.scribd.com/document_downloads/direct/437079720?extension=pdf&ft=1605073545<=1605077155&user_id=292709521&uahk=kISW0Qp6DfSIP6m8M25asLgsU9Y. Acesso em 11/11/2020.

ECKERT, C; ROCHA, A. L. C. da. A arte de narrar as (nas) cidades: etnografia de (na) rua, alteridades em deslocamento. **Hawò**, Goiânia, v. 1, p. 1–52, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/hawo/article/view/63521>. Acesso em: 8 fev. 2023.

ELIAS, Sálvia Karen dos Santos. Racismo estrutural, imperialismo e proibicionismo: cannabis medicinal e a luta pelo direito à vida. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional. UFF. Niterói. 2021.

ELWANGER, Guilherme Alves. **Entre a droga e o remédio:** uma análise do debate sobre a regulamentação da maconha no Brasil. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/12319>. Acesso em 11/11/2020.

FERREIRA JUNIOR, Ubirajara. Representações sociais da planta Cannabis na religião do Santo Daime: entre a sagrada Santa Maria e a proibida maconha. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2017.

FIGORE, Maurício. **Uso de drogas:** substâncias, sujeitos e eventos. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) . Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2013. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281261/1/Fiore_Mauricio_D.pdf. Acesso em 11/11/2020.

FIGUEIREDO, Emílio; POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos. A “fumaça do bom direito”: demandas pelo acesso legal à maconha na cidade do Rio de Janeiro. Revista da Plataforma Brasileira de Política de Drogas. v1. n1. São Paulo. 2017.

FLORES, Thiago; SILVA, Diego. O uso da maconha como mecanismo de interação dentro do ambiente universitário. **Revista do Departamento de Ciências Sociais – PUC Minas**, v. 1, n. 1, p. 99-124, 2018. Disponível em: . Acesso em 11/11/2020

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia em casa. Teoria e Cultura. v2. n1. Juiz de Fora. 2008. p 39-56.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Ed.). Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 13. ed. [S. l.: s. n.], 2019. 206 p. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Ed.). Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 16. ed. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em 07/02/2023.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: MOTTA, M.B. **Foucault: Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina.** Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2011. P. 402-424.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. A história da maconha no Brasil. Três estrelas. São Paulo. 2018.

FUSAR-POLI, Laura, et al. Cannabinoids for people with ASD: A systematic review of published and ongoing studies. *Brain Sci.* V10. N572.

GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Racismo Institucional: Uma abordagem conceitual. São Paulo. 2013. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf> Acesso em 11/05/2023.

HAMMERSLEY, Richard; **JENKINS**, Richard; **REID**, Marie. Cannabis use and Social Identity. *Addiction Research & Theory.* v9. 2009. p133-150. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/232090698 Cannabis use and Social Identity](https://www.researchgate.net/publication/232090698_Cannabis_use_and_Social_Identity). Acesso em 25/05/2021

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4ª Edição. IPEA. Brasília. 2011. Disponível em; <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf>. Acesso em 11/11/2020.

KUPER, Adam. Antropologia e colonialismo. In: **KUPER**. Antropólogos e Antropologia. 1ª Edição. F. Alves. Rio de Janeiro. 1978. p121-147.

LANÇAS, Vinicius Ramos. MARCHA DA MACONHA: transgressão e identidade em um movimento social contemporâneo. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política. Universidade Federal e Santa Catarina. Florianópolis. 2013.

LANNES-FERNANDES, Fernando. Os jovens da favela: Reflexões sobre controle e contenção socioespacial dos párias urbanos no Rio de Janeiro. **Convergência.** v. 19. n. 59. Toluca. Agosto. 2012. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-14352012000200007&lng=es&nrm=iso . Acesso em 09/12/2022.

LAPLANTINE, François. Antropologia e literatura. In: **LAPLANTINE**, F. Aprender antropologia. 1ª edição. 15ª Reimpressão. Editora Brasiliense. São Paulo. 2003. p143-148. Disponível em: https://pedropeixotoferreira.files.wordpress.com/2010/03/laplantine_aprender-antropologia.pdf. Acesso em 11/11/2020.

LARAIA, Roque de Barros. Da ciência biológica à social: a trajetória da antropologia no século XX. *Habitus.* v3. n2. Jul-Dez. Goiânia. 2005. p 321-345

LIMA, K.D. Raça e violência obstétrica no Brasil. Monografia (Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva). Centro de pesquisas Aggeu Magalhães FIOCRUZ. Recife. 2016.

LOFLIN Malory, et. al. Subtypes of attention deficit-hyperactivity disorder (ADHD) and cannabis use. *Subst Use Misuse.* v49. n4. 2014. p427-34. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24093525/>. Acesso em 25/05/2021.

MACHADO, F. V.; **MARTINS**, D.E. A necropolítica como estratégia de gestão territorial e negação do direito à cidade: gentrificação, remoções e deslocamento forçado da população em situação de rua. In: Anais do VII Simpósio Desigualdades, direitos e políticas públicas. Saúde, corpos e poder na América Latina. São Leopoldo(RS). 2020

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre. Ano 15. n 32. p. jul./dez. 2009. 129-156. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a06.pdf>. Acesso em 11/11/2020.

MATTOS, Paulo Orlandi. Modelos internacionais de regulamentação do uso medicinal da cannabis. In: **BOKANY**, Vilma (org). Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça: proximidades e opiniões. Editor Perseu Abramo. São Paulo. 2015.

MAXX, Matias. Destrinchando a maconha paraguaia. Agência Pública. São Paulo. 21 de agosto de 2017. A

MAXX, Matias. Como nasce o “prensado”. Agência Pública. São Paulo. 21 de agosto de 2017. B

MCGRATH, John. et al. Association Between Cannabis Use and Psychosis-Related Outcomes Using Sibling Pair Analysis in a Cohort of Young Adults. **ARCH GEN PSYCHIATRY**. V 7 N 5. 2010. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20194820/>. Acesso em 11/11/2020.

MENDES, M. M. Raça e racismo: controvérsias e ambiguidades / Race and racism: controversies and ambiguities. **Vivência: Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 1, n. 39, p. 101–124, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/1938>. Acesso em: 8 maio. 2023.

MESQUITA, Francisco Pedro Trigueiro. Criminalização da Maconha: Discursos proibitivos e políticas de repressão.1910-1960. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História. Fortaleza. 2017.

MILAGRES, Jóvirson José. Para além da "porta de entrada": Usos e representações sobre o consumo da cannabis entre universitários. 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Serviço Nacional de Educação Sanitária. O vício da diamba. In: **PARREIRAS**, Décio *et al.* **Maconha**: Coletânea de trabalhos brasileiros. 2. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 1958. p. 29-45. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/maconha_coletania_trabalhos_brasileiros_2ed.pdf. Acesso em: 16 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas na população brasileira. (ORG) Francisco Bastos et al. ICICT/FIOCRUZ. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>. Acesso em 11/11/2020.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra. Editora Vozes. Petrópolis. 1999.

MORAES PINTO, Benedita Celeste. Escravidão, fuga e a memória de quilombos na região do Tocantins. 2001. *Proj. História*. v22. São Paulo. 2001.

NÚCLEO CÂNABIS PBPD. Introdução ao Associativismo Canábico. Org ZANATTO, Rafael Morato. Editora Disparo Comunicação e Educação. São Paulo. 2020

LAPLANTINE, F. Antropologia da Doença. 4 Edição São Paulo: Martins Fontes, 1986.
ODA, A. M. G. R; DALGALARRONDO, P. A história das primeiras instituições para alienados no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. V12. N3. 2005. P983-1010.

OLIVEIRA, Isabela Lara. Diamba boa... Lembranças do uso da cannabis no Maranhão. In: **MCRAE; ALVES** (Org.). Fumo de Angola: Cannabis, Racismo, Resistência Cultural e Espiritualidade. EDUFBA. Salvador. 2016.

OLIVEIRA, Lucas Lopes. Etnografando a construção do direito ao acesso à maconha medicinal em um contexto proibicionista: desafios e possibilidades frente aos direitos humanos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas. UFPB. João Pessoa. 2020.

OLIVEIRA, Danielle. Câmara libera a distribuição de medicamentos à base de cannabis medicinal em Goiânia. G1 Goiás. Goiânia. 04 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/04/07/camara-libera-a-distribuicao-de-medicamentos-a-base-de-cannabis-medicinal-em-goiania.ghtml> Acesso em 11/05/2023

PEIXOTO, Lanna Beatriz Lima. “Toda planta tem alguém com ela” – sobre mulheres, plantas e imagens nos quintais de Mangueiras. Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia. UFPA. Belém. 2020.

PINHEIRO, Ivonete. Trajetórias de mulheres no tráfico de drogas: intersecções de gênero, raça e classe. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia. Universidade Federal do Pará. Belém. 2020

PAIM, M. Pan-africanismo: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro Na Casa De Meu Pai. **Sankofa (São Paulo)**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 88-112, 2014. DOI: 10.11606/issn.1983-6023.sank.2014.88952. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88952>. Acesso em: 16 jan. 2023.

PEDROSA, José Ivo dos Santos. A Política Nacional de Educação Popular em Saúde em debate: (re) conhecendo saberes e lutas para a produção da Saúde Coletiva. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online]. 2021, v. 25 [Acessado 15 Julho 2021], e200190. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/Interface.200190>>. Epub 20 Nov 2020. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/Interface.200190>.

OPIM, Organização dos Professores Indígenas Mura. Dirijo: Antes da Proibição da Maconha. 2008.(12min). disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QgMibL_NZXI Acesso em 15/07/21.

PETUCO, Dênis. Redução de Danos: da técnica à ética do cuidado. In: **RAMMINGER E SILVA.** Mais substâncias para o trabalho em saúde com usuários de drogas. REDE UNIDA. Porto Alegre. 2014.

PEREIRA, Amanda; **WURFEL**, Rudiane. O uso de maconha como estratégia de redução de danos em dependentes de crack. *Aletheia*. n34. Canoas. 2011. p163-174. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115022577013>. Acesso em 25/05/2021.

PEPRAH, Kwakye; **MCCORMACK**, Suzanne. Medical Cannabis for the treatment of dementia: a review of clinical effectiveness and Guidelines. Ottawa. CADTH. 2019.

PONTE, Romero Ximenes. Assahy-yukicé, iassaí, oyasaí, quasey, açã, jussara, manaca, açá, acay-berry: rizoma. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Pará. Belém. 2013.

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. Belém do Pará: cidade e água. *Cad. Metrop.* v. 17. n 33. pp. 41-60. Maio. São Paulo. 2015.

PRADO, Monique Fernanda de Moura. “Movimento Antiproibicionista” e “Confronto Político”: A Marcha das favelas pela legalização (das drogas) / Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Direito. Niterói. 2019.

PREFEITURA DE BELÉM. Anuário Estatístico do Município de Belém. 2011

RACISMO RELIGIOSO. In: WikiFavelas. Rio de Janeiro. 2022. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Racismo_Religioso Acesso em 11/05/2023.

REED, Andrew Muller. “**Não tenha vergonha, vem pra Marcha da Maconha**”: ação coletiva, política e identidade em um movimento social contemporâneo. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.btd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=9250. Acesso em: 16 dez. 2019

ROBINSON, Rowan. O grande livro da Cannabis: Guia completo de uso industrial, medicinal e ambiental. 1ª Edição. Jorge Zahar Ed. Rio de Janeiro. 1999.

ROCHA, J.A; **BOSCOLO**, O. H e **FERNANDES**, L.R.R.M.V. Etnobotânica: um instrumento para valorização e identificação de potenciais de proteção do conhecimento tradicional. *INTERAÇÕES*. Campo Grand. v 16. n2. 2015. p. 67-74

ROSADO, P. O vício da diamba no Estado do Pará: Uma toxicose que surge entre nós. In: **PARREIRAS**, Décio *et al.* **Maconha**: Coletânea de trabalhos brasileiros. 2. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 1958. p. 85-91. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/maconha_coletanea_trabalhos_brasileiros_2ed.pdf. Acesso em: 16 dez. 2019.

ROSALDO, Renato. Da porta de sua tenda: o etnógrafo e o inquisidor. In: **CLIFFORD**, J. & **MARCUS**, G. 2016. A escrita da Cultura: poética e política da etnografia. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papéis Selvagens. p. 125-150.

RISSO ET AL. Does cannabis complement or substitute alcohol consumption? A systematic review of human and animal studies. *J Psychopharmacol*. v34. n9. 2020.p 938-954. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32648806/>. Acesso em 25/05/2021.

SALLES, Vicente. *Pesquisar o Negro no Pará: sob o regime de escravidão*. Secult. Belém. 1998.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. USP. São Paulo. 2012.

SANTOS, Rafael Guimarães dos. Breve panorama etnobotânico sobre a maconha. In: **MCRAE e ALVES** (Org.). *Fumo de Angola: Cannabis, Racismo, Resistência Cultural e Espiritualidade*. EDUFBA. Salvador. 2016.

SÃO CLEMENTE, Bernardo Raphael Bastos de. **O PROIBICIONISMO DAS DROGAS E O CASO DA MACONHA NO BRASIL**. Orientador: Prof. Dra. Ana Maria Motta Ribeiro. 2018. 172 p. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais). Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2018.

SCHIAVONI, Eduardo. Líder da 'igreja da maconha' é condenado a 14 anos de prisão no interior de São Paulo. *Americana*. 14 mai. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/05/14/lider-da-igreja-da-maconha-e-condenado-a-14-anos-de-prisao-no-interior-de-sao-paulo.htm> Acesso em 11/05/2023.

SCHILITTLER, Maria Carolina de Camargo. “MATAR MUITO, PRENDER MAL”: A produção da desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2016.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. Força Nacional chega rá ao Pará dia 25 de março. Agência Pará. Belém. 07/03/2019. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/11814/>. Acesso em 04/02/2022.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENAR E NUTRICIONAL.

Mapeando o Axé: mapeamento de comunidades tradicionais de terreiro. 2011. Disponível em <https://www.mapeandoaxe.org.br> . Acesso em 11/05/2023.

SILVESTRO, Serena, et al. Use of canabidiol in the treatment of epilepsy: Efficacy and Security in Clinical Trials. *Molecules*. N24. V1459. 2019.

SOUZA, Jorge Emanuel Luz de. **Sonhos da diamba, controles do cotidiano**: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano. Orientador: Prof^a. Dr^a. Gabriela dos Reis Sampaio. 2012. 194 f. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/13321/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20-%20JORGE%20EMANUEL%20LUZ%20DE%20SOUZA.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.

SOUZA, Jorge Emanuel Luz de. "São mesmo analfabetos e sem cultura": repressão à maconha, criminalização da pobreza e racismo em Salvador, nas décadas de 1940 e 1950. In: **MCRAE e ALVES** (Org.). *Fumo de Angola: Cannabis, Racismo, Resistência Cultural e Espiritualidade*. EDUFBA. Salvador. 2016. .p133-156

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto. Cuidar, controlar, curar: Ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro. 2004. p331-392.

STRATHERN, Marilyn Os limites da autoantropologia. In: O efeito etnográfico e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naif, 2014.

TRAVASSOS, C.; **MARTINS**, M.. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. Cadernos de Saúde Pública, v. 20, n. Cad. Saúde Pública, 2004 20 suppl 2. 2004.

UNODC. World Drug Report 2018. United Nation Publications. Viena. 2018. Disponível em: https://www.unodc.org/wdr2018/prelaunch/WDR18_Booklet_1_EXSUM.pdf. Acesso em 11/11/2020.

VARGAS, Eduardo Viana. Uso de drogas: a alter-ação como evento. **Rev. Antropol.** v. 49, n. 2, p. 581-623. Dec. São Paulo. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012006000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Nov. 2020.

VASCO, L.G. Así es mi método en etnografía. **Tabula Rasa**. n6. p19-52. enero-junio. Bogotá. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n6/n6a03.pdf>. Acesso e 11/11/2020.

VELHO, Gilberto. “Observando o Familiar”. In _____. Individualismo e cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 121-133.

VELHO, Gilberto. Nobres & Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia. 1ª Ed. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1992.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: VELHO, G. e KUSCHNIR, K. (orgs.) Pesquisas urbanas. Rio de Janeiro, Zahar, 2003. p11-19.

VIDAL, Sérgio M. S. Medicina Milenar In: Cannabis Medicinal: Introdução ao Cultivo Indoor. Edição do Autor. Salvador. 2010

VILHENA, Ana Paula Mendes Pereira. “Eles são os considerados do setor”: Uma etnografia sobre sociabilidade e consumo entre jovens das equipes de aparelhagem em Belém do Pará. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belém. 2012.

ZUARDI, Antônio Waldo. History of cannabis as a medicine: a review. Rev Bras Psiquiatr. 28(2):153-7. Ribeirão Preto. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v28n2/29785.pdf>. Acesso em 11/11/2020.

ZALUAR, A.. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. **Mana**, v. 15, n. Mana, 2009 15(2), out. 2009.

WANZELER, Rodrigo de Souza. Peixe Frito, Santos e Batuques: Bruno de Menezes em Experiências Etnográficas. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém. 2018. Disponível em: <http://ppga.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Tese2017/TEXTTO%20-%20TESE%20SITE.pdf>. Acesso em 11/11/2020.